

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



Do Museu dos CTT ao Museu das Comunicações.
A exposição *Vencer a Distância: Cinco Séculos de
Comunicações em Portugal* – Proposta de
legendagem

Sandra Rute Matos Lopes

Relatório de estágio orientado pela Prof.^a Doutora Teresa
Malafaia, especialmente elaborado para a obtenção do grau de
Mestre em Cultura e Comunicação

2016

LISTA DE SIGLAS

ACIS - Associação das Comunicações do Instituto Sénior

AHB - Arquivo Histórico e Biblioteca

ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações

APAI - Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial

APOM - Associação Portuguesa de Museologia

APOREM - Associação Portuguesa de Empresas como Museus

C & RP - Comunicação e Relações Públicas

CA - Conselho de Administração

CDI - Centro de Documentação e Informação

CIMUSET - Commission Internationale des Musées des Sciences et Techniques

CTT - Correios de Portugal

DMCCA - Direcção Marketing e do Património Cultural do Conselho de Administração

ECSITE - European Collaborative for Science, Industry & Technology Exhibitions

EP - Empresa Pública

EUROSTAT - Autoridade Estatística da União Europeia

FPC - Fundação Portuguesa das Comunicações

GAMC - Grupo dos Amigos do Museu das Comunicações

GIACICA - Gabinete de Imagem e Acção Cultural Institucional do Conselho de Administração

IATM - International Association of Transport and Communications Museums

ICOM - International Council of Museums

ICP - Instituto das Comunicações em Portugal

ITU - International Telecommunication Union

MC - Museu das Comunicações

MC2P - Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal

MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga

MNCT - Museu Nacional Ciência e Técnica

PAF - Planeamento, Administração e Finanças

PFA - Património Filatélico e Artístico

PPT - Património Postal e de Telecomunicações

PT - Portugal Telecom

SA - Sociedade Anónima

SE - Serviços Educativos

UPU - Universal Post Union

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Imagem1 – Estrutura Orgânica da FPC	9
Tabela 1 – Organização de algumas funções dos serviços da FPC	10
Tabela 2 – Estruturação das diversas funcionalidades, características e particularidades dos espaços da FPC	16
Tabela 3 – Comparação da Tipologia de museus do ICOM e Eurostat	23

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	ii
LISTA DE FIGURAS E IMAGENS	iv
AGRADECIMENTOS	1
RESUMO	2
RESUMEN	3
INTRODUÇÃO	4
I CAPÍTULO - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA	7
História.....	7
Estrutura Orgânica	9
Recursos	11
Instalações	13
Serviços.....	14
II CAPÍTULO - INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	19
Museus - Breve análise à evolução do seu conceito, funções museológicas e classificação ..	19
Museus em Portugal - O seu desenvolvimento a partir do século XVIII.....	23
Museus de Ciência e Técnica em Europa.....	45
Museus de Ciência e Técnica em Portugal.....	50
III CAPÍTULO - MUSEU DAS COMUNICAÇÕES	55
Percurso Histórico	55
Museu dos CTT	56
Museu das Comunicações	63
Instalações	65
Actividades do Museu	68
Estágio nos Serviços Educativos.....	76
Projecto proposto.....	78
CONCLUSÃO	82
REFERÊNCIAS	84
LEGISLAÇÃO	92
ANEXOS	93
Anexos Fundação Portuguesa das Comunicações.....	93
Anexos Museu dos CTT.....	93
Anexos Museu das Comunicações	93
Anexos Estágio Curricular	93

AGRADECIMENTOS

A concretização deste relatório contou com a colaboração de algumas pessoas sem as quais certamente não tinha conseguido alcançar este objectivo.

Começo por agradecer à minha família, por me terem proporcionado ao longo de todos estes anos uma grandiosa formação académica e também pessoal, tendo sido pilares imprescindíveis para a pessoa que me tornei hoje.

Um agradecimento especial à professora Dra. Teresa Malafaia, por ter aceitado ser a orientadora do presente relatório, pois mesmo não me conhecendo nem como pessoa nem como aluna recebeu-me sempre de braços abertos. Importa também salientar que sempre acreditou nas potencialidades do meu relatório, mesmo em momentos menos bons da realização do mesmo.

De seguida à Fundação Portuguesa das Comunicações, mais concretamente ao Museu das Comunicações, à sua equipa e principalmente à Dra. Cristina Weber, por me ter proporcionado a oportunidade de realizar o meu estágio curricular dentro de uma instituição museológica e à qual devo grande parte do gosto que adquiri por esta área. Não posso deixar de expressar o meu apreço à Dra. Susana Afonso e à Dra. Patricia Salvado pela enorme paciência e ajuda incansável na minha vasta pesquisa no Arquivo/Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações e também à Dra. Isabel Varão por me ter ajudado a esclarecer algumas questões relacionadas com o Museu dos CTT.

E por último, mas sem menos importância, deixar a minha palavra de profundo agradecimento aos verdadeiros amigos que sempre acreditaram em mim, no meu relatório e na concretização do mesmo ao transmitirem a toda a hora força, ânimo, coragem e persistência necessários para a elaboração do mesmo. Muito obrigada pelas palavras, cafés, desabafos e gargalhadas.

RESUMO

O presente relatório tem como objectivo apresentar e reflectir sobre a proposta de legendagem para a exposição permanente *Vencer a Distância: Cinco Séculos de Comunicações em Portugal* elaborada no âmbito do estágio curricular realizado no Museu das Comunicações.

Com intuito de dar a conhecer um pouco melhor a instituição museológica onde se realizou o estágio, o Museu das Comunicações, também se abordaram neste relatório, em jeito de síntese, aspectos relacionados com o mesmo. Inicialmente, o organismo que tutela o Museu, a Fundação Portuguesa das Comunicações, de seguida, a tipologia museológica na qual se classifica o Museu, museus de ciência e técnica, e por fim elaborou-se uma retrospectiva deste Museu dando a conhecer não só tipo de actividades que se vem desenvolvendo junto dos seus diversos públicos, como também o seu antecessor, o Museu dos CTT.

Palavras-Chave: museu, fundação, legendas, museus de ciência e técnica, Museu das Comunicações.

RESUMEN

En este informe se pretende presentar y reflexionar sobre una de las principales funciones realizadas durante el período de prácticas curriculares en el *Museu das Comunicações*. De un modo general, consistió en corregir las leyendas de todos los objetos expuestos en la exposición permanente *Vencer a distância: Cinco Séculos de Comunicações em Portugal* y si fuera necesario, reformularlas.

De manera a conocer un poco mejor la institución cultural donde se efectuaron las prácticas mencionadas anteriormente, también se presentaron resumidamente aspectos relacionados con el Museo. Primeramente, la entidad que lo gestiona, la *Fundação Portuguesa das Comunicações*, a continuación, la categoría en la que se clasifica, museos de ciencia y técnica, y finalmente, se elaboró una retrospectiva para conocer los distintos tipos de actividades educativas que el Museo suele ofrecer a su público y también la historia de su antecesor, del *Museu dos CTT*.

Conceptos clave: museo, fundación, leyendas, museos de ciencia y técnica, Museu das Comunicações.

INTRODUÇÃO

Este relatório intitulado “Do Museu dos CTT ao Museu das Comunicações. A exposição permanente *Vencer a Distância: Cinco Séculos de Comunicações em Portugal* – Proposta de legendagem” decorre da realização de um estágio curricular, enquadrado no Mestrado em Cultura e Comunicação, curso de 2º ciclo da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Esse estágio curricular, com duração de seis meses, entre Novembro de 2014 e Maio de 2015, foi realizado nos Serviços Educativos (SE) do Museu das Comunicações (MC), organismo que pertence à Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC). Essa experiência profissional permitiu a aquisição de novas competências na área da Cultura/Comunicação em Museus, tendo presente o contacto constante com diversos públicos ao longo do estágio. Em suma, a realização do estágio nesta instituição contribuiu para a minha formação profissional suscitando o meu interesse nesta área e, mais concretamente, nos SE de museus.

Com este relatório pretende-se dar conhecer a instituição que acolheu o estágio curricular, a Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC), o serviço onde o mesmo foi realizado, Museu das Comunicações (MC), e, por fim, conhecer algumas actividades desenvolvidas durante o decorrer do estágio.

Visa-se também reflectir sobre uma delas, nomeadamente acerca da principal tarefa desenvolvida ao longo dos seis meses de estágio no Museu das Comunicações:

Revisão e proposta de novos suportes documentais (legendas) para acompanhamento das peças em exposição.

Consistia principalmente em efectuar a verificação e o levantamento de erros encontrados nas legendas de todas as peças exibidas na exposição permanente *Vencer a distância: cinco séculos de comunicações em Portugal* e, caso necessário, elaborar novos textos que permitissem a compreensão dos objectos exibidos no espaço expositivo do primeiro andar do Museu das Comunicações.

A elaboração dessa tarefa permitiu-me reflectir sobre o papel crucial que as legendas desempenham quando se pretende comunicar a história das peças em exposição. Considerando-se essencial o cuidado que se deve ter na construção do conteúdo dessas mesmas legendas, tendo em conta o facto de serem o intermediário de comunicação

entre as peças expostas e os públicos que visitam as exposições. A reflexão sobre esta tarefa é um dos principais tópicos a ser desenvolvido neste relatório.

De acordo com os objectivos enumerados anteriormente, a organização do presente relatório estrutura-se da seguinte maneira:

No primeiro capítulo, tratar-se-á de caracterizar a entidade acolhedora onde se realizou o estágio curricular, a Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC). Neste capítulo abordar-se-á: história da entidade desde a sua criação até à presente data; localização geográfica; caracterização dos seus recursos (financeiros, humanos e patrimoniais); descrição da sua estrutura organizacional (conselho geral, conselho fiscal e o conselho de administração e os serviços dependentes do mesmo); definição da sua missão, visão e valores estabelecidos após a instituição do organismo, bem como a enumeração dos serviços prestados pelo mesmo (cafetaria, aluguer de espaços, loja, biblioteca e museu).

Relativamente ao segundo capítulo, tendo em conta que a realização do estágio foi no Museu das Comunicações, achou-se pertinente elaborar um enquadramento teórico e histórico das instituições museológicas. Desta forma, irá compreender-se: a designação da palavra “museu” consoante o *International Council of Museums* (ICOM) e a Legislação Portuguesa; as suas funcionalidades; classificação actual; desenvolvimento das instituições museológicas em Portugal a partir do século XVIII.

Ainda neste capítulo haverá oportunidade de conhecer melhor a evolução dos museus de ciência e técnica, tanto em Europa, como em Portugal, tendo em conta a integração do Museu das Comunicações nesta tipologia museológica.

Finalmente, no terceiro e último capítulo, tratar-se-á de conhecer o local onde decorreu o estágio curricular. Este capítulo contemplará vários aspectos do MC: breve história do Museu (desde a sua génese até aos dias de hoje); instalações onde o Museu esteve sediado e caracterização do seu Serviço Educativo e das ofertas educativas disponíveis (visitas guiadas, oficinas educativas, preparação/ revisão de exposições permanentes e temporárias e tratamento de suportes de comunicação para as peças exibidas no espaço expositivo – legendas e folhas de sala).

Através deste ultimo ponto, pretende-se estabelecer uma relação com as funções que foram designadas no decorrer do estágio, dando ênfase a uma delas: revisão e proposta de novas legendas. A realização da tarefa consistiu no levantamento minucioso de

possíveis erros que pudessem existir nas legendas que acompanham as peças expostas na exposição permanente *Vencer a distância: cinco séculos de comunicações em Portugal*, após este primeiro passo ter ficado concluído, prosseguiu-se com a correcção de erros encontrados e finalmente apresentaram-se propostas de alteração de legendas e de colocação de novos suportes informativos.

Em conclusão, traçar-se-ão as considerações finais do estágio, e explicar-se-á de que maneira é que o estágio contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal e profissional tendo em vista possíveis trabalhos futuros na área.

O presente relatório finaliza-se com alguns documentos e imagens em anexo que permitem alicerçar e facilitar a compreensão de algumas questões. No entanto, dada a extensão de alguns desses elementos considerou-se oportuno disponibilizar os mesmos somente em suporte digital.

I CAPÍTULO - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE ACOLHEDORA

O estudo que se apresenta constitui o relatório de estágio curricular realizado no Museu das Comunicações. Contudo, antes de falar das tarefas realizadas no mesmo, começa-se por apresentar a FPC, entidade que tutela o respectivo museu.

História

Segundo os dados do *Inquérito aos Museus de Portugal* publicado pelo Instituto Português de Museus em 2000, no panorama museológico português, podemos distinguir os museus, consoante a sua tutela, em dois grandes grupos: públicos (museus que estão dependentes da Administração Geral, Administração Regional e outros Ministérios ou organismos públicos) e os privados (museus tutelados por Associações, Fundações, Igreja Católica, Misericórdias, Empresas Privadas e Particulares). Estas informações e dados, mais tarde complementados com o estudo *Panorama Museológico em Portugal* realizado pela Direcção-Geral do Património Cultural, determinaram que cerca de 60% dos museus nacionais são públicos (dentro desta percentagem a grande maioria corresponde aos que estão sob a Administração Local), sendo que os 40% restantes são de natureza privada¹. Desta forma, o Museu das Comunicações pertence a esta última percentagem, por estar sob a tutela de um organismo privado, mais concretamente, a Fundação Portuguesa das Comunicações.

A Fundação Portuguesa das Comunicações foi criada por escritura pública a 6 de Outubro de 1997; é uma instituição de direito privado, reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública² e constatada fundação nos termos do nº2 do artigo 185º do Código Civil³. Contudo, o projecto para a criação da fundação surgiu sete anos antes, em 1990, quando se começou a preparar a cisão da empresa pública (EP) Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT). Essa subdivisão deu lugar, em 1992, à transformação dos CTT em sociedade anónima (SA) acabando por mudar também a sua

¹ Anexo 1 – Distribuição de Museus consoante a sua tutela e ano de criação (2009).

² Conforme o despacho publicado no D.R. Série II, nº 250 de 26 de Outubro de 1999.

³ Consultar portaria nº 520/28, de 8 de Maio de 1998.

designação (Correios de Portugal S.A) e à criação de uma nova empresa: Portugal Telecom (PT).

Dada a importância que o acervo histórico e cultural das comunicações tinha, pois representava toda a evolução das comunicações do país e das empresas do sector, considerou-se que deveria preservar a sua integridade, ficando guardado como um todo. Daí resultou a criação da Fundação Portuguesa das Comunicações, a sua concepção seria certamente uma mais-valia para a conservação do espólio e proceder-se-ia tal como tinha também acontecido em outros países europeus, cujo espólio se manteve em relação estreita com o sector das comunicações ficou sob a tutela de fundações (em França, *Comité pour l'Histoire de la Poste* ou na Alemanha com a criação do *Museumsstiftung Post und Telekommunikation*).

Inicialmente, para o surgimento da Fundação, foi nomeada uma Comissão na qual apenas estavam representadas as duas empresas constituídas em 1992. Os CTT e a PT. No entanto, considerou-se que a mesma pudesse ficar mais enriquecida caso também estivesse representado o Instituto das Comunicações em Portugal (ICP), a actual Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM). Após acordo entre os três organismos, definiu-se a sua designação: Fundação Portuguesa das Comunicações.

Instituída formalmente a 6 de Outubro de 1997, tendo como membros fundadores o ICP (a actual ANACOM), os CTT e a PT, a FPC tem como missão principal promover o estudo, conservação, divulgação do património histórico, científico e tecnológico no domínio das comunicações, cabendo-lhe, ainda, realizar actividades de investigação, cooperação e de imagem, divulgando a evolução histórica e as novas tecnologias do sector, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico-social do país e da comunidade ⁴. Para a concretização dessa mesma missão, a FPC comprometeu-se a realizar uma série de actividades que estivessem de acordo com os seus fins e que contribuíssem para a sua rendibilização. Entre elas: a de promover a instalação de um museu de ciência e tecnologia das telecomunicações; a investigação científica, histórica e antropológica das comunicações; acções de mecenato e patrocínio com promoção da imagem das comunicações e realização de estudos, pesquisas, cursos, pareceres e outros trabalhos especializados⁵. Tendo em vista a realização destas actividades referidas

⁴ Estatutos da Fundação Portuguesa das Comunicações.

⁵ Actividades referidas no Artigo Quarto dos Estatutos da FPC.

anteriormente e da missão estatutária que lhe foi confiada, a imagem institucional da FPC baseia-se em princípios e valores de independência, legalidade, isenção, profissionalismo, excelência, rigor e qualidade que irão permitir regular as suas obrigações com transparência, boas práticas e responsabilidade que recaem sobre a FPC enquanto instituição com estatuto de utilidade pública⁶. É, neste sentido, que a FPC pretende afirmar-se como uma instituição cultural e científica reconhecida a nível nacional e internacional pelo trabalho desenvolvido no âmbito do sector e património das comunicações, arcando com a responsabilidade de ser um elemento interveniente activo na cidadania e do conhecimento.

Estrutura Orgânica

Para compreender de que maneira é que a FPC põe em prática o compromisso estatutário assumido quando foi constituída, é importante analisar o organograma da sua administração para perceber qual é a relação que a Fundação tem com o Museu.

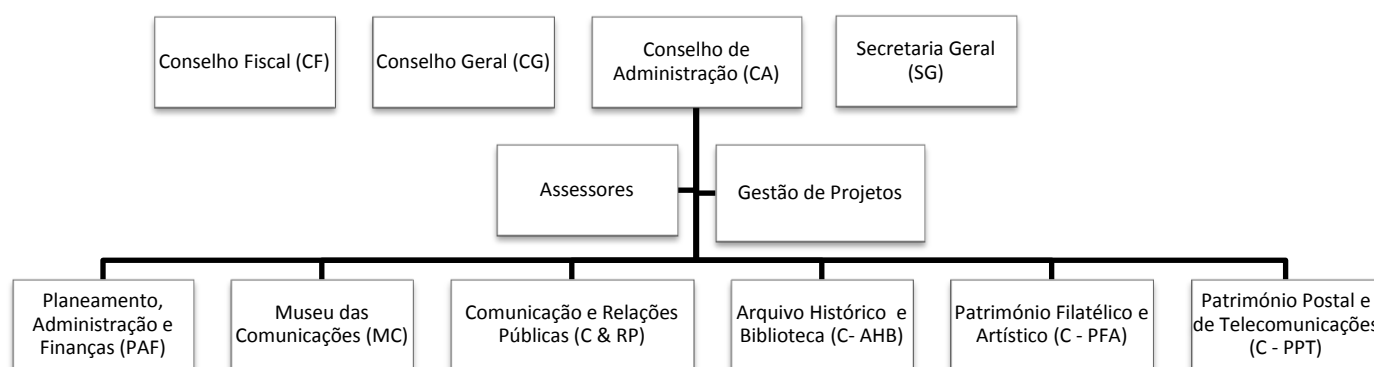


Figura 1 – Estrutura Orgânica da FPC. Fonte: Documentação acerca da organização interna FPC: 2015.

Tal como se pode verificar, a estrutura orgânica da FPC⁷ é um pouco complexa, as suas funções estão repartidas por seis diferentes serviços que estão interligados entre si, tendo apenas como elementos comuns: Conselho Geral (composto por membros fundadores e por pessoas singulares ou colectivas que contribuam significativamente para a prossecução dos fins da Fundação, entre diversas funções que lhe são incumbidas, são os responsáveis em definir e estabelecer as políticas gerais de

⁶ Princípios e valores estabelecidos no Código de Conduta da FPC.

⁷Fundação Portuguesa das Comunicações (2015). Organização interna da Fundação Portuguesa das Comunicações.

funcionamento da Fundação), Conselho Fiscal (formado por um presidente e dois vogais eleitos pelo Conselho Geral, sendo um dos membros Revisor Oficial de Contas, compete entre muitas outras funções, acompanhar a actividade do Conselho de Administração e zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias) e o Conselho de Administração (constituído por um Presidente e de dois vogais eleitos pelo Conselho Geral, é responsável pela Fundação, assegurando a sua administração, tendo em vista a realização dos seus fins, com respeito pelo estabelecido na lei e nos estatutos). Os membros destes três órgãos da Fundação são designados por mandatos de três anos com possibilidade de serem renováveis. No entanto, apesar destes três órgãos serem os principais, também outros dois serviços são comuns aos restantes seis (PAF, MC, C&RP, AHB, PFA, PPT) que verificámos há pouco na imagem, tratando-se de serviços que prestam um apoio mais próximo ao Conselho de Administração: os Gestores de Projecto (coordenam todas as competências exigíveis em cada situação a conduzir todas as etapas do processo até à sua integral conclusão; são nomeados pelo CA), Assessores e Consultores (apoiam o Conselho de Administração).

Desta forma, só com o entendimento da sua organização principal é que se pode analisar quais as funções que foram atribuídas a cada um dos serviços:

PAF	MC	C & RP	C- AHB	C-PFA	C-PPT
Plano e Actividades/ Orçamento	Actividades do MC	Gerir e promover imagem	Conservar, organizar e inventariar acervo documental	Tratamento património filatélico e artístico da FPC	Tratamento património postal/ telecomunicações
Gestão da Tesouraria e Recursos Humanos	Divulgação	Gestão, actualização e renovação base dados de públicos	Acompanhar estudo e investigação	Registo informático de peças museológicas e documentais	Organizar estudar e conservar património por colecções
Funcionamento da Loja, Cafeteria	Animação				
Segurança	Educação	Divulgação	Biblioteca	Organizar, estudar e conservar património por colecções	Registo informático de peças museológicas
Conservação	Conservação	Marketing	Gerir arquivo histórico, iconográfico e documental		
	Programar Exposições	Exposições			
	Obtenção de suportes documentais				

Tabela 1 – Organização de algumas funções dos serviços da FPC ⁸.

Após se verificar nesta tabela a descrição de algumas funções que foram incumbidas a cada um dos serviços da FPC, pode-se concluir que apesar do MC ser um departamento

⁸ Fundação Portuguesa das Comunicações (2015). Organização interna da Fundação Portuguesa das Comunicações.

a par com os outros cinco que compõem o organograma, existe uma certa particularidade em relação à sua gestão e funcionamento, pois é possível encontrar algumas das suas funções museológicas⁹ repartidas pelos outros departamentos.

Recursos

Apesar de já se ter analisado a missão estatutária, alguns valores e a estrutura orgânica desta instituição de direito privado e de utilidade pública, da FPC, importa caracterizar os seus recursos humanos, financeiros e patrimoniais para ficar a conhecer melhor a gestão desta entidade onde o passado, o presente e o futuro das comunicações se cruzam.

Ora, como já se observou anteriormente, a estrutura orgânica da FPC conta com três órgãos sociais, dois serviços que servem de apoio ao CA e seis departamentos. Relativamente a recursos humanos, todas as secções contavam em 2015 com a colaboração de cinquenta e quatro colaboradores, sendo que a maioria deles estabelecia uma relação vinculativa com os três instituidores da FPC, nomeadamente com a ANACOM, PT e CTT, os restantes colaboradores tinham o regime de prestação de serviços ou estavam vinculados à Fundação por meio de estágios profissionais ou curriculares, pois um dos principais objectivos, que ainda hoje perdura na Fundação, é estabelecer protocolos de colaboração com escolas, universidades ou outras instituições em âmbitos diversos, com o intuito de consolidar e promover o seu papel de instituição activa na promoção da cidadania, literacia, conhecimento e inclusão social.

Em relação aos recursos financeiros, desde a instituição da FPC que se conta anualmente com o apoio das contribuições regulares dos membros do Conselho Geral, ou seja dos fundadores (ICP, PT e CTT). Em geral, os mesmos são destinados a suportar as despesas de funcionamento; no entanto, sempre que se justifique, poderão haver contribuições extraordinárias dos membros actuais ou futuros do Conselho Geral. Também constituem receitas para a Fundação, qualquer subsídio periódico ou extraordinário que venha ser concedido à mesma, o produto da venda de objectos, trabalhos e serviços referentes a actividades promovidas pela Fundação que contribuam

⁹ Funções Museológicas, consoante o Código Deontológico do ICOM para Museus.

para a sua rendibilização, as receitas provenientes de aplicações financeiras entre outros rendimentos que vêm referidos no Regime Financeiro dos Estatutos da FPC¹⁰.

Inicialmente, parte do património da FPC teve origem privada (PT) e a outra parte era de origem pública, pois na altura, o estado português apoiava a FPC por meio do ICP e CTT. No entanto a partir de 2013, a FPC sofreu uma alteração significativa por parte do Executivo ocorrendo uma redução de cerca de 50% do total de apoios financeiros públicos do ICP e dos CTT¹¹.

Finalmente, para se falar acerca dos recursos patrimoniais também há que retroceder a 1997, ano da instituição da FPC, para compreender o que consta no regime patrimonial inicial. Desta forma, de proveniência pública e privada, dada à contribuição dos três instituidores, constam: meios financeiros (o valor em euros de 498.797,90 por cada instituidor) já referidos anteriormente; material e equipamento; 2/3 Indivisos prédio urbano R.D. Luís Primeiro, N.º22 na Freguesia de S. Paulo.¹² e 10/68 Indivisos do prédio urbano R. Visconde de Santarém, N.º69 e 69C na Freguesia de Arroios¹³¹⁴.

Também pertencente ao património da Fundação, são os acervos museológicos das comunicações pertencentes às instituições fundadoras que estão à guarda da Fundação a fim de permitir a permanente actualização do património. Este acervo histórico e científico está sob a responsabilidade de diferentes departamentos da FPC e está constituído por seis áreas temáticas: património museológico de correios e telecomunicações, património iconográfico, património filatélico, património documental, património artístico e novas tecnologias. De entre essas seis, pretende-se destacar o acervo do património museológico no presente estudo, pois é o que na sua maioria está representado no MC quer na sua exposição permanente quer nas exposições temporárias aquando são organizadas por esse mesmo departamento. Algumas das peças que compõem este património datam desde o século XVI até aos dias de hoje, incluindo uma colecção de selos de Portugal e de quase todos os países do Mundo que são membros da União Postal Universal.

¹⁰ Estatutos da Fundação Portuguesa das Comunicações.

¹¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 79-A/2012, de 25 de Setembro.

¹² Descrito na sexta Conservatória do Registo Predial de Lisboa, sob o n.º 96, freguesia de S. Paulo/Marquês de Pombal e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 253.

¹³ Descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º7982 a folhas 195, do livro B-31, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1107.

¹⁴ Informação disponibilizada em: Estatutos da Fundação Portuguesa das Comunicações; O Património Inicial da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Este património, subdividido em seis áreas temáticas¹⁵ e propriedade dos Instituidores, encontra-se a cargo da Fundação, guardado em locais diferentes para que o acesso, conservação, organização seja mais facilitado, promovendo a sua preservação acima de tudo. Deste modo, podemos encontrar parte do património em exposições permanentes ou temporárias dentro do espaço museológico, tal como referimos anteriormente, outra boa parte, que corresponde à maioria do acervo documental bem como aos objectos e equipamentos mais sensíveis, nas próprias instalações da Fundação e finalmente uma outra parte nas reservas museológicas, que são locais próprios, de acesso reservado e com máxima segurança de modo a zelar pela integridade das peças que foram confiadas à Fundação. As reservas da Fundação são em Mem-Martins (local arrendado) e num depósito na Boa-Hora (cedido gratuitamente pelo Instituidor CTT).

Parte do património é gerida e está inventariada no Programa Matriz, programa que permite ter em bases de dados informáticas, as informações correspondentes a cada peça com a sua devida fotografia, de modo a fornecer os esclarecimentos necessários a possíveis interessados nesta área.

Instalações

Em relação ao edifício na Freguesia de São Paulo, este tem um longo historial. Começando por ser uma fábrica cujo dono era Maxime Vaultier¹⁶, a mesma foi posteriormente vendida para albergar uma Central Telex até chegar a ser a actual sede da Fundação Portuguesa das Comunicações. A sua construção remonta ao pleno período de guerra, quando o engenheiro Alberto Carlos Garcia se viu obrigado a recorrer a utilização de ferro para a construção da estrutura do edifício quando havia falta de varão de aço. Daí o estilo abobadado que se conhece hoje, em geral, trata-se de uma estrutura simples, projecto da autoria do arquitecto João Simões, desenhado dentro de alguns parâmetros impostos pelo Município na altura, mas com rasgos caracterizantes da altura em que foi construído. Desta forma, o seu primeiro hóspede foi a sociedade comercial H. Vaultier & Companhia, que em 1944 adquiriu a propriedade dos prédios, onde está situado o edifício, ao Instituto Superior Técnico. A obra que tinha começado quatro anos antes ficou concluída em 1946. O Edifício manteve a estrutura que tem

¹⁵ Weber, Cristina (2010). *Conferência do ICOM sobre Museus de Ciência e Técnica no Museu da Ciência*.

¹⁶ Maxime Vaultier: foi um importante industrial que desenvolveu muito a empresa familiar *H. Vaultier & Companhia*. Foi também conselheiro da Câmara do Comércio Exterior de França.

actualmente, apenas variando os seus componentes. Dotada de três andares, a fábrica de Maxime Vaultier, foi anos mais tarde, em 1969, adquirida pela quantia de 27 mil contos pela Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, cuja finalidade seria para acolher a nova central de Telex que visava fazer face ao crescimento destas redes. Avançaram com o projecto, cujo custo total ascendeu a mais de 40 mil contos devido também à construção de um novo bloco de três pisos, tendo concluído e inaugurado o mesmo, quatro anos após a aquisição do edifício por parte da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones, ou seja último mês do ano 1973. Este histórico edifício, dos anos 40, foi designado sede da Fundação Portuguesa das Comunicações¹⁷ aquando da cisão dos CTT, delegando este edifício à PT, mas que posteriormente, por acordo com a ANACOM e CTT, foi atribuído à Fundação¹⁸.

Serviços

A abordagem que se acabou de fazer à Fundação Portuguesa das Comunicações foi a nível interno, começando por conhecer a origem da Fundação, a sua missão, visão e valores, entendendo a sua estrutura orgânica e a sua organização administrativa e finalmente conhecendo a caracterização dos seus recursos financeiros, humanos e patrimoniais. Deste modo, antes de encerrar este capítulo, é importante salientar ainda quais os serviços e infra-estruturas (para além do MC) que estão ao dispor do visitante.

Apesar de já se ter referido, não se pode deixar de mencionar mais uma vez o MC como um dos serviços mais importantes que a FPC disponibiliza para os seus visitantes. Considerado a face mais visível da FPC, está aberto ao público para dar a conhecer a história das comunicações (passado e presente) por meio das exposições permanentes e temporárias organizadas pelo MC, assim como pelas actividades dinâmicas organizadas pelo Serviço Educativo, tanto para graúdos, como para miúdos. Seja como for, este departamento será desenvolvido ao pormenor no terceiro capítulo.

Um outro serviço que também está de portas abertas ao público mas que tem sido mais frequentado por utilizadores bolseiros e investigadores da história do sector em Portugal é a Biblioteca e o seu Arquivo Histórico. Apesar do acesso ao arquivo ser mais limitado devido ao valor do seu acervo histórico e iconográfico, ainda assim, acaba por ser

¹⁷ Anexo 2 – Fotografia do actual edifício da Fundação Portuguesa das Comunicações.

¹⁸Fundação Portuguesa das Comunicações (1998). “A Sede da Fundação: da fábrica a museu” in *Códice* nº2. Lisboa: FPC, pp.22-33.

possível visitar as instalações mediante o acompanhamento de profissionais da Fundação. O Arquivo histórico e a Biblioteca dispõem de documentos que permitiriam reconstituir a evolução da história das comunicações em Portugal, pois dispõem de documentos únicos, alguns deles, datados do século XVII. Estas aquisições por parte do Arquivo devem-se à longevidade da existência desta Biblioteca. Foi há mais de cem anos, em 1877, que se criou a Biblioteca a par com o Museu Postal, pela mão de Guilhermino de Barros¹⁹. Na altura, Director Geral dos Correios, incorporou trinta objectos no Museu e a Biblioteca com cerca de quatrocentos volumes. Este foi o ponto de partida de uma biblioteca que a finais do século XIX, enriqueceu com a oferta de uma série de volumes de Jules Verne e Mayne Reid por parte de David Augusto Corazzi²⁰. Pouco a pouco, a Biblioteca ia engrandecendo, desta vez, pela mão de Paulo Benjamim Cabral²¹ que simultaneamente à introdução da electrotecnia em Portugal foi reunindo vasta bibliografia e publicações sobre temas relacionados com telecomunicações (telegrafia, telefonia, tracção eléctrica). No entanto, teria de esperar até 1912 para que lhe fosse designada um espaço próprio (antigo palácio Sousa Leal) e para que se iniciasse a recolha de colecções e publicações oficiais dos CTT. Apesar da óptima evolução pela qual a Biblioteca estava a passar, os anos trinta do século XX foram marcados pela desvalorização da mesma, tendo apenas voltado a adquirir certa importância em 1945 graças a Amália Duarte dos Santos Ferreira²² ao ter conseguido reinstalar mais adequadamente o espólio existente na altura e após ter elaborado um catálogo exaustivo. Contudo, teve de se esperar até 1973, para que a Biblioteca adquirisse o seu esplendor, com a criação do Centro de Documentação e Informação dos CTT (CDI), procurava-se aproximar os utilizadores das fontes de informação existentes na altura. O seu património tornou-se ainda mais valioso, quando em 1981, se inauguraram as novas instalações da Biblioteca na Av. Casal Ribeiro, em Lisboa dotadas de sistemas informáticos que divulgava e memorizava toda a informação. O espaço era assim cada vez mais virado para os seus utilizadores de modo a facultar o acesso ao mesmo. Porém, uma boa parte do espólio documental e bibliográfico tinha-se

¹⁹ Guilhermino de Barros (1835-1900) exerceu algumas funções de político como governador civil em Castelo Branco; Bragança e Lisboa. Mais tarde, foi indicado para ser Director Geral do Comércio e da Indústria tendo-se tornado também a 1ª pessoa a ocupar o cargo de Director Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis dignificou e ampliou todo o seu serviço tendo sido notável nas suas funções.

²⁰ David Augusto Corazzi (1879-1910) conceituado editor/livreiro português, foi simultaneamente oficial da Administração do Correio de Lisboa.

²¹ Paulo Benjamim Cabral (1853-1911) inspector-geral dos telégrafos entre 1888 e 1910, foi também professor de curso prático dos correios e telégrafos.

²² Amélia Duarte dos Santos Ferreira filha de Godofredo Ferreira, bibliotecário de formação.

perdido devido à transferência apressada de instalações, quando em 1992 sucedeu a cisão entre os CTT e a PT uma situação que apenas se viu resolvida quando em 1998, o espólio é resgatado e devidamente preservado em condições favoráveis nas instalações da FPC, para melhor organização e acesso ao acervo, resultou a aprovação de um novo regulamento da biblioteca da FPC. Actualmente, apesar de um historial atribulado, o seu acervo documental compreende 17 mil publicações e 374 títulos de revistas, um fundo histórico que ronda as 95 mil unidades documentais e ainda um extenso fundo iconográfico com cerca de 30 mil unidades. O acervo documental bibliográfico agrupa ainda um fundo especializado em História das Comunicações em Portugal e História das Ciências e das Técnicas²³.

Para além das áreas de exposições, a FPC dispõe, ainda, de espaços que, pelas suas características, funcionalidades, localização e por estarem dotadas de infraestruturas necessárias, resultam uma mais-valia para o público. Deste modo, verificam-se as suas funcionalidades através da tabela apresentada:

	Área / Capacidade	Funcionalidades	Particularidades
Auditório	205m ² / 160 pessoas	Seminários, palestras, conferências	Régie e 2 cabines de tradução simultânea
Átrio Casa do Futuro	190m ² / 60 a 80 pessoas	Conferências Cocktails Lançamento de produtos	Possibilidade de diferentes layouts
Sala de Formação	50m ² / 30 pessoas	Grupos de trabalho Formação Actividades	Dotada de equipamento audiovisual
Sala de Reuniões	42m ² / 10 pessoas	Reuniões	Espaço mais formal da Fundação
Sala dos Azulejos e Pátio	72m ² + 80m ² / 60 pessoas sentadas ou 100 em buffet volante	Apoio a eventos com serviço de refeições	Paredes decoradas com painéis de azulejo de Rosário Silva (Antigo Museu CTT)
Sala Polivalente	100m ² / até 80 pessoas	Grupos de trabalho Formação Actividades	Equipamento audiovisual

Tabela 2 – Estruturação das diversas funcionalidades, características e particularidades dos espaços da FPC.

²³Fundação Portuguesa das Comunicações (1998). “Biblioteca Centenária abre as portas a investigadores”, in Códice nº2. Lisboa: FPC, pp.30-31.

Ao serem instalações com múltiplas e diversas características que estão integradas na FPC, a mesma promove a cedência desses espaços a empresas ou particulares que queiram proceder ao aluguer para a realização dos seus eventos.

Porém, a FPC dispõe também de dois espaços comuns, a cafetaria e a loja, ambos localizados junto à recepção no piso 0.

A Cafetaria é um serviço orientado e supervisionado pelo departamento de Planeamento, Administração e Finanças, que assegura o seu funcionamento, à data de 2015 encontrava-se representada pela empresa Casa da Comida, considerado um dos restaurantes mais emblemáticos e prestigiados do país sendo uma referência na gastronomia portuguesa²⁴. Aberto todos os dias excepto ao domingo, o seu horário de funcionamento era das 9h-18h.

Finalmente, a Loja também é um espaço da responsabilidade da FPC. Inicialmente, a par da Cafetaria, era o PAF que assegurava o seu funcionamento; contudo, no decorrer do ano de 2015, essa responsabilidade foi trespassada para o departamento do Museu das Comunicações que orientava os produtos em exposição e supervisionava o seu funcionamento. A loja revela grandes particularidades, relacionadas com os produtos que estão expostos na mesma. Se, por um lado, podem-se encontrar instrumentos de comunicação institucional editados pela FPC (ex: Revista *Códice* publicada de 1998 a 2010) e também outras publicações relacionadas com o sector das comunicações e correios, por outro podem-se adquirir produtos 100% nacionais das mais diversas áreas de produção: artesanato, bijuteria, cerâmica, moda, pintura, escultura. Artigos que representam peças do acervo museológico da FPC mas também que são características da cultura portuguesa.

Estas considerações acerca da Fundação Portuguesa das Comunicações revelam que a mesma se afirma como uma instituição reconhecida a nível nacional e internacional que tem por objectivo zelar pela conservação, estudo e investigação do património das comunicações de modo a divulgar a sua evolução histórica e as novas tecnologias do sector, sempre com o intuito de contribuir para o desenvolvimento económico-social do País e da comunidade.

²⁴ Transcrição da descrição feita à Cafetaria disponível no *site* da FPC.

Posto isto, após caracterização da entidade de acolhimento, considerou-se que no capítulo seguinte seria apropriado elaborar uma abordagem genérica às instituições museológicas (conceito; funcionalidades; evolução e classificação), visto o estágio curricular ter sido realizado no Museu das Comunicações, e este ser um dos objectos de estudo no presente relatório.

II CAPÍTULO - INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O objectivo principal deste capítulo é compreender e analisar algumas questões mais abrangentes na área da Museologia. Em forma de síntese, esses conceitos serão abordados de forma clara e concisa para que o enquadramento do tópico central desta dissertação seja mais fácil e perceptível. Inicialmente serão dadas algumas noções gerais relacionadas com as instituições museológicas, nomeadamente a explicação do seu conceito, das suas funções museológicas e a sua classificação. De seguida, irá compreender-se de que modo é que essas mesmas instituições evoluíram em Portugal desde o século XVIII. Finalmente, para encerrar o capítulo, considerando que o Museu das Comunicações está classificado como museu de ciência e técnica, será analisada a progressão desta tipologia tanto em Europa como em Portugal.

Museus - Breve análise à evolução do seu conceito, funções museológicas e classificação

O conceito de museu está sustentado por definições institucionais, tanto pelo *Internacional Council of Museums* (considerada a maior organização internacional não-governamental de museus e profissionais de museus que se dedica à preservação e divulgação de património natural e cultural mundial, do presente e do futuro, tangível e intangível, desde 1946, como pela Lei-Quadro para os Museus que se aplica em Portugal desde 2004. Deste modo, segundo os estatutos do *Internacional Council of Museums* (ICOM), pode-se concretizar que “Un museo es una institución permanente, sin fines de lucro, al servicio de la sociedad y abierta al público, que adquiere, conserva, estudia, expone y difunde el patrimonio material e inmaterial de la humanidad con fines de estudio, educación y recreo ²⁵”. Em Portugal, essa definição foi reforçada após o estabelecimento da Lei-Quadro dos Museus Portugueses²⁶ que legalmente decretou o museu como uma “instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

²⁵ ICOM (2007). Artículo 3, Sección 1 in *Estatutos del ICOM*.

²⁶ Lei n.º. 47/2004, de 19 de Agosto.

- a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;
- b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”

Estas duas definições permitem-nos concluir que as instituições museológicas são grandes potenciadoras da cultura e que contribuem significativamente para transmissão de conhecimentos. Estas noções de museu foram-se alterando e modificando desde a sua criação. Nos seus primórdios, as instituições museológicas, na altura denominados gabinetes de curiosidades, eram compostos por colecções de domínio privado que apenas se destinavam a um número reduzido de pessoas, às elites. Contudo, começavam a desempenhar algumas funções museológicas, como coleccionar, salvaguardar e preservar os objectos para o futuro com vista a transmitir conhecimentos para a sociedade que frequentava esses gabinetes de curiosidades. Esta realidade verificou-se até ao século XVIII, pois a partir desta altura, já se começavam a criar novos museus, sob a intenção de ser um espaço que pudesse chegar a mais pessoas, pretendia-se que a noção de educação, restrita a uma sociedade privilegiada fosse ultrapassada e se procedesse a uma “democratização” da educação com vista a alargar o público-alvo dos museus. Estava-se perante uma modificação do paradigma das instituições museológicas, fruto dos ideais iluministas que se tinham desenvolvido nesta época. Já no século XIX, quando gradualmente se começa a aplicar o que teoricamente se pretendia na época iluminista, outros factores como o desenvolvimento da tecnologia e da ciência e o progresso da indústria permitiram que os museus abrissem os seus horizontes e diversificassem as suas colecções, potenciando-se assim a criação de novos museus dedicados à técnica, ciência e indústria com o intuito de divulgar os serviços e o desenvolvimento de novos progressos tecnológicos dentro destas áreas. Desta forma, assistia-se a uma nova diversificação da tipologia das instituições museológicas – belas-arts, história, arqueologia, técnica, ciência e indústria – que permitia que os museus comesçassem a ser vistos como complementos das escolas²⁷. Contudo, mesmo sabendo que os museus tinham potencialidades para se afirmarem como instituições com um

²⁷ Mendes, J.M. Amado (2009). *Museus e educação: estudos do património*. Coimbra: Imprensa da universidade, p.33.

poder pedagógico muito importante juntos das escolas, a reorganização nesta área levada a cabo nas primeiras décadas do século XX, apontou para uma preferência na actividade de conservação do património, colocando assim a educação em segundo plano, tal como acontecia em Grã-Bretanha²⁸. Em Portugal, essa tendência verificou-se num dos mais importantes museus da época, Museu Nacional de Arte Antiga, quando a composição do seu quadro de pessoal era constituída maioritariamente por “um director, três conservadores, um secretário, um chefe de pessoal menor, um porteiro, cinco guardas efectivos, nove guardas auxiliares e um jardineiro”²⁹. Desta forma, de entre as funções dos museus já desenvolvidas nesta altura, prevalecia a função de conservação perante as restantes.

No entanto, fruto de algumas transformações na sociedade, tanto a nível político, como ideológico e tecnológico, após a segunda guerra mundial, as próprias instituições começam a ser pensadas em virtude do bem-estar das pessoas. Os museus não foram excepção. Estas instituições, cujos objectivos estavam focados na aquisição e salvaguarda dos seus acervos, começam a pensar naquilo que o público podia usufruir dos mesmos através da sua função educativa e formativa. Houve um aumento do número de visitantes e os museus apostaram na renovação da sua actividade educativa. Assistia-se assim a uma reestruturação da museologia tradicional, em prol de uma museologia voltada para a comunidade e para o papel que teria de desempenhar como serviço público. Desta forma, surge também nos anos 70, uma tendência inovadora, apelidada de Nova Museologia que iria ser decisiva para reorganizar esta área. Pretendia-se que as instituições museológicas exercessem acções mais abrangentes, não só a nível do seu património, como também no envolvimento das suas comunidades. Daí que da teoria rapidamente se passou à prática, com a conceptualização de uma nova dinâmica de museu desenvolvida principalmente por Georges Henri Rivière³⁰ e Hugues de Varine³¹. Os “ecomuseus” começavam assim a dar os seus primeiros passos em França e concretizavam a ideia de envolver tanto o território como a sua comunidade

²⁸ Hooper-Greenhill, Eileen (1998). *Museum and Gallery Education*, London-Washington: Leicester University Press, p.188.

²⁹ “Reorganização dos Serviços artísticos e arqueológicos”- Decreto de Lei de 26 de Maio de 1911, *Diário do Governo*, nº124, de 29 de Maio de 1911, p.246 in Amado Mendes, J., *ob. cit.*, p. 35.

³⁰ Georges Henri Rivière (1897-1985) primeiro director do ICOM, considerado um dos mais importantes museólogos franceses tendo sido preponderante na museologia em França e no desenvolvimento de conceitos como a Nova Museologia e os ecomuseus.

³¹ Hugues de Varine (1935 -), consultor na área de desenvolvimento comunitário, dirigiu diversas instituições, sendo o ICOM uma delas, após ter sido adjunto de Georges Henri Rivière. Colabora igualmente com vários países em projectos ligados a museus e ao património.

local, com vista a desenvolver a formação e educação das sociedades. Desta forma, tal como afirma G.H. Rivière “já não é o objecto que está no centro das preocupações do museu, mas antes o sujeito social. A memória colectiva torna-se o património mais importante e a interdisciplinaridade a regra de conduta de programas concretizados com a participação da população”³². Estas organizações museológicas desenvolveram-se não se em França e Inglaterra, mas também em Portugal. Esta dinâmica destaca-se portanto no meio de muitas tendências que se desenvolveram a partir da 2ª metade do século XX, mais concretamente desde 1960-1970, e que vieram, de certa maneira, reorganizar toda a estrutura museológica até à forma como se conhece actualmente.

Em suma, verifica-se que a par com evolução da concepção de museu, as suas funções inerentes enquanto instituição cultural, também se foram incrementando. Se antes os museus, denominados gabinetes de curiosidades, apenas tinham a utilidade de salvaguardar os bens preciosos de colecções privadas acessíveis apenas às elites, hoje em dia, segundo a legislação criada para o efeito, têm as funções de “estudo e investigação, incorporação, inventário e documentação, conservação, segurança, interpretação e exposição e educação”³³ acessível a toda a comunidade que pretenda usufruir dos mesmos.

Tal como vimos, as funções das instituições museológicas foram-se modificando à medida que a sociedade ia evoluindo. Contudo, o mesmo se pode afirmar relativamente à classificação das instituições museológicas. Se inicialmente, os museus nos países ocidentais estavam classificados consoante as disciplinas que abrangiam, nomeadamente artes, ciências e técnicas, essa tendência sofreu algumas alterações após a II Guerra Mundial, muito graças às diversas transformações que ocorreram na sociedade e à criação das primeiras organizações dedicadas ao universo museológico. Uma das principais organizações, o ICOM, propôs em 1963 uma classificação mais abrangente: a de organizar os museus consoante as suas colecções. Por conseguinte, optou por dividi-los da seguinte forma: museus de história, museus de arte, museus de etnologia, museus de história natural e museus de ciência e técnica³⁴. No entanto, até aos nossos dias, essa classificação foi sofrendo múltiplas alterações, tornando-se mais rigorosa, mais específica também, acompanhando o surgimento de novas instituições.

³²Rivière, Georges Henri (1989). *La muséologie selon Georges Henri Rivière*. Cours de Muséologie/Textes et témoignages, Paris: Dunot, pp.153-154 in Amado Mendes, J., *ob. cit.*, p. 67.

³³ Lei nº. 47/2004, de 19 de Agosto.

³⁴ Nouvelles de l'ICOM (1963) Paris Vol 16, Nº 1-2.

Assim, na tabela que se apresenta de seguida, apresentam-se duas classificações actuais utilizadas por dois organismos internacionais, pelo ICOM e pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT).

ICOM	EUROSTAT
a) Museus de arte	a) Museus de arte, de arqueologia e de história
b) Museus de arqueologia e história	
c) Museus de ciência e de história natural	b) Museus de ciências e técnicas e museus de tecnologia
d) Museus das ciências e das técnicas	
e) Museus de etnografia e antropologia	
f) Museus especializados	c) Outros museus
g) Museus regionais	
h) Museus gerais	
i) Outros museus	
j) Monumentos e sítios	d) Não são tomados em consideração
k) Jardins zoológicos e botânicos, aquários e reservas naturais	

Tabela 3 – Comparação da Tipologia de museus do ICOM e Eurostat³⁵.

Verifica-se, portanto, uma diferença substancial nestas duas classificações. Se o ICOM opta por reagrupá-los em 9 grupos, o EUROSTAT opta pela simplificação e apenas os organiza em 3 grupos diferentes. No entanto, apesar de se ter apresentado estas duas classificações, também se podem considerar acertadas outras tipologias desenvolvidas por grandes museólogos, como, por exemplo G.H. Rivière (1989), E.P Alexander (1979), L. Salerno (1963), H. Varine (1974), entre outros.

Este aspecto torna-se importante nesta dissertação, pois segundo o *Regulamento Interno do Museu das Comunicações* o mesmo está classificado como museu de ciência e técnica.

Museus em Portugal - O seu desenvolvimento a partir do século XVIII

No que respeita a Portugal, verifica-se que a concretização do primeiro museu de ciência e técnica data de finais do século XX. Contudo, muito antes desta criação, a indústria, tecnologia e ciência já começavam a estar intimamente relacionadas com a museologia. Desta forma, depois de já se ter feito uma breve síntese acerca da evolução

³⁵ Fonte da tabela: Eurostat (2000), *Les Statistiques Culturelles dans l'EU. Rapport Final du LEG*, (3/2000/EN.º1). Luxemburgo, pp.40-41 in Observatório das Actividades Culturais. Instituto Português de Museus-Rede Portuguesa de Museus (2005). *Panorama Museológico em Portugal 2000-2003*. (coord. Maria de Lourdes Lima dos Santos e Manuel Bairrão Oleiro). Lisboa: OAC: IPM, p.21.

do conceito de “museu” no início deste capítulo, opta-se por alongar um pouco mais esse tópico abordando as realizações museológicas em Portugal num determinado período histórico (desde o séc. XVIII até aos inícios do séc. XX) e, de certo modo, com maior incidência nos embriões dos museus de ciência e técnica no país.

Em Portugal, tal como em vários países europeus, foi a partir do século XVIII que se começaram a criar os primeiros museus. Este feito deveu-se sobretudo a Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, influenciado pelos ideais iluministas da época. No entanto, até ao século XVIII, já se tinha denotado um certo interesse pelos objectos e o valor intrínseco dos mesmos, desta forma, foram concebidas várias colecções tanto pela mão de reis, como de nobres ou religiosos. A título de exemplo, pode-se indicar a colecção de D. Afonso, 1º Duque de Bragança, no século XV, a do humanista André Resende no século XVI ou a de D. Manuel I que graças à expansão portuguesa instituiu um grande depósito de armamento no Paço da Ribeira³⁶.

À medida que passava o tempo, verificava-se que a intenção de recolher, estudar e conservar o património de diversas áreas (arqueológico, numismático, artístico, medalhística e de objectos relacionados com a natureza) ia crescendo e ganhando cada vez mais importância. O tratamento e a organização das colecções iniciaram-se a finais do século XVII e meados do século XVIII, quer por iniciativa de D. João V, quer pela mão de nobres, religiosos e eruditos. Desta forma, diversas medidas para a concretização destes fins tinham sido levadas a cabo. D. João V começou por instituir por decreto régio em 1720 a Real Academia da História Portuguesa³⁷, cujas sessões eram realizadas no Palácio da Anunciada. Já em princípios do século XVII, este espaço era dotado de grande importância, devido ao facto de se ter constituído no mesmo um gabinete de curiosidades naturais juntamente com uma biblioteca com um vastíssimo património, ambos pela mão de D. Luís de Menezes, 3º Duque da Ericeira³⁸. As obras artísticas tinham sido preservadas por nobres em galerias de arte ou em gabinetes de

³⁶ Nabais, Antonio (1985). “Museus” in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, vol.2: p. 18; Ramos, Paulo Oliveira (1993) “Breve história do Museu em Portugal”, Beatriz Rocha Trindade (coord.), *Introdução à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 21.

³⁷ Teixeira, Madalena Braz (2000). “Primórdios da investigação e da actividade museológica em Portugal = Los comienzos de la investigación y de la actividad museológica en Portugal” in *Revista de Museologia*, separata. Madrid: Asociación Española de Museólogos, p.8.

³⁸ Vd. Brigola, João (2003). *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 70; Brigola, João (2011). “Perspectiva histórica da evolução do museu em Portugal” in *Coleccionismo, práticas de campo e representações* (org. Maria Margaret Lopes e Alda Heizer). Campina Grande: EDUEPB, p.44.

curiosidades (Palácio dos Condes da Ericeira, dos Marquesses de Abrantes entre outros) e ainda se contava com inúmeras colecções de particulares que continham brilhantes espólios. Contudo, apesar dos progressos que se tinham implementado em Portugal com a viragem do século, poucas foram as colecções que ficaram intactas após os efeitos do terrível terramoto que assolou a cidade de Lisboa em 1755, restando apenas documentos que retractam o coleccionismo da época.

Vários autores³⁹ são unânimes em considerar que Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, foi uma das pessoas que mais contribuiu para o desenvolvimento da cultura setecentista em Portugal. Foi através dele, e dos seus ideais iluministas, que se estabeleceram as primeiras instituições museológicas em Portugal.

Sebastião de Carvalho e Melo, primeiro-ministro durante o reinado de D. José, foi o grande propulsor de uma serie de reformas no país, no âmbito da administração, arquitectura, ensino e consequentemente da cultura. Não pretendendo fazer uma análise exaustiva acerca das mesmas, enaltecem-se de seguida as que foram mais importantes tendo em conta este presente estudo. Um dos âmbitos mais desenvolvidos por Marquês de Pombal foi a educação, desta forma, uma nova perspectiva surgia sobre a pedagogia. Não só devido aos seus ideais iluministas, mas também devido à publicação de grandes obras – nomeadamente *Verdadeiro método de estudar* (1746) de Luis António Verney e *Cartas sobre a Educação da Mocidade* (1772) de Ribeiro Sanches – antes e pós as reformas implementadas por Marquês de Pombal que incidiram tanto no ensino básico como no ensino superior.

Se a educação em Portugal até esta altura tinha vindo a ser controlada por companhias ligadas à religião, principalmente pelos jesuítas através da Companhia de Jesus ou da criação da Universidade de Évora, as medidas implementadas por Marquês de Pombal vieram modificar totalmente este panorama. De entre várias, tomou a decisão de expulsar esta ordem religiosa do território nacional, consequentemente tratou de laicizar o ensino, abriu novas escolas a menores, extinguiu a Universidade de Évora, reformou os estatutos da Universidade de Coimbra (como veremos mais adiante) e procedeu à criação do Colégio dos Nobres com o objectivo primordial de educar os filhos dos

³⁹ Brigola, João (2003); Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit*; Brás, Madalena Teixeira (1985) e (2000). *obs. cit.*

aristocratas. Esta reestruturação foi determinante pois novos métodos pedagógicos se desenvolveram tendo sido o mote para a formação de instituições museológicas.

Sebastião de Carvalho e Melo também não prescindiu de zelar pela educação dos príncipes, tendo para tal, criado o Real Museu da Ajuda⁴⁰. Neste espaço, instituído em 1768, constavam um Gabinete de Física, um Jardim Botânico e também um Museu de História Natural. Nesse mesmo ano, o papel de conceber o Jardim Botânico foi atribuído a Domingos Vandelli (naturalista italiano que também teve um papel determinante após a reforma da Universidade de Coimbra – tal como veremos mais à frente –) tendo mais tarde, em 1791, visto o seu trabalho reconhecido quando se tornou director do inicialmente denominado «Real Jardim Botânico da Ajuda, Laboratório Químico, Museu de História Natural e Casa do Risco».⁴¹ O próprio enriqueceu este espaço de múltiplas espécies e objectos. As peças que compunham as colecções desse museu eram dotadas de grande valor e bastante diversas, pois ou se tratavam de objectos etnográficos⁴² recolhidos principalmente de expedições organizadas a colónias (Manoel Galvão da Silva a Moçambique ou Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil⁴³) ou de elementos provenientes de embaixadas no estrangeiro (colecções compostas de minerais e animais procedentes da Rússia, trazidas na sua altura pelo embaixador Horta Machado⁴⁴).

Tendo em conta as vastas e ricas colecções que estavam integradas, os espaços tinham adquirido grande valor e inclusive tinham sido reconhecidos internacionalmente quer por naturalistas alemães (Henri Frederick Link⁴⁵) quer por franceses (Geoffroy Saint-Hilaire⁴⁶). Desta forma, esta poderá ter sido uma das razões que levou a deterioração deste espaço, pois fora afectado quando se iniciaram as invasões napoleónicas em

⁴⁰ Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob. cit.* p. 22; Teixeira, Madalena Braz (2000) *op. cit.* p. 13.

⁴¹ Consultar *cit. em*: < <http://www.jardimbotanicodajuda.com/> > no sep. “História”.

⁴² Oliveira, Ernesto Veiga de (1971). *Apontamentos sobre a Museologia: Museus etnológicos: Lições dadas no museu de etnologia de Ultramar*. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar, pp. 24-25.

⁴³ M. Galvão da Silva e A. Rodrigues Ferreira foram naturalistas no século XVIII que ficaram encarregues da organização do acervo do Museu e do Jardim Botânico da Ajuda. Ambos realizaram expedições científicas com intuito de remeter novas peças para o museu. Alexandre Rodrigues Ferreira, chegou a desempenhar o cargo de vice-director do *Real Museu da Ajuda* ao lado de Domenico Vandelli.

⁴⁴ Vd. Carvalho, Rómulo de (1979). *Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa, pp.165-166.

⁴⁵ Link, Henri Frederick (1803). *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799*, vol.I. Paris, pp. 298-299 in Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 23.

⁴⁶ Vd. Teixeira, Madalena Braz (1985). “Os primeiros museus criados em Portugal” in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol 1, nº1- jan./jun. Lisboa: Instituto Português Património Cultural, p. 190; Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 24.

Portugal. Alguns objectos ficaram sob o domínio das tropas francesas, outros foram transferidos para o Brasil quando a família real se exiliou devido às invasões francesas. Estes últimos contribuíram significativamente para as colecções do Real Museu do Rio de Janeiro⁴⁷.

O Real Museu da Ajuda poderá ter sido o primeiro mas certamente não foi a única instituição que Sebastião de Carvalho e Melo concebeu como museu. Com a profunda reestruturação que era estritamente necessária na Universidade de Coimbra (recorde-se que até à data a universidade estava sob domínio dos jesuítas que posteriormente foram expulsos do território nacional) poderá associar-se uma outra criação museológica, desenvolvida pelo mesmo propulsor do Real Museu da Ajuda influenciado pelos ideais iluministas que se tinham propagado por toda a Europa.

Se tal como se disse anteriormente uma das prioridades de Sebastião de Carvalho e Melo seria a modernização do ensino em Portugal, para a concretização desse mesmo objectivo, uma das medidas mais importantes passava pela reorganização da Universidade de Coimbra. Contudo, foi um processo que passou por diversas etapas. Iniciou-se com a Instituição da Junta de Providência Literária⁴⁸ que por ordem régia era encarregue de analisar os erros que estavam prejudicar os estudos superiores e a sua envolvente para depois se puderem encontrar possíveis soluções e implementar novas medidas que lograssem reerguer a universidade. Dessa mesma Junta resultaram duas reflexões publicadas por Marquês de Pombal:

- Compendio historico do Estado da Universidade de Coimbra no tempo da invasão dos denominados jesuitas e dos estragos feitos nas sciencias e nos professores e directores que a regiam pelas maquinações, e publicações dos novos estatutos por eles fabricados (1770).

-Estatutos da Universidade de Coimbra (1772).

É salientar que estes textos foram determinantes para a formalização da reorganização da Universidade de Coimbra.

⁴⁷ Teixeira, Madalena Braz (1985). *ob. cit.* p. 192.

⁴⁸ Instituída por Carta Régia a 23 de Dezembro de 1770, funcionava sob a inspecção de Marquês de Pombal e Cardeal da Cunha e era constituída pelos conselheiros: D.Frei Manuel de Cenáculo (bispo de Beja), Dr. José Ricalde Pereira de Castro, Dr. José de Seabra da Silva, Dr. Francisco António Marques Geraldès, Dr. Francisco de Lemos de Faria (reitor da universidade), Dr. Manuel Pereira da Silva e Dr.João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho.

Apesar de serem as duas obras de extrema importância, tendo em conta o tópico que se pretende desenvolver neste capítulo, apenas é revelante fazer uma síntese de algumas decisões implementadas após a publicação dos estatutos pombalinos da Universidade de Coimbra em 1772 que influenciaram a criação de organismos museológicos. De entre várias medidas que visavam a modernização do ensino na universidade, houve a necessidade de rever os estudos da Faculdade de Medicina, de criar novas faculdades no âmbito dos estudos naturais, nomeadamente a Faculdade de Matemática e Filosofia Natural, e por conseguinte, devido à aposta nesta área de estudos, de apetrechar a universidade com novas instalações que permitissem uma resposta adequada à difusão destes estudos. Destaca-se portanto a instituição de um Gabinete de Física, um Laboratório Químico, um Jardim Botânico e um Museu de História Natural.

Relativamente ao Gabinete de Física, o acervo do mesmo já tinha vindo a ser pensado por Marquês de Pombal, pois não lhe restaram dúvidas que após o insucesso que a pedagogia científica tivera no Colégio dos Nobres (apesar do mesmo estar dotado de preciosos objectos⁴⁹ que compunham as colecções de física e astronomia -destinadas ao ensino experimental das próprias disciplinas- e do cuidado de se ter seleccionado um docente que estivesse à altura, Giovanni Antonio dalla Bella⁵⁰), teria de se dar um novo rumo a esse acervo, tendo sido o mesmo transferido para o recém-criado Gabinete de Física Experimental da Universidade de Coimbra. A instrução ficara de igual modo encarregue ao professor italiano Giovanni Antonio dalla Bella.

O Laboratório Químico também não ficara ao acaso, foi instalado num edifício próximo ao Museu de História Natural e foi um dos primeiros locais dedicados ao estudo e à investigação química em Portugal. Foram nesta área dados os primeiros passos de Domenico Vandelli, pois uma das suas primeiras funções quando foi notificado por Marquês de Pombal era leccionar os estudos de História Natural e de Química, tendo mais tarde ficado encarregue de dirigir este laboratório e de outros dois locais: o Jardim Botânico e Museu de História Natural.

Como se acabou de enunciar, o Museu de História Natural bem como o Jardim Botânico tiveram o mesmo dinamizador. Tendo o próprio começado por dar especial atenção ao

⁴⁹ Marquês de Pombal afirmara que se tratava de um dos mais importantes espólios de Europa in Rómulo de Carvalho (1978). *História do Gabinete de Física da Universidade de Coimbra*. Coimbra, p.33.

⁵⁰ Professor de Física oriundo da Universidade de Pádua exerceu funções no Colégio dos Nobres (ficou encarregue de organizar o equipamento necessário para leccionar esses estudos) e mais tarde foi transferido para a Universidade de Coimbra.

Jardim Botânico, elaborou logo um primeiro plano para a constituição do mesmo. No entanto, fora recusado por Marquês de Pombal por questões de orçamento, desta forma o Jardim Botânico só ficara delineado e perfeitamente organizado mais tarde com a intervenção de Félix Avelar Brotero (professor de agricultura e botânica) tendo este, assumido a direcção do jardim em 1791. Em relação ao Museu de História Natural, instituído no antigo edifício do Colégio dos Jesuítas em 1775, Vandelli também deixara a sua marca. Estima-se que uma das primeiras colecções que o museu tenha albergado fora a do próprio após uma negociação monetária feita com Marquês de Pombal. Essas colecções que tinham sido tratadas em Pádua, de onde Vandelli era oriundo, estavam minuciosamente referidas e designadas num só documento escrito pelo próprio⁵¹ e que resumidamente eram compostas de variadíssimas colecções – históricas, naturais, etnográficas – provenientes de diversas expedições realizadas para o efeito⁵². Uma outra colecção que constituía o espólio inicial deste museu, era o legado doado⁵³ por José Rollem Van-Deck (Capitão de Mar e Guerra no reinado de D. José I), formado essencialmente por produtos naturais que compunham o seu gabinete particular. Finalmente, a estas colecções eram anexadas outras provenientes do Real Museu da Ajuda⁵⁴ que eram resultado de algumas expedições feitas a colónias (Alexandre Rodrigues Ferreira).

Vale a pena salientar que estes estabelecimentos implementados por Sebastião de Carvalho e Melo como complementos à prática do ensino/aprendizagem dos estudos naturais e científicos foram extremamente importantes não só para a comunidade estudantil que frequentava a universidade, mas também para o público em geral.

Pois mesmo tendo sido criados com o objectivo primordial de responder ao ensino universitário, “ (...) Adquirem rapidamente um carácter patrimonial e turístico que os abriram à curiosidade de eruditos, gente de luzes e viajantes estrangeiros; e até, em dias festivos (bem entrado o séc. XIX), peregrinação obrigatória das populações da região

⁵¹ Título do documento escrito por Domenico Vandelli e arquivado na Academia de Ciências de Lisboa – *Saggio del museo di Domenico Vandelli. Padova (1763)*, BACL, Ms. 1205/5, Série Azul – transcrito integralmente em: Brigola, João (2003). *ob.cit.*

⁵² Vd. Brigola, João (2003). *ob. cit.* pp. 148-149.

⁵³ Possíveis razões da doação Vd. Brigola, João (2003) *ob. cit.* pp. 161-162.

⁵⁴ Ordem Régia de 1801 estabelece um programa de correspondência entre o Real Museu da Ajuda e a Universidade de Coimbra.

envolvente (...) ”⁵⁵. Os espaços começavam assim a ser valorizados pela sua componente pedagógica mas também cultural.

Tal como pudemos constatar, o Real Museu da Ajuda e as instituições museológicas criadas à luz da grande reforma realizada à Universidade de Coimbra poderão ter sido o ponto de partida na criação de museus em Portugal, pois apesar de não se constituírem com a totalidade de funções que hoje se atribui aos museus, começaram por valorizar as colecções que constituíam os seus espólios e torná-las acessíveis a todos os públicos.

Apesar da destruição ocorrida a alguns gabinetes de curiosidades após o terramoto de 1755, a prática continuou a ser concretizada por outras pessoas que ampliaram as suas colecções por outras áreas na segunda metade deste século. Desta forma, a par das criações cujo propulsor foi Sebastião de Carvalho e Melo, evidenciam-se também algumas colecções privadas desenvolvidas por coleccionistas de diversos estratos sociais (aristocratas, eclesiásticos ou eruditos) cujo acervo, era bastante eclético não descuidando o âmbito naturalista. De entre as mesmas podem-se destacar as iniciativas: de Marquês de Angeja pelo seu Jardim Botânico, de Pe. Mayne cujo instituto (precursor da Escola Politécnica⁵⁶) era composto por uma galeria de pintura e um importante núcleo científico. Finalmente a de Frei Manuel de Cenáculo que estabeleceu uma instituição museológica em Beja e uma importante livraria em Évora, após ter sido nomeado Arcebispo dessa mesma cidade após a morte de D. Joaquim Xavier Botelho de Lima. Primeiramente instalou em Beja sob o nome de Museu Sisenado Cenáculo Pacense, uma das primeiras instituições abertas ao público que albergava várias colecções apresentadas em diversas secções. As mesmas eram dedicadas à história natural, arte, arqueologia e até algumas peças de numismática e medalhística. A sua actividade em Évora começou a desenvolver-se após ter assumido o cargo de Arcebispo da cidade. Dada a sua deslocação de Beja para Évora, leva consigo algumas peças do seu acervo que mais tarde incorpora numa valiosa biblioteca criada por si que, após a implementação dos seus devidos estatutos em 1811, é designada Livraria Eclesiástica Pública.

Apesar de não terem alcançado o mesmo dinamismo que as instituições que vimos anteriormente, foram espaços que também se consideraram como experiências na

⁵⁵ Brigola, João (2003). *ob. cit.* p. 144.

⁵⁶ Teixeira, Madalena Braz (1985). *ob.cit.* p. 196.

museologia portuguesa. Os mesmos eram denominados “museus” mas havia restrições, pois nem todos os espaços que cresceram nesta época eram abertos a todas as pessoas, desta forma, não cumpriam com uma das funções primordiais e essenciais deste tipo de instituições – a de tornar os seus acervos acessíveis a todos os públicos. Por conseguinte, por terem estas particularidades e por se considerarem característicos de um período iluminista e enciclopédico, foram englobados no primeiro período museológico português defendido por Madalena Brás Teixeira⁵⁷.

Após o visionamento de alguns estudos e obras de alguns autores⁵⁸ que abordam esta temática, é possível verificar que a maioria consente a classificação elaborada por Madalena Brás Teixeira aos primórdios da museologia portuguesa. Apesar da pesquisa deste trabalho estar centrada num museu, o Museu das Comunicações, opta-se por relativizar esta diferenciação feita por Madalena Brás Teixeira, reproduzindo apenas uma breve síntese acerca da sua classificação do início da museologia portuguesa. Tal como vimos anteriormente, Madalena Brás Teixeira começa por aglomerar as criações de Marquês de Pombal e a evolução de alguns gabinetes de curiosidades a projectos museológicos num primeiro período temporal.

No período seguinte, cujo começo é assinalado pela autora com a criação do Museu Portuense e com a extinção das ordens religiosas⁵⁹ apresentam-se algumas modificações na criação de certas instituições museológicas, possivelmente devido à fase política que o país atravessava naquele momento. Estava-se perante uma alteração de regime, devido às sucessivas quebras que se tinham vindo a reflectir na coroa. Essa época de transformações iniciou-se com as invasões francesas a Portugal (1807-1810) que, consequentemente, levaram à saída da Coroa Portuguesa para o Brasil (D. João VI e a sua corte) e à destruição económica e social que resultou das mesmas. Em todos estes acontecimentos estava imbuída a ideia revolucionária e liberal que subsistia pela Europa após a Revolução Francesa (1798), conceito que se ia propagando pela sociedade à medida que os franceses iam ocupando território. Acrescentando a este factor o desejo de mudança por parte de certas classes sociais (principalmente burguesia) a decisão de promover uma revolução liberal chegou a bom porto. Preponderantes nesta mudança

⁵⁷Vd Teixeira, Madalena Braz (1985). *ob. cit.* p. 186.

⁵⁸Vd. Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007). *O Museu Nacional da Ciência e da Técnica 1971-1976*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra; João Brigola (2003). Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob. cit.*

⁵⁹ Teixeira, Madalena Braz (1985) *ob. cit.* p. 2; Teixeira, Madalena Braz (2003) *ob. cit.* p. 30.

foram os burgueses Manuel Fernandes de Tomás, José da Silva Carvalho e José de Ferreira Borges que criaram uma espécie de associação liberal, de seu nome Sinédrio, que fora fulcral para o triunfo da revolução liberal em 1820.

Este triunfo foi um grande passo para a elaboração de uma nova Constituição, que viria a ser consagrada em 1822. Na mesma tinham ficado definidas questões fundamentais para o bom funcionamento de um novo regime. De entre elas, a separação de poderes e o direito à individualidade e a liberdade de cada um dos cidadãos. Acontece que a mesma não teve grande aprovação por parte de certas classes sociais que perdiam a maior parte dos privilégios com esta Constituição. Desta forma, a mesma foi recusada por essas figuras contra revolucionárias (D. Miguel apoiado por D. Carlota) que pretendiam instaurar o Antigo Regime, tendo por isso feito estalar rebeliões conhecidas por Vila-Francada e Abrilada. Contudo, prevalece o Liberalismo.

As tentativas para voltar a impor o absolutismo persistiram, tendo D. Miguel voltado a atacar após ter estado exiliado durante uns tempos. Nisto, os liberais apesar de se mostrarem reprimidos pelas cortes de D. Miguel, estes viriam a contar mais tarde com o apoio de D. Pedro IV (ex-imperador do Brasil e obrigado a regressar a Portugal para que reconhecessem o direito da sua filha Maria II de aceder ao trono). D. Pedro IV organizou assim a sua armada e partiu para o Porto onde resistiam as tropas liberais aos homens que estavam a ser comandados por D. Miguel. Foi uma batalha dura, mas no fim, os liberais saíram mais uma vez vencedores, tendo o processo da instauração do Liberalismo ficado concretizado muitos anos após o seu começo. D. Maria II fica com o trono e D. Miguel exilia-se definitivamente.

Estes acontecimentos marcaram uma era a nível político, mas também a nível museológico. Para constatar este facto, pode-se abordar a criação de um dos primeiros museus públicos portugueses, o Museu Portuense. A consolidação deste museu deve-se a D. Pedro IV que pretendia que se instalasse uma biblioteca e um museu na cidade do Porto que reunisse o espólio que estivera espalhado por antigos conventos abandonados e por casas confiscadas aos apoiantes do antigo regime⁶⁰. Desta forma, considerando João Baptista Ribeiro (pintor prezado pela corte dado o seu profissionalismo demonstrado nos retratos que fizera a D. João VI, a Rainha Carlota Joaquina e às

⁶⁰ Vd. História administrativa do Museu Portuense em <http://biblioteca.fba.up.pt/biblioteca-digital/Museu_Portuense_Historia.pdf>.

Infantas) homem de confiança, designa-o para dirigir a sua impactante pretensão: a consolidação e futura organização do Museu de Pinturas, Estampas e outros objectos de Belas Artes.

João Baptista Ribeiro, nomeado director para dinamizar este projecto, redige dois documentos fulcrais para a existência deste museu. Um deles onde designa as suas directrizes para a concretização do museu: *O Regulamento do Museu Portuense* e o outro: *Exposição História da Creação do Museu Portuense* onde revela quais as colecções que compõem o espólio. Basicamente estes documentos, considerados importantes reflexões dos serviços que podiam prestar às instituições museológicas, foram fulcrais não só para a criação deste museu mas para definir a linha orientadora para os seguintes, pois, se o *Regulamento* enaltecia a função pedagógica que o museu devia estabelecer junto dos seus públicos a *Exposição* revelava de que maneira o público podia usufruir dos diversos elementos que compunham as suas colecções⁶¹.

Este foi, sem qualquer dúvida, um dos pilares mais marcantes desta segunda época dos primórdios da museologia portuguesa. Não só por ter sido o museu que “abriu portas” a todos os interessados sem qualquer distinção social, mas também por ter sido o pioneiro a apresentar um espólio que invertia a tendência da época anterior. Se as colecções das primeiras instituições eram mais científicas e cujo espólio estava intimamente ligado com a natureza, este período ficou marcado pelo interesse por outras áreas, nomeadamente pelo mundo artístico e arqueológico.

Essa nova abertura estava ancorada com as medidas que Passos Manuel levara a cabo após revolução liberal em Setembro, período político mais conhecido como Setembrismo. Essas medidas serviriam para prosseguir com a reestruturação da sociedade portuguesa incitada por Mouzinho da Silveira. Relativamente ao sistema educativo, pretendia-se a dinamização da instrução pública, e para tal, Passos Manuel fê-lo por duas vias, por meio de uma reforma dos estudos (que atingiu todos os níveis) e pela criação de conservatórios, academias e de “uma Bibliotheca Publica – Gabinete de raridades, de qualquer espécie, e outro de pinturas”⁶² em cada capital de distrito à

⁶¹ Vd. Ribeiro, João Baptista (1836). *Exposição Historica Da Creação Do Museo Portuense: Com Documentos Officiaes para servir á Historia das Bellas Artes em Portugal e à do Cêrco do Porto*. Porto: Imprensa de Coutinho; Teixeira, Madalena Braz (1985) *ob. cit.* p.32.

⁶² Circular de 25 de Agosto de 1836, in *Diário do Governo*, nº203, 27 de Agosto, transc. in Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 32.

excepção de Lisboa e Porto – medida que viria a ser conseguida apenas a finais de século com o surgir de alguns pequenos museus regionais.

Acima de tudo, essas criações serviriam para incitar a abertura de novos horizontes a outras áreas de estudo. As academias, nomeadamente a Academia Portuense de Belas Artes e a Academia de Belas-Artes de Lisboa, criadas por decreto em 1836, tinham como função principal a difusão das belas artes e a promoção da sua investigação. Em relação aos conservatórios – tópico que merece mais destaque neste presente relatório devido ao seu objecto de estudo – conclui-se que a concepção dos mesmos já tinha sido equacionada anos antes da sua criação segundo a existência de um artigo intitulado *Do Conservatorio das Artes e Offícios de Paris, e da possibilidade de hum Estabelecimento semelhante em Portugal*⁶³ e de um *Programma Sobre a criação da Sociedade Promotora da Industria Nacional*⁶⁴, ambos documentos do mesmo autor, Cândido José Xavier⁶⁵. Contudo, apesar das abordagens a este tema em 1819 e 1822, só em 1836 e 1837 respectivamente é que foram publicados por Passos Manuel os decretos que dariam lugar ao Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa (1836) e ao Conservatório Portuense de Artes e Ofícios (1837). O Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa seria segundo o 1º artigo do decreto para a criação do mesmo “ (...) um depósito geral de máquinas, modelos, utensílios, desenhos, descrições e livros relativos às diferentes artes e ofícios (...) ”⁶⁶, relativamente ao Conservatório Portuense de Artes e Ofícios teria sido criado com o mesmo intuito, pois o decreto de 5 de janeiro de 1837 tinha sido elaborado à imagem do primeiro para o mesmo efeito. Ambos tinham como propósito prosperar a Indústria Nacional e o ensino técnico aos operários através da observação e experimentação de recursos que aliavam a teoria à prática e que serviam para exemplificar os progressos nesta área. Devido não só à sua capacidade em preservar e conservar o património, mas também por explorar a sua vertente pedagógica conclui-se que estes dois conservatórios foram criados à semelhança do *Conservatoire des Arts et Métiers de Paris* (1794), provavelmente graças ao espírito da Revolução Francesa que pairava no período Setembrista.

⁶³ Art. cit. (1819) in *Annaes das Sciencias, Das Artes e Das Letras*, tomo IV. Paris, pp. 98-99.

⁶⁴ Art. cit. (1822) in *Annaes da Sociedade Portuguesa da Indústria Nacional*, Caderno nº1. Lisboa, p.8.

⁶⁵ Cândido José Xavier (1769-1833) oficial do Exército Português e mais tarde secretário particular de D. Pedro IV em Paris, também assumiu funções no Governo Liberal em 1833.

⁶⁶ Imprensa Nacional (1837). *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa. Decreto de 18 de novembro de 1836*, p. 86.

Poucos anos após a criação dessas academias, conservatórios e com a pretensão de proporcionar novos métodos para a instrução pública por meio da contemplação, investigação e estudo de outras áreas, continuaram a emergir novas instituições. Designe-se por exemplo:

- Museu Allen (galeria privada criada por um negociante e coleccionista de ascendência britânica, John Francisco Allen, que compilou no seu espólio todo o tipo de colecções, das quais exalta a pintura, este museu aberto ao público em 1838, foi anexado ao Museu Portuense aquando da morte do seu propulsor);

- Museu Arqueológico do Carmo (nasce da Igreja do Convento de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo, parcialmente restaurada durante o reinado de D. Maria II é cedida à Associação dos Architectos Civis Portugueses, na altura presidida por Joaquim Possidónio da Silva, que em 1864 que se encarrega de transformar o espaço num museu estimulando a recolha e a investigação arqueológica em prol do mesmo);

- Museu Real de Bellas e Archeologia (surge no âmbito dos trabalhos desenvolvidos por Sousa Holstein com a pretensão de dar um novo rumo ao património artístico português que se tinha instalado no antigo Convento de S. Francisco após a revolução liberal. Este projecto concretiza-se e sob a direcção de Delfim Guedes, futuro Conde de Almedina, instala-se no Palácio dos Condes de Alvor, conhecido também por às Janelas Verdes. Abre finalmente ao público em Junho de 1884 sob o nome de Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia);

- Museu Ethnográfico Português (museu instalado inicialmente na Academia de Ciências de Lisboa, foi criado por decreto em 1893 devido em grande parte, às convicções de José Leite de Vasconcelos que contou com a ajuda de Bernardino Machado – ministro das Obras Públicas, Comércio e Industria – para implementar esse projecto. O mesmo, deveria ser um espaço dedicado principalmente à etnologia e à arqueologia de modo a ser possível retractar a constante evolução das civilizações. Desempenhou também um papel importante no desenvolvimento dos museus regionais. Assim, após sucessivas alterações na sua designação, ficou conhecido como Museu Nacional de Belas-Artes e Arqueologia, instalando-se definitivamente numa das salas do Mosteiro dos Jerónimos);

Em jeito de conclusão vale também a pena referir que também o Museu Portuense sofreu alterações relativas à sua tutela anos mais tarde da sua projecção (ao ser criada a Academia das Belas Artes do Porto em 1836, João Baptista Ribeiro passa o testemunho a “ (...) uma comissão nomeada pela Academia em 6 de julho de 1839 (...) ”⁶⁷ passando assim o museu a ser propriedade da mesma, ficando a ser conhecido por Ateneu D. Pedro IV).

Estes são alguns exemplos representativos de museus dedicados aos estudos artístico e arqueológico, áreas que desabrocharam após as medidas legislativas de Passos Manuel. Contudo, também se pensava que os Conservatórios criados em Lisboa e no Porto podiam vir a adquirir novos parâmetros, daí este sector ter sofrido também algumas alterações.

O Conservatório Portuense de Artes e Ofícios viria a ser integrado na Academia Politécnica do Porto no ano de 1844 sob decreto. O Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa seguiu o mesmo caminho sob esse mesmo decreto tendo sido integrado na Escola Politécnica de Lisboa.

Com a entrada em vigor de um novo período político em Portugal, a Regeneração, surgiram novas pretensões que zelavam pelo progresso do país nos mais diversos âmbitos. Entre essas pretensões constava a modernização do ensino industrial, protagonizada por Fontes Pereira de Melo⁶⁸ após ter assumido a pasta do novo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. Essa modernização passava por proporcionar o ensino industrial a mais pessoas e mais profissionalizante podendo abranger mais áreas e outras disciplinas. Para a concretização dessa reforma, em 1852, criou-se o Instituto Industrial de Lisboa e um Museu Industrial, anexo ao mesmo, que acolheu o espólio do antigo Conservatório de Lisboa. Já no Porto, só anos mais tarde, em 1864, é que o governo reformou a Escola Industrial transformando-a em Instituto Industrial do Porto, e promulgou a criação de “estabelecimentos auxiliares”. Entre esses estabelecimentos, encontrava-se a incorporação de um Museu Tecnológico (tanto em

⁶⁷ Vd. História administrativa do Museu Portuense em <http://biblioteca.fba.up.pt/biblioteca-digital/Museu_Portuense_Historia.pdf>.

⁶⁸ Fontes Pereira de Melo (1819-1887) figura política da Regeneração, exerceu vários cargos no governo entre eles, o de Secretário ou de Ministro, foi o responsável pela organização e melhoramento da educação, comunicações e transportes em Portugal, esse movimento classificou-se como Fontismo.

Lisboa como no Porto) que estaria “composto pelos recursos necessários e “todos os objectos próprios para illustrarem o ensino industrial”⁶⁹.

A preocupação de dotar o ensino industrial de novas instalações e de uma melhor qualidade era transversal a todos os governos, pois era importante que o ensino pudesse acompanhar os sucessivos progressos industriais e comerciais que ocorriam naquela época. Desta forma, anos depois da implementação dos Institutos Industriais, e já com António Augusto de Aguiar⁷⁰ à frente do Ministério das Obras Públicas, Indústria e Comércio, verificaram-se novas alterações tanto nos programas de ensino como nas instalações que serviam de apoio às escolas de formação. – Contudo vale a pena registar que ainda antes dessas modificações, já tinha sido promulgado um documento intitulado: *Relatório dirigido ao Ill.mo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização de museus, monumentos históricos e arqueológicos* o mesmo elaborado consoante as propostas do Marquês de Sousa Holstein⁷¹ onde se sugeriam propostas para uma possível reforma do ensino artístico e a delineação de um novo plano de organização para museus e monumentos históricos. Nesse plano constava ainda a criação de um “Museu Nacional de Arte e Indústria” com o intuito de “aliar a arte e a indústria de modo que reciprocamente se coadjuvem no seu comum progresso e aperfeiçoamento”⁷² de todas essas medidas o projecto de museu alicerçado ao ensino das artes, não se concretizou.

Ora como se viu há pouco, António Augusto Aguiar tinha a ambição de reorganizar o ensino artístico dotando-o de espaços apropriados para o efeito. Assim nascem os Museus Industriais de Lisboa e Porto após promulgação do decreto de 24 de Dezembro

⁶⁹ Artigo 41º do decreto de 20 de dezembro de 1864, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa* p.962.

⁷⁰ António Augusto Aguiar (1838-1887) frequentou a Escola Politécnica de Lisboa, mais tarde foi lente-proprietário na disciplina de química, exerceu as mesmas funções no Instituto Industrial de Lisboa (1864) tendo sido 6 anos mais tarde director desse Instituto. Também executou funções no governo entre as quais se destaca o cargo de Ministro das Obras Públicas, Indústria e Comércio entre 1883 e 1885.

⁷¹ Francisco de Sousa Holstein (1838-1858), 1º Marquês de Sousa Holstein, exerceu funções de político, diplomático e académico, onde se destaca o grande contributo que deu para as Artes em Portugal. Foi nomeado Vice-Inspector da Academia de Belas-Artes, contribuiu de diversas formas para a remodelação desta área, fosse por ter proposto a catalogação de bens que estavam na Academia, fosse pelas suas reflexões acerca do ensino artístico/museológico e patrimonial em Portugal.

⁷² *Relatório dirigido ao Ill.mo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, pela Comissão nomeada por Decreto de 10 de novembro de 1875 para propor a reforma do ensino artístico e a organização de museus, monumentos históricos e arqueológicos*. I Parte Relatório e Projectos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876, Capítulo III, Dos Museus, Artigo 45º, 5º, p 9-10 cit. in Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007), *ob.cit* p.114.

de 1883⁷³; o mesmo decretava que estas duas instituições museológicas seriam para conservar e expor os objectos da indústria com vista a explorar a sua valência pedagógica junto do público que frequentava as escolas industriais (criadas em janeiro do ano seguinte). O *Regulamento* desses museus, elaborado a Maio de 1884⁷⁴, viria a confirmar objectivos concretos para esses espaços “a) Proporcionar instrucção pratica pela exposição dos variados produtos da indústria e do commercio”; “b) Prestar um serviço mais directo aos fabricantes e consumidores, mostrando-lhes onde e como poderão obter vantajosamente os objectos necessários ao seu abastecimento” a estas funções, ainda teriam de organizar exposições permanentes com os utensílios industriais e comerciais que na sua maioria seriam provenientes dos próprios fabricantes. No entanto, com o passar do tempo, e com as sucessivas alterações ocorridas, quer no regulamento quer na reorganização desses espaços⁷⁵, os museus foram-se mostrando incapazes de cumprir com o funcionamento das exposições e com a função pedagógica que lhes era incumbida, estando assim “ (...) longe de satisfazer os intuitos a que se visavam (...) ”⁷⁶. Essa problemática solucionar-se-ia pela substituição destes museus por outra instituição que pudesse assumir alguns desses encargos. Estas considerações vinculadas por Elvino José de Sousa e Brito⁷⁷ (personalidade que na altura assumia as funções de Ministro das Obras Públicas, Indústria e Comércio) deram lugar à Comissão Superior de Exposições⁷⁸. Esta ficaria encarregada de organizar e de supervisionar exposições agrárias e industriais a nível nacional e internacional havendo ainda a possibilidade de virem a organizar a secção nacional nas exposições internacionais (já se tinha verificado o impacto positivo das mesmas).

Verifica-se que o tópico anterior teve uma explicação mais extensa em relação a outras tipologias de museus que se desenvolveram nesta época. Essa evidência prende-se com o facto de estes museus industriais (seus antecedentes e precedentes) terem sido

⁷³ Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, Decreto de 24 de Dezembro de 1883.

⁷⁴ Art". 1º. a) & b) do *Regulamento dos Museus Industriaes e Commerciaes*, de 6 de Maio de 1884, publicado *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*, Anno de 1884, Imprensa Nacional, Lisboa 1885.

⁷⁵ Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p.39; Nabais, António (1985) *art.cit.* p.19; Loureiro, Carlos (2005). “Museu Industrial e Comercial do Porto: (1883-1899)” in *Colecções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*. Porto: Universidade do Porto, p. 195.

⁷⁶ Decreto 23 de dezembro de 1899.

⁷⁷ Elvino José de Sousa e Brito (1851-1902) Ministro Obras Públicas, Indústria e Comércio de 1898 a 1900.

⁷⁸ Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, Decreto nº 1 de 23 de Dezembro de 1899, pp. 817-818.

considerados os embriões dos Museus de Ciência e Técnica, questão que está intimamente ligada com o objecto de estudo do presente trabalho⁷⁹.

Para finalizar a abordagem acerca dos museus que se desenvolveram neste segundo período museológico⁸⁰ falta referir que foi também nesta altura que surgiram os museus regionais e a criação do Museu Nacional dos Coches. A concepção de museu regional tratava-se do desenvolvimento de instituições com dimensões mais reduzidas, de natureza local, onde se viriam por a descoberto os trabalhos arqueológicos que se realizavam (pois eram os que predominavam nesta altura) um pouco por todo o país⁸¹. Estes museus contavam com o apoio indiscutível do Museu Ethnographico Português e com o seu propulsor, que redigia o progresso destes museus em artigos posteriormente publicados na revista *O Archeologo Português*⁸²⁸³. Em relação ao Museu dos Coches Reaes (actual designação deliberada após a implantação da República), a sua inauguração em 1905 seria uma das grandes realizações da época, não só por ter surgido por iniciativa da Rainha D. Amélia⁸⁴ mas também pelo espólio que iria compor as suas colecções, composto principalmente de carruagens provenientes da Coroa Portuguesa, actualmente é um dos mais surpreendentes da Europa.

Tal como se pôde verificar, o período oitocentista na era da museologia traz consigo uma serie de reformas em relação ao século anterior. Constata-se a abertura de portas de novas instituições das mais diversas áreas e dimensões, o que consequentemente supõe uma ampliação de funcionalidades que vão para além da contemplação (verifique-se a função pedagógica que os museus industriais começavam a desempenhar ao serem classificados como “estabelecimentos auxiliares” às escolas industriais). Os museus passavam assim a ser destinados ao grande público e não só às elites.

⁷⁹ Gil, Fernando de Bragança (1993). “Museus de Ciência e Técnica”, Maria Beatriz Rocha Trindade (coord.), *Introdução à Museologia*, Lisboa: Universidade Aberta, pp.247-256; Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007) *ob. cit.* p.120.

⁸⁰ Teixeira, Madalena Braz (1985).

⁸¹ Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 36; Nabais, António (1985) *art.cit.* p.20; Gouveia, Henrique Coutinho (1985). “Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo” in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol.1, nº1, Jan./Jun., pp.147-184.

⁸² Idem, p. 160.

⁸³ *O Archeologo Português*, Revista cuja publicação se iniciou dois anos após a criação do Museu Ethnológico Português, exercia o papel de divulgador de informação e da pedagogia a adoptar nas mais diversas áreas dos museus.

⁸⁴ Maria Amélia de Bourbon-Orléans (1865-1951) Mostrou ter um papel social muito activo enquanto exercia funções na coroa. Sobreviveu ao Regicídio ocorrido a 1 de fev. de 1908 , dois anos mais tarde com a implantação da República exiliou-se em Inglaterra.

A Implantação da República em Portugal (1910) supôs uma serie de reestruturações que se julgavam adequadas após os efeitos da Regeneração no período anterior. Uma crise económica e financeira que pairava sobre o país tinha fragilizado a posição da monarquia constitucional e o partido republicano aproveitara para triunfar.

No que concerne aos museus, a proclamação da República (1910) significou mais um virar de página na museologia portuguesa. Particularmente devido à legislação que se promulgou neste período e que supunha a reorganização que se verificava necessária neste sector.

Uma das primeiras leis, e talvez a mais significativa, tornou-se pública a 26 de Maio de 1911⁸⁵. A mesma, assinada por todos os membros que compunham o Governo Provisório⁸⁶, incidiu em diversos aspectos no âmbito da ordenação da tutela dos museus:

- a) Em prol de uma reorganização artística e arqueológica, determinou-se a divisão do país em “três circunscrições” com sede em Porto, Coimbra e Lisboa. Nas mesmas se estabelecia um Conselho de Arte e Arqueologia que teria de zelar pela preservação de monumentos, organizar exposições e ocupar-se dos museus respeitantes à sua circunscrição (e de toda a sua logística);
- b) Uma das reflexões que advém da criação de novas circunscrições é referente ao lugar que os museus regionais deviam ocupar após a implementação das mesmas. Seria um lugar assegurado, fosse pelo valor patrimonial geral e local das obras, pelo usufruo contemplativo e pedagógico que o povo podia retirar das mesmas ou pelo “inegável atractivo para o *touriste* nacional e estrangeiro”. (Constatou-se que após esta reflexão sucederam-se numerosas criações de museus regionais entre 1912 e 1924⁸⁷);
- c) A criação desses Conselhos e a responsabilidade que tinham de ter com museus circunscritos supôs alterações. No Porto, o Atheneu D. Pedro altera a sua designação para Museu Soares dos Reis. Em Coimbra, cria-se um novo museu na circunscrição, de seu nome Museu Machado de Castro seria assim um “museu geral

⁸⁵ Decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911. V. Diário do governo nº124, de 29 de Maio de 1911.

⁸⁶ Após a Implantação da República (5 de outubro de 1910) a tomada de decisões passava por um Governo provisório – cujo presidente era Joaquim Teófilo de Braga (1843-1924) - que exerceu funções até à entrega desses poderes executivos à Assembleia Nacional Constituinte a 19 de junho de 1911.

⁸⁷ Gouveia, Henrique Coutinho (1985) *art.cit* in *ob. cit.*, p. 164; Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 46; Nabais, António (1985) *art.cit.* p.20.

de arte geral” cujo espólio era propriedade do Estado, mas também de “dádivas” de particulares e coleccionadores. No que respeita à cidade de Lisboa, decorreu um processo de desdobramento do Museu Nacional de Belas-Artes, dando lugar a dois novos museus, o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea. Importa também frisar, que é descrita de forma minuciosa as colecções e a equipa que compõem os museus desta circunscrição;

As medidas anteriormente apresentadas são relativas a alguns artigos dedicados à vertente museológica⁸⁸. Contudo, nesse mesmo decreto, também são feitas abordagens a outras funcionalidades dos Conselhos de Arte e Arqueologia e à possível reorganização das Escolas de Bellas-Artes de Lisboa e Porto.

Um outro assunto que importa realçar é que apesar das numerosas instituições geradas neste período, uma das que desde cedo se tornou uma referência a nível nacional (e mais tarde a nível internacional) foi o Museu Nacional de Arte Antiga. Muito graças à direcção que estava a cargo de João Figueiredo⁸⁹. A mesma tratou de dar uma nova dinâmica ao museu incidindo em aspectos como a inventariação, a constituição do acervo e a maneira como apresentava as colecções ao público. Ainda sob a sua direcção e devido ao espírito de associativismo que predominava na altura (após a sua aprovação na Constituição) criava-se o grupo dos “amigos do Museu Nacional de Arte Antiga”. Apesar de não ter sido a iniciativa propulsora deste tipo de associativismo (na altura já se tinha criado o grupo “amigos defensores do Museu Bordalo Pinheiro”) assumira um papel relevante junto do museu. O seu sucessor, João Couto⁹⁰, concluiu os trabalhos já iniciados por João Figueiredo nas diversas áreas e apostou na formação de profissionais com intuito de explorar a função pedagógica que os museus podiam assumir junto dos públicos.

Desta forma, este terceiro e último período museológico português estabelecido por Madalena Brás Teixeira caracterizar-se-ia pelas acções legislativas museológicas visarem a salvaguarda do património, modernização nos museus nacionais e a criação e consequente reorganização de museus regionais.

⁸⁸ Vd. Preâmbulo, Capítulo I e Capítulo IV, Decreto *ob.cit.*

⁸⁹ João Figueiredo (1871-1937) crítico de arte. Assumiu a direcção do MNAA entre 1911 e 1937, foi o principal impulsionador do museu, tendo sido o responsável pela sua reorganização em diversas áreas.

⁹⁰ João Couto (1892-1968) professor de Liceu e Conservador em Coimbra e posteriormente em Lisboa. Assumiu as funções de director do MNAA em 1938 e foi propulsor da formação de profissionais de museus, tendo reorganizado o curso de conservadores em Museus, Palácios e Monumentos em 1953.

A instabilidade política e a crise económica foram alguns dos motivos que conduziram à sublevação das forças opositoras nacionalistas. Esse pronunciamento em Maio de 1926 iria por fim a Primeira República Portuguesa, dando então início a uma era ditatorial. Conhecida primeiramente como Ditadura Nacional, iria mudar a sua designação para Estado Novo após aprovação na Constituição de 1933.

A implementação deste novo regime conduziu à imposição de uma série de ideologias. De entre elas podia-se destacar o culto a uma personalidade (António Oliveira Salazar), o Totalitarismo (anti partidismo e antiparlamentarismo, todos os poderes estariam só concentrados numa só pessoa) e o Nacionalismo (valorização dos heróis e feitos nacionais, orgulho na pátria e na nação). Esses princípios iriam acabar por se manifestar nas realizações museológicas ocorridas nesta era.

Uma das primeiras concretizações do Estado Novo foi o afastamento da política descentralizadora que tinha sido proposta no período republicano. Se esta nova governação tinha considerado o decreto de 26 de Maio de 1911 “ (...) marco miliário da evolução administrativa deste importante ramo dos serviços públicos”⁹¹ rapidamente procedeu à supressão dos conselhos de arte e arqueologia e executou uma classificação dos museus existentes no país reagrupando-os em três grandes grupos⁹².

Outras concretizações museológicas se efectuam, como por exemplo a elaboração de um “plano de museus etnográficos regionais” ou a criação do Museu de Arte Popular⁹³ no âmbito da realização da Exposição do Mundo Português em 1940, na qual se comemoravam os centenários de eventos históricos (Fundação e Restauração de Portugal). Assim, constatava-se que estas eram medidas com incidência no interior do país e que ressaltavam as ideologias nacionalistas vigentes. Só se assistiu a passos significativos neste domínio a finais dos anos 50, inícios da década de 60 quando se verificou uma crescente abertura de horizontes na museologia portuguesa.

Parte da responsabilidade dessa abertura a novos paradigmas é geralmente atribuída a João Couto. O seu trabalho desenvolvido no MNAA até 1962 e as suas reflexões acerca

⁹¹ Preâmbulo do Decreto nº20 985, de 7 de Março de 1932.

⁹² Vd. Preâmbulo, Capítulo V, Decreto *ob. cit.*

⁹³ Vd. Gouveia, Henrique Coutinho (1985) *art.cit, ob.cit.*, p. 174; Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 50; Damasceno, Joana (2011). “Museus para o povo português. O Museu de Arte Popular e o Discurso etnográfico do Estado Novo” in *Ensaios e práticas em museologia* (org. Alice Semedo, Patrícia Costa) vol. 01. Porto: Universidade do Porto, pp. 218-237.

da situação museológica no país⁹⁴ serviram de alavanca para a oficialização de um regulamento dirigido essencialmente aos museus de arte, história e arqueologia publicado em decreto de 1965⁹⁵. Nesse mesmo regulamento eram enumerados assuntos pertinentes que visavam a abertura dos museus para o exterior quer fosse através da criação de mecanismos para atrair novos públicos e transmitir-lhes o seu potencial pedagógico, quer fosse na aposta em formar profissionais destes serviços – instituiu-se o curso de conservador, o que até à data tinha sido em regime de estágio promovido pelo MNAA e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Tal como ocorreu na República⁹⁶, o decreto publicado pelo Estado Novo, apenas continha medidas que visavam os museus ligados às artes, história e arqueologia. Daí se pode concluir que apesar da existência de alguns museus de outros domínios, estes tinham, pelo menos durante os dois últimos períodos políticos, ficado à margem das grandes reformas implementadas nos restantes museus⁹⁷.

Portugal não acompanhava as tendências industriais europeias que se desenvolviam no período pós II Guerra Mundial. Daí as evoluções museológicas neste sector terem sido escassas ou quase inexistentes. Contudo, havia excepções, como foi o caso de museus no âmbito dos transportes, como, por exemplo, Museu do Caramulo, Museu da Marinha ou outros museus marítimos de pequena escala como o Museu Marítimo Ramalho Ortigão, Museu Marítimo de Ílhavo ou no âmbito das comunicações com o exemplo do Museu dos CTT (cujo projecto museológico data do século XIX mas cuja concepção iria apenas ser retomada nos anos 30 do século XX⁹⁸). A concepção deste último será abordada no capítulo seguinte tendo em conta a índole deste presente estudo.

⁹⁴ Vd. Ramos, Paulo Oliveira (1993) *art. cit.*, M.B. Trindade (Coord.) *ob.cit.* p. 56; Gouveia, Henrique Coutinho (1993). “A evolução dos museus nacionais portugueses. Tentativa de caracterização”, *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*, vol. II, (coord. de Maria da Conceição Rodrigues). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp.177- 198; Silva, Raquel H. (2002). “Os Museus: história e prospectiva” in *Panorama da Cultura Portuguesa*, vol III, (coord. Fernando Pernes). Porto, pp.75-108.

⁹⁵ Decreto nº46 758, de 18 de Dezembro de 1965.

⁹⁶ Vd. Decreto 26 de Maio de 1911.

⁹⁷ Vd. Silva, Raquel Henriques da (2001). “Museus de Indústria: uma vocação pluridisciplinar” *cit.* in Delicado, Ana (2009) *ob. cit.* p. 193.

⁹⁸ Delicado, Ana (2009) *ob. cit.*, p. 196; Gil, Fernando (1994). “Museu de Ciência da Universidade de Lisboa: Sua caracterização à luz da museologia das ciências”. Lisboa: MCUL [texto inédito] in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, p.191.

Ter-se-ia que esperar até finais da década de 70 para que se concretizassem medidas favoráveis para instituições museológicas ligadas a outras áreas que não a arte, história e arqueologia. Daí a concepção do Museu Nacional de Ciência e Técnica em Coimbra - projectado há vários anos por Mário Silva⁹⁹ - somente ter sido repensada em 1971, após a indicação de Veiga Simão¹⁰⁰. Nesta altura, a situação política em Portugal já se encontrava numa etapa transitória – começavam-se a sentir gradualmente alterações a todos os níveis, fosse político, social ou económico – daí não ter tardado a instituição de uma nova política, a democracia¹⁰¹. A instauração deste novo panorama político em Portugal era favorável para ocorresse uma nova abertura do país face a influências vindas do exterior, nomeadamente relacionadas com as práticas museológicas que iam emergindo em vários países.

A democratização da cultura e as consequentes progressões supuseram um alargamento do conceito de património que se tinha até à data. Desta forma, os novos modelos museológicos – a chamada Nova Museologia¹⁰² que já se tinham vindo a desenvolver pela Europa (ecomuseus em França e arqueologia industrial no Reino Unido¹⁰³) – também começaram a dar os primeiros passos em Portugal.

Para a dinamização destes conceitos e para sua efectivação em práticas museológicas, que apenas iria ocorrer a partir da década de 80, iria ser fundamental o contributo de novos agentes. De acordo com as directrizes dos ecomuseus, que se baseavam em preservar o património cultural e natural de cada região, seriam as administrações locais e regionais que assumiriam a gestão dessas instituições (Ecomuseu do Seixal). Em relação à arqueologia industrial, cujas directivas visavam a preservação e a valorização do património industrial, grande parte das instituições criadas para esse efeito, seriam iniciativas de grandes empresas, algumas até estariam ligadas ao Estado (Museu da Electricidade - EDP, Museu da Água de Manuel da Maia - EPAL) e inclusive alguns museus industriais criados por iniciativa autárquica e universitária.

⁹⁹ Mário Silva (1901-1977) professor de física elaborou diversos estudos na área, projectou o MNCT e acabou como director em 1976.

¹⁰⁰ Veiga Simão (1929-2014) professor de física, assumiu o cargo de Ministro de Educação Nacional em 1970 tendo dado o aval para a criação do MCNT.

¹⁰¹ Um novo período histórico em Portugal surge após a Revolução dos Cravos de 25 Abril de 1974. A implantação da democracia em Portugal põe fim ao regime do Estado Novo que estava vigente no país desde 1933.

¹⁰² Vd. Delicado, Ana (2009) *ob. cit.* p. 187; Mendes, J. Amado (2013) *ob.cit.* p. 61.

¹⁰³ Vd. Delicado, Ana (2009) *ob. cit.* p. 185 e segs; Silva, Raquel H. (2002) *art. cit.*, Fernando Pernes (Coord.) *ob. cit.*, pp.101-106; Mendes, J. Amado (2013) *ob. cit.* p. 65.

Também várias associações tinham sido criadas no seguimento destas duas novas correntes museológicas, tais como: a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI); o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM); Associação Portuguesa de Empresas com Museu (APOREM).

Conclui-se que ambos os modelos tinham acabado por desenvolver novas noções museológicas que não se conheciam até à data, nomeadamente os conceitos de ecomuseu e museus de empresa que contribuiriam significativamente para a “explosão museológica”¹⁰⁴ que ocorreu em Portugal a partir as décadas de 80 e 90.

No entanto, para além destas novas conceptualizações, também neste período político houve grandes progressos nos museus tutelados pela administração central. Desde a remodelação de estruturas arquitectónicas de alguns museus, passando pela preocupação quanto ao estado das colecções e a respectiva dinamização junto dos públicos até à criação de novas instituições ligadas às artes: o Museu Nacional do Traje; Centro de Arte Moderna (CAM) da Fundação Calouste Gulbenkian; a abertura da Casa Serralves como local de exibição de arte moderna e contemporânea; Museu Nacional do Teatro.

Museus de Ciência e Técnica em Europa

Estima-se que os Museus de Ciência e Técnica em Europa tenham surgido em meados do século XIX, esta nova classe de museus está intimamente relacionado com o desenvolvimento da indústria, das ciências e das tecnologias que ocorreu nesta época. No início, foram criados principalmente com o intuito de serem depósitos de máquinas ou de instrumentos provenientes de colecções privadas, mas rapidamente foram adquirindo outras funcionalidades. Serve de exemplo o sucesso do *Conservatoire des Arts et de Métiers*; este museu de ciência e técnica, criado em 1794 em Paris por decreto da Convenção, é por unanimidade considerado o mais antigo museu deste género, tendo albergado colecções das mais diversas proveniências (colecções doadas a Luis XVI, colecções da Academia Real das Ciências, entre outras). Apesar de ser um museu-repositório, tal como afirmava o seu impulsionador Henri Gregoire quando propôs a sua criação em 1794, também haveria de ter outras funções, como, por exemplo, instruir as

¹⁰⁴ Mendes, J. Amado (2009) *ob. cit.* p.61; Nabais, António José C. Maia (1993). “Museus na Actualidade”, Maria Beatriz Rocha Trindade (coord.), *Introdução à Museologia*, Lisboa, Universidade Aberta, p.66.

classes operárias do funcionamento da nova maquinaria ou até mesmo dar a conhecer esses mesmos instrumentos a um público que desconhecia por completo este universo: “La création d’un Conservatoire pour les Arts et Métiers, où se réuniront tous les outils et machines nouvellement inventés ou perfectionnés, va éveiller la curiosité et l’intérêt, (...) Il faut éclairer l’ignorance qui ne connaît pas, et la pauvreté qui n’a pas les moyens de connaître. L’artisan, qui n’a vu que son atelier, ne soupçonne pas la possibilité d’un mieux. Le projet que nous vous présentons va l’entourer de tous les moyens d’enflammer son émulation et de faire éclore ses talents”¹⁰⁵.

Este museu sofreu algumas renovações, principalmente graças à emergência das Exposições Universais nesta altura e à política de aquisição de colecções. Ambas permitiram que o *Conservatoire des Arts et des Métiers* enriquecesse o seu acervo.

No entanto, não só no *Conservatoire* se verificaram os efeitos do surgimento das Exposições Universais. De facto, com a primeira grande Exposição Universal realizada em 1851 em Londres (confirmava-se assim o avanço industrial deste país relativamente ao resto da Europa), cujo tema principal desta exposição era *The Great Exhibition of the Works of Industry of all Nations* e com o qual se pretendia exhibir os grandes desenvolvimentos tecnológicos e industriais ocorridos nesta época, surgiram também os primeiros museus de ciência e técnica em Europa, nomeadamente o *Science Museum* de Londres (1857), *Deutsches Museum* de Munique (1903) ou o *Technisches Museum* de Viena (1908).

A maior parte destes museus foi, fundamentalmente, criada com o intuito de serem instituições onde se representava através de um método expositivo, o progresso da indústria, tecnologia e ciência em cada país com um certo cariz nacionalista, tal como acontecia nas exposições universais. Contudo, a baixa adesão de visitantes a estes museus e a escassa ligação com a indústria, ditou o encerramento de alguns destes museus e à reestruturação de outros¹⁰⁶.

No entanto, a par da descredibilização destes museus, emerge a princípios do século XX uma nova geração de museus de ciência e técnica baseados principalmente no princípio da interactividade e da experimentação. Estas instituições denominados centros de ciência surgiam com a pretensão de serem locais de interesse para o grande público.

¹⁰⁵ Ferriot, Dominique (2004). “Les Arts et les Métiers: une collection retrouvée, un musée renové”, in *Museologia Scientifica Memoria*, N. 2/2008. Roma: Anms, pp.9-13.

¹⁰⁶ Delicado, Ana (2009) *ob.cit.* p.174.

Recorriam a novas estratégias de comunicação de forma a explicar, educar e divulgar o desenvolvimento destas áreas, transmitindo a importância que a ciência tinha no progresso humano.

Apesar desta linhagem mais promissora se ter implementado anos após a criação dos primeiros museus de ciência e técnica em Europa, o *Deutsches Museum* de Munique aquando da sua criação, apesar de organizar cronologicamente tal como os outros museus, já pretendia incorporar alguns desses métodos interactivos de forma a transmitir o saber. Essa missão ainda se encontra patente nos dias de hoje: “The entertaining communication of basic ideas of science and technology is geared to the target groups and provides an overview of historical developments while offering insights into the latest research. It allows people of all ages to gain an understanding of the research process while presenting scientific and technological topics and their impact on our lives in an accessible way.”¹⁰⁷

O *Deutsches Museum* de Munique foi, sem dúvida, um ponto de partida para uma nova dinâmica que estava a surgir na museologia das ciências e das técnicas.

Posteriormente, surge o *Palais de la Découverte* em Paris (1937), considerado o primeiro centro científico europeu ¹⁰⁸. O seu objectivo era instruir o conhecimento da técnica e da ciência ao grande público recorrendo à experimentação, à pesquisa e à descoberta científica, acima de tudo era necessário incutir a importância que a cultura científica tinha nesta época. Tal como se referiu anteriormente, esta nova dinâmica também foi incorporada em museus de ciência e técnica já existentes, como é o caso da implementação de uma *Children's Gallery* (visava uma faixa etária específica mas seguia os mesmos princípios de conhecimento por meio da experimentação) no *Science Museum*.

Contudo, apesar de ter sido em Europa que estas inovações germinaram, a sua generalização ocorreu primeiramente na América do Norte. O seu começo advém de Exposição Universal realizada em Chicago no ano 1933, pela qual nasce o *Museum of Science and Industry* de Chicago, que se caracteriza por adoptar os dois métodos para a transmissão de informação que se conheciam até à data. Tanto o estático como o dinâmico. Esta última estratégia de comunicação começa a ganhar outros contornos, três décadas mais tarde, com a criação de dois novos centros de ciência: *The*

¹⁰⁷ Missão do *Deutsches Museum* - <<http://www.deutsches-museum.de/en/information/about-us/mission-statement/>>.

¹⁰⁸ Hernández, Francisca Hernández (1998). *Museo como Espacio de Comunicación*. Gijón: Trea: p. 224.

Exploratorium de São Francisco e o *Ontario Science Centre* em Toronto, assumindo-se assim o início do “movimento dos centros de ciência”¹⁰⁹.

Em Europa, essa propagação de centros de ciência ocorreu mais tarde, também sob influência da criação do *The Exploratorium* em São Francisco¹¹⁰. Apesar de inicialmente se ter verificado uma intenção de interligar a educação com ciência através da criação do *Palais de la Découverte* e da incorporação de centros de experimentação em museus de ciência e técnica já existentes, só anos mais tarde, é que se verifica a concepção de centros de ciência focados principalmente na vertente pedagógica seguindo o modelo aplicado pelo centro de São Francisco. Um exemplo de sucesso é a *Cité des Sciences et de l’Industrie de la Villette* criada em Paris em 1986.

Não descuidando o sucesso que os *science centers* tiveram junto das pessoas e do papel que os mesmos assumiram enquanto propulsores na pedagogia da cultura científica por meio da experimentação e interactividade com os próprios objectos, também se constatou a falta da vertente histórica que se devia assumir junto dos mesmos, de maneira a contextualizá-los num determinado período histórico. Foi com essa pretensão, a de criar novos centros de ciência que englobassem estas duas vertentes, tanto a da experimentação como a histórica num só conceito museológico que disponibilizasse essa formação e a informação para o público, que um novo vocábulo americano da especialidade (proposto por Orchistron e Bhathal em 1984¹¹¹) – *science centrum* – designava esta nova concepção na museologia das ciências e técnicas.

Face ao acelerado desenvolvimento que ocorreu na linhagem dos museus de ciência e técnica, vários autores consideram que se pode estabelecer três etapas neste processo evolutivo, quer a nível expositivo, quer a nível pedagógico. A primeira etapa corresponde aos denominados museus de primeira geração, da mesma fazem parte instituições que preservam instrumentos históricos do passado científico e técnico optando por apresentá-los ao público através de um modelo de comunicação à base da contemplação. As apresentações das suas colecções são estáticas, por conseguinte, as funções dos objectos expostos, tampouco estavam evidenciadas. Assim, o teor educacional destes museus para o grande público era quase inexistente. Estes museus

¹⁰⁹ Delicado, Ana (2009). *ob. cit.* p. 48.

¹¹⁰ Hernández-Hernández (1998), *ob. cit.* p.231.

¹¹¹ Vd. Hernández-Hernández (1998), *ob. cit.* p.223; Gil, Fernando (1988). “Museus de ciência: Preparação do futuro, memória do passado” in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu Ciência da Universidade de Lisboa, pp.142-150; Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007), *ob. cit.* p. 89.

de ciência e técnica desenvolveram-se ao longo do século XIX e tinham como função principal reunir e conservar o espólio técnico e científico com intuito de exibir a evolução na ciência e tecnologia ocorrida naquela época e o progresso da indústria nacional. A exibição da maquinaria e de outros instrumentos, bem como a instrução do seu funcionamento, eram apenas destinadas ao público mais especializado (trabalhadores). Um dos melhores exemplos desta categoria é o *Conservatoire des Arts et Métiers*.

Na segunda etapa, emerge um novo tipo de museus de ciência e técnica, os centros de ciência ou *science centers*. Estes caracterizam-se por integrar nas suas exposições objectos didácticos que permitam ao público aprender e aprofundar conhecimentos dos instrumentos científicos, inclusive as suas aplicações, por meio da interacção e experimentação com os mesmos. Nestes museus de 2ª geração, cujo desenvolvimento é mais acentuado no século XX, verifica-se que há uma maior aposta em desenvolver a componente pedagógica dos objectos científicos utilizando diversos meios de comunicação para chegar ao maior número de pessoas. Este método começou a ser explorado pelo *Deutsches Museum*, onde apesar de ser dotado de colecções mais históricas recorreu a alguns mecanismos mais interactivos para apresentar o seu acervo. No entanto, foi com a criação do *Palais de la Découverte* que esta geração alcançou o seu esplendor. Considerado o ponto de partida para a implementação de outras instituições do mesmo género, a sua proposta era atrair maioritariamente o público jovem para as práticas científicas recorrendo a métodos inovadores. Contudo, apesar de ser uma nova estratégia de comunicar objectos científicos baseada na “museologia de la idea”¹¹², surgia o problema de enquadrar os próprios objectos no contexto histórico, cultural e social em que se tinham desenvolvido. Eram exposições repletas de dinamismo mas cuja componente histórica, importante para perceber a evolução da ciência e da tecnologia bem como conhecer os instrumentos que tinham antecedido essa época, era escassa.

Para poder contornar essa situação surgiu a necessidade de criar um novo conceito de museu de ciência e técnica, onde se pudesse assimilar os museus de 1ª e 2ª geração.

¹¹² Conceito desenvolvido por Hernández-Hernández, F. que sintetiza este novo método de comunicação: “(...) se pretende, sobre todo, elaborar un «instrumento de comunicación» que ayude el visitante a recoger información y a interpretar los objectos (...)” em Hernández-Hernández, F. (1998), *ob. cit.* p.197.

Gerou-se uma nova concepção, à qual correspondem os *science centrum*, concepção desenvolvida por Orchistron e Bathal. São instituições que se dedicam à recolha, conservação, estudo, exibição e partilha de experiências do equipamento científico, com vista a informar o público acerca valor cultural desses instrumentos e permitindo a exploração das funcionalidades dos mesmos. Portanto é por volta da segunda metade do século XX que ocorre o desenvolvimento destes centros de ciência, sobretudo em América do Norte, onde este novo conceito de exposição começou por ser implementado no *Museum of Science and Industry* em Chicago e, mais tarde, no *The Exploratorium* de São Francisco. Este último influenciou a implementação de outros centros do mesmo género, um dos exemplos mais significativos foi a *Cité des Sciences et de l'Industrie de la Villette* em Paris.

Os *science centrum* são, desta forma, classificados como museus de ciência e técnica de 3ª geração, ao terem concebido novas formas de cativar os visitantes (e ao mesmo tempo englobando os progressos que se tinha obtido das duas gerações anteriores de museus) sem descuidar a importância histórica e cultural que a ciência e tecnologia assumiam perante as sociedades modernas.

Desta forma, foi como enquadramento que se traçou o desenvolvimento dos museus de ciência e técnica em Europa. Permitiu-nos esclarecer quais foram as suas etapas evolutivas predominantes e compreender a importância que os museus atribuíram à pedagogia da ciência e técnica junto do grande público. Assim, esta reflexão poderá permitir uma melhor compreensão da evolução desta tipologia de museus em Portugal.

Museus de Ciência e Técnica em Portugal

Por defeito os antecedentes dos museus de ciência e técnica em Portugal já foram referidos neste capítulo, quando se abordaram as realizações museológicas a partir do século XVIII em Portugal, por se considerarem embriões de museus que se desenvolveram nos períodos posteriores. Contudo, vale a pena voltar a referir os mesmos neste contexto, para que posteriormente se possam enumerar alguns museus no âmbito das ciências e técnicas, entre eles, o Museu dos CTT.

À luz dos progressos dos museus de ciência e técnica na Europa, caracterizados como museus de primeira, segunda e terceira geração consoante o propósito das suas colecções e potencial educativo junto dos públicos (tal como se viu anteriormente) era

de esperar que os museus de ciência e técnica em Portugal seguissem o mesmo caminho. Contudo, essa pretensão não ocorreu como se previa, tendo os museus de ciência e técnica em Portugal evoluído de uma maneira diferente, tal como iremos recordar de seguida. Se compararmos a evolução dos museus de ciência e técnica que ocorreu em Europa com a evolução ocorrida em Portugal, revelam-se alguns paralelismos e algumas discrepâncias.

Em Europa, tal como vimos, esta tipologia de instituições inicia-se com a criação de conservatórios e de museus técnicos que de entre várias funções se dedicavam principalmente à formação profissional e instrução dos mais jovens¹¹³. Veja-se em França, considera-se exemplo por se considerar que foi onde nasceram os mesmos em Europa, essa função foi uma das primordiais após a criação do *Conservatoire des Arts et Métiers* (1794).

Já em Portugal, no seu historial de museus de ciência e técnica, constam os Conservatórios de Lisboa e Porto dos quais se procurava alcançar o dinamismo do *Conservatoire*, mas que acabaram por ter pouco tempo de existência¹¹⁴; após a extinção dos conservatórios o Museu Industrial que se tinha anexado ao Instituto Industrial de Lisboa passou a albergar as colecções do conservatório de Lisboa; em 1964 uma nova reforma educativa, mais precisamente no ensino industrial, trouxe consigo a instituição de Museus Tecnológicos anexos aos Institutos Industriais tanto em Lisboa como no Porto; Porém com vista a “comunicar” a utilidade prática e comercial dos objectos que tinham surgido com o constante desenvolvimento industrial que se assistia naquela época e em parte também devido ao insucesso dos Museus Tecnológicos, são instituídos os Museus Industriais de Lisboa e Porto em 1883; Anos mais tarde, por também não corresponderem às expectativas, estes museus foram extintos, tendo as suas colecções sido distribuídas pelas escolas industriais. Para colmatar o “vazio” após a extinção dos museus citados anteriormente, viria a ser criada uma Comissão Superior de Exposições que mais do que instrução prática, serviria para organizar exposições do âmbito industrial e agrícola em diversos locais do país e até no estrangeiro.

¹¹³ Bennett, Tony (1995). *The birth of the museum - history, theory, politics*. Londres, p. 81 cit. por Delicado, Ana (2009) *ob. cit.* p.174; Rivièrre, Georges Henri (1989). *ob.cit.*

¹¹⁴ Ribeiro, José Silvestre (1876) *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artisticos de Portugal, nos successivos reinados da monarchia*, Tomo VI. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, pp. 385-386 *apud* Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007) *ob. cit.* p.107.

Em questões práticas, confirma-se a intenção que havia em se acompanhar os desenvolvimentos e as tendências industriais. No entanto, ao verificar-se a criação de uma multiplicidade de instituições que foram vindo a ser substituídas umas pelas outras, constata-se a inexistência de políticas consistentes para a museologia das ciências e técnicas no século XIX. Porém, neste mesmo período, importa destacar que um outro tipo de museus desta tipologia começava a surgir pontualmente na museologia portuguesa: os museus dedicados aos transportes e comunicações.

Em Portugal não se concretizaram mais instituições museológicas de ciência e técnica de renome até finais do século XX. Contudo, nada se podia comparar a pluralidade de instituições criadas em Europa nestes séculos. Voltando ao exemplo anterior, França apesar de ter sido um dos países pioneiros que apostou na criação de conservatórios, dada a primeira instituição datar do século XVIII, a sua preocupação em marcar passo e acompanhar o progresso tecnológico e industrial confirmou-se com a concepção de outros estabelecimentos museológicos logo a meados do século XX – *Palais de la Découverte* e *Cité des Sciences et de l'Industrie* –. Estes últimos marcavam outras variantes desta tipologia de museus, sendo considerados museus de 2ª e 3ª geração tendo em conta o método utilizado para exposição de objectos e o potencial educativo que se podia conferir através dos mesmos.

Tal como se afirmou anteriormente, em Portugal apenas a finais do século XX se pôde assistir ao erguer e planeamento de novos museus dedicados à temática das ciências e técnicas: o Museu Nacional de Ciência e Técnica (MNCT) e o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (MCUL). Contudo, em meados deste século, já se vinha a assistir a uma gradual implementação de políticas ligadas ao âmbito científico, bem através de incentivos à investigação e reflexão bem com criação de novas organizações¹¹⁵.

Data de 1976 a criação oficial do MNCT¹¹⁶, tornando-se um museu mais dedicado às ciências exactas e tecnologia¹¹⁷. Porém, já em 1971 se começava a planear a sua criação orientada por Mário Silva sob ordem de Veiga Simão. Segundo Fernando Gil, este seria um museu de 1ª geração dada a natureza da sua concepção; o MCUL por sua vez vê a

¹¹⁵ Delicado, Ana (2007) *ob. cit.* pp. 55-58.

¹¹⁶ Decreto-lei nº347/76, de 12 de Maio.

¹¹⁷ Gil, Fernando Bragança (2003). *Museu de Ciência da Universidade de Lisboa: das origens ao pleno reconhecimento oficial*. Lisboa: MCUL, p. 8; Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007) *ob. cit.* p.117.

sua origem decretada em 1985¹¹⁸. Esta concretização já vinha sendo defendida por Fernando Gil (propulsionador do museu) que de entre várias razões para a implementação de um museu de ciência em Lisboa, “considerava particularmente chocante a inexistência de um museu de ciência na capital do país, contrariamente a outras capitais europeias, onde estes existiam pelo menos desde meados do século XIX”¹¹⁹.

Tendo em conta que foi Fernando Gil quem planeou e concebeu o MCUL, importa referir que um dos objectivos do mesmo seria dotar o museu de mecanismos próprios dos museus de terceira geração¹²⁰.

Seria com a execução do MCNT e do MCUL que as instituições dedicadas à ciência e técnica em Portugal começavam a marcar passo na museologia portuguesa. Essa presença era ainda mais notável com a proliferação de museus no âmbito da arqueologia industrial, pois já se tinha vindo a verificar algumas criações na segunda metade do século XX (particularmente os que eram dedicados aos transportes e comunicações e que se encontram integrados também nesta categoria das ciências e técnicas).

À imagem do que ocorreu em Europa, o desenvolvimento dos museus de transportes e comunicações em Portugal estava relacionado com o progresso industrial, económico e tecnológico. No entanto, esse progresso foi mais moroso, em parte devido ao regime político que se tinha instaurado no país¹²¹. Esse foi um factor que não só determinou a criação tardia de museus dedicados a este âmbito como também a do MCNT e MCUL tal como vimos anteriormente.

Não é demais destacar que também em finais do século XX, numa maneira de acompanhar as tendências europeias no país, se desenvolveram novos organismos na área das ciências e técnicas. Foram os centros de ciência (Exploratório Infante D. Henrique em Coimbra seria o primeiro em 1995) tendo sido a criação da “Rede Ciência Viva” em ano depois, a causa para o fortalecimento deste movimento; mas também

¹¹⁸ Decreto-lei nº146/85, de 8 de Maio.

¹¹⁹ Lourenço, Marta C. e Filipe, Graça (2010). “Fernando Bragança Gil: a vida e a obra na museologia portuguesa” in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) *ob. cit* p.11.

¹²⁰ Duarte, Adelaide Manuela da Costa (2007) *ob. cit.* p.85; Decreto-lei nº146/85, de 8 de Maio; Gil, Fernando Bragança; Oliveira, J. T.; Viana, César (1979). “Relatório preliminar sobre a instalação do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa” in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) *ob. cit* p. 57.

¹²¹ Vd. Silva, Raquel Henriques da (2001). “Museus de Indústria: uma vocação pluridisciplinar” *cit. por Delicado, Ana* (2009) *ob. cit.* p. 193.

novas instituições museológicas dedicadas à arqueologia industrial principalmente propulsionadas por novos agentes económicos, como as empresas ou até por iniciativas de autarquias, associações e universidades.

Não há dúvidas que tanto em Europa como em Portugal, o século XX torna-se um século de excelência para os museus dedicados à ciência e técnica. Principalmente devido ao desenvolvimento progressivo desta tipologia de museus e por se verificar a sua interligação a outros âmbitos: energia, transportes e comunicações promovidos por novos organismos económicos.

Na sua generalidade estas instituições são apoiadas por organismos, comissões e associações que contribuem para o seu desenvolvimento. Essas realizações ocorrem bem a nível internacional - como por exemplo: a *European Collaborative for Science, Industry & Technology Exhibitions* (ECSITE), a *Comission Internationale des Musées des Sciences et Techniques* (CIMUSET) ou a *International Association of Transport and Communications Museums* (IATM); bem a nível nacional – em Portugal, por exemplo, várias associações se foram criando a finais do século XX e inícios do século XXI. As mesmas, para além de valorizarem o património nesta área também contribuíram para reforçar a posição dos Museus de Ciência e Técnica a nível nacional. Entre elas está: a Associação Portuguesa de Empresas como Museus (APOREM); Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI); Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal (MC2P).

III CAPÍTULO - MUSEU DAS COMUNICAÇÕES

Após se ter concluído a contextualização internacional e nacional da tipologia museológica à qual pertenceu o Museu dos CTT e pertence o Museu das Comunicações, o objectivo do presente capítulo é fazer uma análise geral à evolução histórica que ocorreu em ambas instituições.

Desta forma, no âmbito deste tema, irão também ser abordados diversos parâmetros que caracterizam essas instituições, tais como: instalações, instituidores, composição do seu acervo, conservadores e os seus serviços. Finalmente, serão mencionadas as diversas actividades que realizei durante o período de estágio curricular na instituição e apresentar-se-á uma reflexão mais aprofundada sobre o projecto que me propuseram, tendo sido elaborado com grande rigor e no qual tive oportunidade de dar o meu maior contributo durante o estágio curricular.

Ao tratar-se de um tópico complexo tendo em conta a dinâmica do percurso histórico do Museu dos CTT (sucessivas alterações no estabelecimento da sede museológica que condicionam a sua orgânica e funcionamento do próprio Museu), não é possível traçar uma estrutura sequencial deste ponto, optou-se por definir apenas um ponto de partida (a génese do Museu dos CTT) e um ponto de chegada (actividades do Museu das Comunicações) de modo a facilitar a compreensão desta etapa histórica.

Percurso Histórico

Tal como vimos no capítulo anterior, os museus de ciência e técnica no âmbito dos transportes e comunicações começaram a surgir em Europa no século XX tendo-se verificado um aumento na criação dos mesmos na 2ª metade deste século. Contudo, já no século XIX se registaram criações pontuais de museus com esta tipologia¹²². Tendo em conta a índole do presente trabalho, no que concerne às comunicações, é neste período que ocorre a dinamização do sector, daí surgir a necessidade de se proceder à criação de organismos internacionais que pudessem regular estes serviços (criação da *International Telecommunication Union* (ITU) em 1865 e *Universal Post Union* (UPU) em 1874 respectivamente). É também nesta altura que se regista a criação de museus com ligações à temática postal. Importa salientar: *Museum fur Kommunikation Berlin*,

¹²² Delicado, Ana (2009) *ob. cit.* p. 189.

um dos primeiros museus dedicado ao serviço postal a ser criado em 1872¹²³ (ligado também à criação da UPU); A.S. Popov *Central Museum of Communications* em São Petersburgo também datado de 1872¹²⁴; *Museum Postsparkasse* de Viena¹²⁵ ou o *Postamúzeum* em Budapeste de 1898¹²⁶. Estes museus juntamente com o Museu Postal português – Museu dos CTT (cuja aprovação para a sua constituição data de 1877) são geralmente considerados os embriões da museologia da ciência e técnica dedicada à temática postal¹²⁷.

Museu dos CTT

Relativamente ao caso português, a criação de um *Museu Postal* começou por ser idealizada em 1877 por João Gualberto de Barros e Cunha (na altura Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria do governo de António José de Ávila). Esta proposta, em conjunto com a criação de uma *Biblioteca Postal*, viria a ser bem acolhida pelo Director-geral dos Correios, Guilhermino Augusto de Barros. Essas mesmas decisões foram rapidamente executadas, tendo o próprio formalizado essas criações e procedido à incorporação de acervo histórico-documental nos espaços no ano seguinte: “ (...) dotou-se a bibliotheca do correio com 400 volumes (...); (...) dotou-se o museu postal com 30 objectos (...) ”¹²⁸. Este empenho de Guilhermino Augusto de Barros relativamente aos espaços recém-criados era notável e reconhecido a nível internacional, particularmente por Heinrich von Stephan (Director-geral dos correios alemães, fundador da UPU e do Museu Postal Alemão) que tinha vindo a acompanhar o trabalho de Guilhermino de Barros¹²⁹. Nos anos seguintes, verificar-se-ia o crescimento gradual do acervo do Museu, fosse por políticas de intercâmbio ou pela recolha de objectos que tivessem sido usados pelos serviços de Correios, Telefones e Telégrafos¹³⁰. Contudo, a ideia inicial de proceder à criação de um museu postal acabaria por ser posta de parte durante

¹²³ <<http://en.mfk-berlin.de/category/the-museum/>>.

¹²⁴ <<http://www.rustelecom-museum.ru/main/default.asp?page=1&langID=58>>.

¹²⁵ <<http://www.ottowagner.com/about-the-museum/about-the-museum/>>.

¹²⁶ <<http://www.postamuzeum.hu/en/muzeumtortenet>>.

¹²⁷ <<http://www.ladressesmuseedelaposte.fr/Histoire-du-Musee>>; Santos, Alva (2007). “O museu: da génese à fundação” in *Códice* nº4. Lisboa: FPC, p.44; Serviços Culturais dos CTT (1973). *O museu dos CTT / Correios e Telecomunicações de Portugal*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, p.4; Jornal de Correios e Telecomunicações (1989). Maria da Glória Firmino: construtora de museus. Lisboa: nº15 (Junho 1989), p.14.

¹²⁸ Direcção Geral dos Correios (1879). *Relatório Postal/Anno Económico de 1877-1878*. Lisboa, p.154.

¹²⁹ Serviços Culturais dos CTT (1973). *op.cit.*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, p.6.

¹³⁰ Património Museológico das Comunicações (2012). *Lourenço António de Araújo (1768 – 1827): Lisboa*; Santos, Alva (2007). *art. cit.* In *ob.cit.* Lisboa: FPC: p.44.

aproximadamente 57 anos, em grande parte devido ao descuido e ao desinteresse das administrações superiores que não estariam em vias de assistir ao crescimento de um museu de ciência e técnica dedicado particularmente à temática postal. (Ambiente político – duas décadas finais do regime monárquico e duas primeiras décadas do regime republicano).

Se o primeiro passo para a concepção de um museu tinha sido gerido por Guilhermino de Barros, seria mais tarde graças à proposta de Godofredo Ferreira, em 1934, que este seria concretizado e evoluído. A iniciativa foi rapidamente aceite pelo Correio-Mor Luís de Albuquerque Couto dos Santos, tendo encarregado o próprio Godofredo Ferreira de dirigir a sua proposta. Assim se inicia um importante processo de reorganização de objectos e de documentação que foi determinante não só para a constituição do Museu em 1947 mas também para trabalhos posteriores em volta do mesmo.

Sendo necessária a designação de uma pessoa que ficasse encarregue do crescimento do “novo” Museu dos CTT, instituiu-se o cargo de conservador-chefe para esse efeito para o qual foi eleito Mário Gonçalves Viana, dadas as suas qualidades profissionais¹³¹, no mesmo ano da constituição do Museu. Esta designação foi relevante para o desenvolvimento do Museu, pois foi a partir desta altura que se iniciou uma simples fase de recolha e inventariação de material que viria a ser determinante para o crescimento do mesmo. Sob a denominação de *Organização do Museu dos CTT*, uma circular datada de Novembro de 1947¹³², exaltou-se a importância dessa acção: “ (...) recolher e catalogar, além de todo o material em uso, aparelhos e utensílios antigos ou postos de parte susceptíveis de documentarem de uma forma viva e expressiva a múltipla e extensa actividade da nossa corporação (...) ”.

A decisão de organizar o material acabou por dar os seus frutos. Em relação ao espólio organizado, de 1.985 objectos em 1946¹³³ o número aumentou para 2.453 em 1952¹³⁴ sendo expectável também que o número de objectos continuaria a aumentar. Tendo em conta a óptima orientação que esta iniciativa estava a ter e face aos prognósticos

¹³¹ Mouta, Margarida Gírio (2008). “Património tangível, memórias intangíveis; 130 anos animados e imortalizados por gestos, palavras, vozes e rostos” in *Códice* nº5. Lisboa: FPC, p. 8.

¹³² Circular nº 33-A. 29 Novembro de 1947.

¹³³ GF/BA : Museu dos CTT. 31 Dezembro de 1946, p.2.

¹³⁴ CTT:CDI (1975). *O Museu dos CTT: Pequena história desde a sua fundação até à actualidade*. Lisboa: SEP-CTT, p.6.

relativamente à ampliação do espólio, tornou-se necessária a mudança do local do Museu.

No ano em que ocorreu a alteração de instalações do Museu, em 1954, já António Mora Ramos tinha assumido o cargo de conservador-chefe, pois fora nomeado em 1952 sucedendo assim a Mário Gonçalves Viana. Contudo, deu seguimento aos trabalhos do primeiro conservador-chefe, pois ambos partilhavam a mesma ideia de que um museu deveria constituir-se como uma local de instrução tanto educacional como profissional. Por palavras de Mário Gonçalves Viana: “ (...) os objectivos dos museus (...) podem, como é evidente, resumir-se num único vocábulo: educação! (...) ”¹³⁵ ; por palavras de António Mora Ramos: “ (...) Trata-se de um Museu vivo, de uma realidade viva, de uma autêntica Escola (...) ”¹³⁶. Para chegar a este fim, ambos defendiam que o meio mais adequado a adoptar seria a exposição dos objectos no próprio Museu, de modo a retratar a evolução das comunicações e as suas valências.

Verifica-se, portanto, que a doutrina adoptada por Mora Ramos enquanto conservador-chefe do Museu não se afasta muito das directrizes que tinham sido adoptadas por Mário Gonçalves Viana. As únicas diferenças entre ambos tinham sido apenas a nível prático. Ora, se Mário Gonçalves Viana tinha centrado os seus trabalhos na organização do material que compunha o espólio do Museu, Mora Ramos dedicou-se à parte de logística do Museu tendo sido graças ao mesmo a publicação do primeiro *Regulamento do Museu dos CTT* em 1955. No mesmo determinavam-se todos os aspectos que permitiam regular o funcionamento do Museu dos CTT: objectivos, colecções, serviços, pessoal, horários e suas funcionalidades fins didácticos¹³⁷.

A orientação pedagógica ambicionada por Mora Ramos para o Museu dos CTT estava mais uma vez evidenciada no *Regulamento*. Por um lado, “ (...) Proporcionar ao público o conhecimento global dos materiais utilizados pela Administração nas diferentes épocas (...) ”¹³⁸; por outro lado “ (...) Um dos principais papéis do Museu será o de contribuir para o aperfeiçoamento profissional dos funcionários dos CTT (...) ”¹³⁹.

¹³⁵ Viana, Mário Gonçalves (1949). *Um Museu dos CTT: objectivos, organização, realização, funcionamento*. Lisboa: Edição dos Serviços Culturais dos CTT, p. 13.

¹³⁶ Ramos, António Mora (1954). *O valor psico-pedagógico de um museu profissional*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, p. 11.

¹³⁷ Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones (1959). *Regulamento do Museu dos CTT*. 2ª edição. Lisboa: Serv. Culturais dos CTT, pp.7.

¹³⁸ Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones (1959). *ob. cit* p.3.

¹³⁹ Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones (1959). *ob. cit* p.6.

Estes dois aspectos já tinham sido referidos na sua *palestra profissional*¹⁴⁰ subordinada ao tema *O Valor Psico-Pedagógico de um Museu Profissional*.

O período em que António Mora Ramos assumiu o cargo de conservador-chefe caracterizou-se por dois factores importantes. Um deles, a visão pedagógica adoptada pelo Museu (tal como vimos anteriormente) e o outro, pela alteração da localização do Museu para a Avenida Fontes Pereira de Melo que permitiu não só proceder à exposição de algumas peças de certas colecções como também repensar a abertura do sector postal e das telecomunicações em outros espaços do Museu.

Efectivamente ocorreram essas inaugurações. Passados quatro anos da primeira exposição, em 1958, o público pôde contemplar o sector postal na Rua de Picoas e em 1959, o sector telegráfico e telefónico na Rua Castilho até 1962. Importa ainda salientar que de entre os públicos que visitavam o Museu já faziam parte os grupos escolares¹⁴¹.

A partir de 1962 o Museu volta a alterar a sua localização, daí ter ocorrido o encerramento das exposições patentes ao público nesse mesmo ano. Contudo à diferença do que acontece no passado, o espólio do Museu não se transfere somente para uma nova sala, mas sim para um edifício na Rua Estefânia. Este acontecimento revela-se determinante na “vida” do Museu, pois a grandeza do espaço permitia não só concentrar os principais sectores que estavam dispersos por vários locais em anos anteriores (Correio, Filatelia e Comunicações) como também centrar os serviços do museu num só lugar com vista a reunir as condições necessárias para melhorar e aperfeiçoar os objectivos e serviços do Museu dos CTT.

Todo este processo vinha sendo acompanhado por Maria da Glória Firmino, terceira conservadora-chefe do Museu dos CTT. A mesma assumiu o cargo principal após o pedido de exoneração de António Mora Ramos em 1958. No entanto apesar desta mudança de chefia, Maria da Glória Firmino já conhecia quais os métodos de trabalho do Museu em parte graças ao voto de confiança dado por Mora Ramos quando propôs o seu nome para o lugar de conservadora-adjunta¹⁴². Desta forma, começou como 2ª conservadora de 1955 a 1959, tendo ocupado o lugar de conservadora-chefe de 1960 a 1986.

¹⁴⁰ *Palestras profissionais*: Palestras que periodicamente reuniam o pessoal dirigente superior dos CTT para dar conta à Administração Central as actividades que se desenvolviam.

¹⁴¹ CTT:CDI (1975). *ob. cit.* p7.

¹⁴² Arqº2/1:Regulamento de Museu/Conservador-adjunto/Horário Especial. 22 de Julho de 1954.

Os seus estudos na área da museologia, o seu interesse pelo desenvolvimento da educação museológica e principalmente a experiência de trabalho que já tinha, foram cruciais para o progresso do Museu dos CTT. Assim, apesar de não se terem dado prognósticos imediatos da reabertura do museu após o seu encerramento em 1962 (por questões logísticas de remodelação e preparação do espaço para novas exposições) a determinação da conservadora-chefe em funções, acabou por ser essencial para reunir esforços e proceder à abertura do Museu em 1967.

A reabertura do Museu dos CTT ao público foi precisamente no dia 24 de Maio de 1967. Apesar de faltar alguns ajustes, fez-se questão de apresentar os sectores mais importantes do Museu devidamente organizados em salas e por pisos. Resumidamente, o rés-do-chão estava reservado para a filatelia e outros sectores mais históricos e institucionais, o sector de telecomunicações estava repartido por salas do 1º andar do edifício, o sector dos correios por salas do 2º andar, por fim no 3º andar encontravam-se os serviços de secretaria e os arquivos da parte documental¹⁴³.

Tendo como pretensão adequar o Museu aos parâmetros definidos pelo ICOM :

“Temos sempre presente que um museu é um estabelecimento permanente, criado com vista a conservar, estudar, valorizar por meios diversos, e essencialmente expor para deleite e educação do público, colecções de objectos de interesse artístico, histórico, científico e técnico”, conforme os Estatutos do ICOM o definem”¹⁴⁴

No ano em que se reinaugurou o Museu, já se abordava a forte possibilidade de implementar em museus um “serviço” que desenvolvesse actividades direccionadas para o público principalmente para os mais novos. O MNAA foi pioneiro nestas acções e João Couto um dos seus propulsores (tópico que será desenvolvido ainda neste capítulo). Aplicar esse método pedagógico ao Museu dos CTT era uma das pretensões de Maria da Glória Firmino.

Um programa de actividades pensado terá sido crucial para que o Museu nunca se tivesse descuidado de estabelecer um elo de ligação com o público desde a sua reabertura em 1967. Um dos mecanismos a seguir seria ter sempre presente que o

¹⁴³ CTT:CDI (1975). *ob. cit.* pp.7-9.

¹⁴⁴ Administração Geral dos CTT. *Relatório de Actividades do Museu* em 1967.

contacto com os objectos expostos seria a forma ideal para transmitir conhecimento e cumprir uma das directrizes que caracterizava o Museu dos CTT:

“ (...) O Museu dos CTT, como todos os museus, é um instrumento de cultura, e assume outra função perfeitamente conciliável com a primeira, a de meio de informação dos usuários de uma das maiores empresas públicas do país.

Como centro de cultura é cada vez mais procurado pelo público escolar que percorre interessado os Sectores do Museu, tomando contacto com a evolução das comunicações entre nós.

Por outro lado, o grande público tem ao seu dispor uma síntese de todos os Serviços CTT e, ao mesmo tempo, pode colher em pormenor elementos respeitantes aos aspectos fundamentais do Correio.”¹⁴⁵.

A contribuição profissional de Maria da Glória Firmino foi determinante, enquanto membro activo no panorama museológico. Fosse em reuniões da Associação Portuguesa da Museologia (APOM) fosse no ICOM, revelava que tinha conhecimentos em como levar a bom porto o Museu dos CTT. Contudo, a boa vontade da conservadora-chefe não chegava para que se ultrapassassem algumas dificuldades que os museus a nível nacional atravessavam na altura e nos quais se integrava o Museu dos CTT “ (...) No mundo dos museus, o ponto crítico do problema da sua sobrevivência (...) é constituído, precisamente, pelo divórcio entre a teoria e a prática, pelo desfasamento entre as exigências supostas e as reais, pelo desencontro entre o museu e o público, enfim, para abreviar, entre outras muitas razões, pelo subaproveitamento de que os museus têm sido objecto. (...) Entre nós (...) deixámo-nos absorver de tal maneira pelos nossos assuntos que estamos cada vez mais afastados uns dos outros. Ignoramos o que se passa em cada museu, salvo as grandes exposições, cuja propaganda pode ser paga pelos museus mais ricos.”¹⁴⁶ De modo a contornar estas dificuldades tratou de impulsionar um grupo constituído pelos museus classificados no mesmo género que o Museu dos CTT ¹⁴⁷ de

¹⁴⁵ Administração Geral dos CTT. Relatório de Actividades do Museu em 1972.

¹⁴⁶ Firmino, Maria da Glória Pires (1979). “Panorama Museológico Português- Museus técnicos” in *Actas do Colóquio APOM/76*. Porto: APOM, p.55.

¹⁴⁷ Segundo o Roteiro dos Museus de Portugal publicado em 1974 pela Direcção- Geral dos Assuntos Culturais na mesma classificação constavam: O Museu Nacional da Ciência e Técnica; Museu Nacional dos Coches; Museu da Marinha; Museu do Ar; Museu do Caramulo; Museu da CP; Museu de Angra do Heroísmo e o Museu dos CTT.

forma a colaborar entre si para encontrar soluções para os problemas anteriormente expostos¹⁴⁸.

Estas fragilidades não foram as únicas que dificultaram o crescimento do Museu dos CTT. Na realidade, a contagem de visitantes após a reinauguração do Museu dos CTT indicava que de ano para ano, o número de visitas (principalmente escolares) ia aumentando. Contudo, era necessária a resolução de certos problemas a nível interno para que o Museu pudesse corresponder aos seus objectivos¹⁴⁹.

Verificavam-se carências em outros âmbitos, nomeadamente nas infraestruturas do Museu, que já não eram suficientes para a preparação de novas exposições; na qualificação do pessoal, verificando-se imprescindível os funcionários terem uma formação adequada do cargo a desempenhar no Museu; e finalmente no desenvolvimento das actividades culturais, pois a proliferação e o melhoramento da qualidade das mesmas, poderia potenciar o interesse pelo Museu dos CTT.

Face às dificuldades citadas, a realização de exposições temáticas, temporárias e itinerantes, bem como o recrutamento de monitores para visitas guiadas a grupos escolares foram alternativas viáveis para a resolução desses problemas. Contudo, temporariamente, pois em Maio de 1985, o Museu dos CTT encerra portas, alegadamente por não cumprir com certas regras básicas de segurança¹⁵⁰.

O encerramento não ditou a interrupção de trabalhos nem dentro nem fora de portas. Verificando-se trabalhos no sentido de reorganizar o espólio existente, bem como a continuação da elaboração de exposições itinerantes a nível nacional e internacional (principalmente filatélicas) com o intuito de dar a conhecer a empresa e de promover a cultura portuguesa. Até nesta altura Maria da Glória Pires Firmino acompanhava as conferências organizadas pelo ICOM, dado o interesse em acompanhar as “ciências museológicas”¹⁵¹. Em 1986, Maria da Glória Pires Firmino solicita aposentação do seu cargo ciente de que as secções fundamentais do Museu (Postal, Filatélica e Telecomunicações) ficavam em boas mãos¹⁵². Desta forma, verifica-se que a gestão do Museu, depois de ter estado a cargo de Maria Glória Firmino, não foi deixada ao acaso.

¹⁴⁸ Firmino, Maria da Glória Pires (1979). *ob.cit.* p 56.

¹⁴⁹ Administração Geral dos CTT. Relatório de Actividades do Museu em 1974, p.7.

¹⁵⁰ Anciães, Alfredo (2008). “Património museológico de telecomunicações: criação e gestão em contexto” in *Códice* nº5. Lisboa: FPC, p.57.

¹⁵¹ Informações de Museu para SPD 12/2/86.

¹⁵² Aposentação Maria da Glória Pires Firmino a 3/3/86.

Após o mandato da 3ª conservadora-chefe (1960-1986), o Museu ainda esteve a cargo de dois departamentos que pertenciam ao Conselho de Administração da empresa antes de se constituir a Fundação e se inaugurar o Museu das Comunicações (numa primeira instância esteve gerido pela Direcção Marketing e do Património Cultural do Conselho de Administração (DMCCA)¹⁵³ e mais tarde pelo Gabinete de Imagem e Acção Cultural Institucional do Conselho de Administração (GIACICA))¹⁵⁴

Nesta altura já se iam verificando mudanças económicas principalmente a nível internacional que indiciavam a reorganização do sector das comunicações¹⁵⁵ a nível nacional essas modificações no sector começaram a reflectir-se com a cisão da empresa pública do Estado “Correios e Telecomunicações de Portugal”¹⁵⁶ em 1992. Determinou-se a constituição de duas empresas anónimas: CTT, S.A e a Telecom Portugal S.A. Contudo, pretendia-se que o património se salvaguardasse como um “todo”, de modo a prevenir uma dispersão do património após a cisão da empresa. Daí surge a ideia de formar uma Fundação que pudesse aglomerar toda essa riqueza patrimonial.

Museu das Comunicações

Contabilizaram-se 12 anos (1985-1997) desde o encerramento do Museu dos CTT ao público até à abertura do novo Museu. As mudanças foram significativas em diversos âmbitos. Verificaram-se alterações na sua localização, estatutos, gestão e até na sua designação. Para colmatar a ausência do antigo Museu dos CTT seria constituído o Museu das Comunicações.

No momento em que decorreu o processo de cisão da Empresa pública “Correios e Telecomunicações de Portugal” nomeou-se uma Comissão Instaladora. O intuito seria dar continuação ao processo de constituição da Fundação de modo a salvaguardar como um “todo” o património que pertencia às duas empresas que se tinham dissociado. Registada em primeiro lugar com dois instituidores em 1995 (PT e CTT S.A.) seria mais tarde com a junção de um terceiro instituidor, também do sector das comunicações

¹⁵³ CTT: OS 33,87 FL 84-87.

¹⁵⁴ CTT: OS 42,88 FL 194-88.

¹⁵⁵ Pina, Liliana Manuel Maia (2011). “O Museu das Comunicações: contributos e perspectivas para uma proposta de gestão”. Clara Frayão Camacho, Marta Lourenço (orient. tese), Évora, U. Évora, p.42-43.

¹⁵⁶ Empresa que se constituiu em 1970 sob indicação da Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones pelo Decreto-Lei nº 49368, D. R.n.º 263, Série I de 10 de Novembro de 1969.

(ICT), que seria criada a Fundação Portuguesa das Comunicações a 6 de Outubro de 1997.

O Museu das Comunicações foi inaugurado três dias mais tarde, a 9 de Outubro de 1997, no âmbito das comemorações do Dia Mundial dos Correios (ainda hoje se assinala este dia com diversas comemorações na FPC). Sendo um dos principais serviços abertos ao público disponibilizado pela Fundação Portuguesa das Comunicações. Considera-se segundo os seus estatutos:

“ (...) Um museu de ciência e tecnologia que tem em vista a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural, designadamente, através da divulgação da evolução histórica, científica e tecnológica das comunicações, bem como o seu contributo para o desenvolvimento económico-social do País e da comunidade, através do exercício da sua função museológica, de acordo com padrões de rigor e de qualidade.”¹⁵⁷

De uma forma geral, ao analisar a sua missão, é possível verificar que o Museu das Comunicações pressupõe a continuação de um projecto de conservação e promoção do sector das comunicações já iniciado pelo Museu dos CTT. Contudo, de um modo mais abrangente, pois não só se procedeu à salvaguarda do espólio que estaria a cargo do Museu dos CTT e que por motivos de administração estava relacionado principalmente com os Correios e com as Telecomunicações, como também se designou novos critérios de incorporação de património museológico na Fundação de modo a enriquecer a memória colectiva do sector das comunicações.

Sendo um Museu rico em espólio museológico dedicado às comunicações, que “ (...) em termos de quantidade e qualidade estará entre os mais ricos e variados a nível mundial (...) ”¹⁵⁸ também se poderá constatar a realização de múltiplas actividades e exposições ao longo dos seus 19 anos de existência (Algumas serão desenvolvidas no ponto seguinte) que congratularam o Museu com alguns prémios e distinções. De um modo geral, as mesmas se devem à equipa de monitores e principalmente à sua direcção, mesmo que por vezes seja um factor que nem sempre se processe conforme o expectável.

¹⁵⁷ Artº2º, Capítulo I. Regulamento Interno do Museu das Comunicações.

¹⁵⁸ Anciães, Alfredo (2008). *art. cit. in ob.cit.* Lisboa: FPC, p.66.

Um dos pontos menos favoráveis deste regime organizacional é o facto de se verificar certa instabilidade sentida pela alteração recorrente de direcção, pois desde a inauguração do Museu das Comunicações, o mesmo já conheceu quatro directores diferentes: Paula Lopes (1997-1999); Tereza Campos (1999-2003); Joel de Almeida (2004-2006) e a actual directora Cristina Weber que exerce funções desde 2006.

Contando com alguns percalços durante o seu percurso histórico, nunca se poderá negar que desde a génese do Museu dos CTT até à concepção do Museu das Comunicações sempre se considerou um Museu de referência no que concerne ao sector das comunicações. Tratou-se de um projecto que foi crescendo gradualmente nos mais diversos âmbitos (aumento do seu acervo, pessoal e de visitas) justificando-se assim as sucessivas alterações de instalações da sua sede como se poderá concluir no ponto seguinte.

Instalações

Tendo em conta o percurso histórico atribulado que o museu teve, constatando-se os parâmetros da sua evolução¹⁵⁹, também as respectivas instalações acompanharam essa tendência. No ponto anterior, já se pôde ver em que circunstâncias se procedeu à alteração das instalações, que mudavam à medida que o acervo assim o exigia, neste ponto, pretende-se recordar esse percurso em jeito de síntese.

Numa primeira instância, o acervo nos seus primeiros anos de vida ficou a cargo da Direcção-geral dos Correios, justificando assim o facto do mesmo acompanhar as mudanças de localização da Direcção-geral. Inicialmente situada no Palácio dos Condes de Valadares iria-se transferir em 1887 para o Terreiro do Paço. Sete anos mais tarde em 1919 seriam os serviços de “Verificação Técnica de Material” a dar seguimento ao Museu, sendo responsáveis pela continuidade de recolha e conservação do material que já teria sido usado pelos Serviços. Esta passagem de responsabilidades também se reflectiu na alteração das instalações tendo-se localizado em primeira instância no Convento das Trinas e mais tarde num dos Depósitos dos Armazéns Gerais dos CTT onde ficaria sem qualquer visibilidade até à era de Godofredo Ferreira.

¹⁵⁹ Anexo 3 – Mapa cronológico dos acontecimentos mais relevantes da história do Museu dos CTT.

A par com a nomeação de Godofredo Ferreira para elaboração de trabalhos preliminares para a constituição do Museu dos CTT, o Administrador Geral dos CTT, Luís de Albuquerque Coutos dos Santos¹⁶⁰, ordenou a cedência de instalações na Rua Mousinho da Silveira (dependência dos Serviços de Edições e Propaganda) para a instalação de materiais provenientes dos armazéns a fim de serem identificados para a constituição do Museu. Contudo, com a evolução dos trabalhos constata-se que espaço é insuficiente. Essa observação é referida num despacho datado de Dezembro de 1946 emitido por Godofredo Ferreira para o Administrador Geral dos CTT onde com alguns argumentos apresenta a proposta de mudança de sede do Museu dos CTT¹⁶¹.

Dadas as condições, e em vista a continuação do crescimento do Museu, o mesmo muda-se em 1948 na Rua de São Mamede ao Caldas. Contudo, apesar de ser um espaço melhor que o anterior, o mesmo não se verificou que fosse o suficiente. Tal como vimos anteriormente, o número de objectos inventariados cresceu significativamente, pelo que havia a necessidade de ampliar as suas instalações. Tendo em conta essa necessidade, em 1954, o Correio-Mor Couto dos Santos em despacho anuncia que o Museu irá dispor de mais instalações sendo as mesmas em: São Mamede ao Caldas; R. Castilho, D. Luís, Av. Fontes Pereira de Melo e em Picoas¹⁶². Assim, nesse mesmo ano, procede-se à transferência da sede do Museu para outro local mudando-se para a Av. Fontes Pereira de Melo o que permitiu que se iniciasse a exposição de algum espólio naquelas instalações como também nos restantes locais (sector postal como das telecomunicações).

Como se pôde verificar, o Museu aos poucos ia crescendo, não só em espólio mas também em funcionalidades. Encontrava-se num período onde se exaltava a importância de cumprir com os objectivos propostos no seu *Regulamento*, daí serem fundamentais as suas infraestruturas.

O encerramento das exposições ocorreu em 1962, altura em que se repensou mais uma vez transferir a sede do Museu para outro local de modo a reunir o espólio que se encontrava disperso. Realidade que o Museu até à data ainda não tinha conhecido.

¹⁶⁰ Luis Albuquerque Couto dos Santos foi administrador geral e correio-mor dos CTT.

¹⁶¹ GF/BA : Museu dos CTT. 31 Dezembro de 1946.

¹⁶² Despacho emitido por Couto dos Santos a 6 de Abril de 1954.

A nova sede instala-se na Rua D. Estefânia, num antigo palacete que pertencera a Henrique Seixas e que já tinha contado com alguns objectos museológicos do proprietário que hoje se encontram no Museu da Marinha¹⁶³. Dado este pormenor histórico, já se pode verificar que as instalações não eram de facto pequenas. O edifício contava com uma cave, um sótão que foram destinadas aos serviços de secretaria e três pisos nos quais se pôde ter o privilégio de integrar as principais colecções museológicas.

As instalações de D. Estefânia ficaram enaltecidas não só pela capacidade que tinham de reunir a maior parte do espólio mas principalmente por ter ocorrido nas mesmas a tão grande e esperada reinauguração do museu no ano de 1967¹⁶⁴. Desta forma, ao longo da década de 70, tanto o número de visitas como também o espólio do Museu ia aumentando, o que viria a questionar mais uma vez a capacidade que o edifício tinha para conceber novas exposições de modo a expor algumas das peças que não paravam de chegar ao seu acervo.

Assunto pertinente e devidamente apresentado numa das reuniões realizadas pela APOM em 1976¹⁶⁵, estaria previsto a disponibilização de alguns espaços do edifício dos CTT das Picoas para colmatar essa carência de espaço, que temporariamente fora resolvida por meio de realização de exposições temáticas e itinerantes.

Tanto a Administração como a conservadora-chefe tinham reunido esforços para que o Museu continuasse a desenvolver actividades de modo a cumprir as directrizes definidas pelo mesmo. Contudo, o Museu seria encerrado em 1985, devido ao perigo que as instalações de luz e água apresentavam: “ (...) estavam em perigo de provocar uma situação de catástrofe (...) ”¹⁶⁶.

O encerramento do Museu em 1985 fez dispersar mais uma vez todo o património e os seus respectivos serviços, instalando-se em diversos locais. A maioria do património foi deslocado para os Depósitos da Rua da Trindade, Rua D. Luis, Visconde Santarém e Casa Capucho, já os serviços e todo o seu pessoal numa primeira instância foram descentralizados e mais tarde transferidos para o edifício na Av. Casal Ribeiro. Esse

¹⁶³ Anexo 4 – Fotografia das instalações do Museu dos CTT na Rua D. Estefânia.

¹⁶⁴ Anexo 5 – Abertura do Museu dos CTT (1967). *Revista Correios e Telecomunicações*, nº2, 2º trimestre de 1967.

¹⁶⁵ Guimarães, Maria de Lourdes Pimenta de Castro (1979). “Museu dos CTT, suas carências- e forma como lhes respondemos” in *Actas do Colóquio APOM/76*. Porto: APOM, pp.95-98.

¹⁶⁶ Anciães, Alfredo (2008). *art.cit in ob.cit*. Lisboa: FPC, p.57.

espólio apenas se voltaria a reencontrar no momento da instalação da Fundação Portuguesa das Comunicações em 1997 após acordo dos três instituidores que detinham património museológico e documental referente ao sector das comunicações pois o intuito principal dos mesmos seria salvaguardar a maior parte do espólio.

Actividades do Museu

Como se acabou de ver, o Museu dos CTT foi evoluindo gradualmente, a sua concepção passou por diversas etapas e percorreu diversos períodos históricos. Ao analisar essa trajetória, verifica-se em algumas situações que a própria gestão do Museu se foi adaptando às práticas museológicas que predominavam na altura.

Sem pretender elaborar a história completa dos serviços educativos tanto do Museu dos CTT como do Museu das Comunicações, neste presente subcapítulo, irá referir-se projectos de ambos. Por um lado, algumas exposições, que assinalaram etapas do período histórico do Museu. Por outro lado, irá dar-se destaque a algumas actividades que marcaram pela sua diferença e que foram essenciais para que se estabelecesse uma ligação consistente com os mais diversos públicos.

Na altura em que o Dr. Guilhermino de Barros constitui o Museu Postal dotando-o de 30 objectos (1878), o museu foi pensado como um espaço onde se pudessem salvaguardar e preservar os objectos e instrumentos que eram usados na empresa¹⁶⁷. Desta forma constata-se que a primazia museológica seria a conservação. Prática que não foi descuidada quando Godofredo Ferreira reconsiderou a reconstituição do Museu. A diferença entre os mesmos era apenas os critérios de selecção de peças que se tornaram mais rigorosos estipulando que a recolha dos objectos caso “ (...) ofereça interesse para a história dos CTT em Portugal (...) ”¹⁶⁸.

À medida que o espólio do Museu dos CTT ia crescendo, tornava-se necessário que gestão das suas colecções fosse mais cuidada e organizada. A entrada de Mário Gonçalves Viana no lugar de conservador-chefe do museu foi fundamental para essa execução.

¹⁶⁷ Santos, Alva (2007). *art. cit in ob. cit.* p.44.

¹⁶⁸ Serviços Culturais dos CTT (1975). *ob.cit.* p.5.

Tratava-se de um profissional, pois conhecia tanto a realidade museológica como também quais os métodos práticos que se deviam aplicar no Museu. Dá a conhecer esta realidade numa das suas *palestras*: “ (...) o museu actual deixou de ser aquele desdenhado armazém de coisas velhas e de curiosidades, aquela espécie de bricabraque, cheio de pó e de... «patine», que só interessava a meia dúzia de respeitáveis anciãos, «saudosistas» e «antiquados». O museu contemporâneo já não é aquela necrópole, que só raros visitavam: é um organismo vivo, com feição essencialmente cultural (...) »¹⁶⁹ ; “ (...) Longe de ser, apenas, um repositório de antiguidade, qualquer Museu dos Correios, Telégrafos e Telefones, digno do nosso tempo, deve visar o objectivo, mais amplo, de evidenciar a importância e a transcendência da função pública que os mesmos desempenham: o elemento histórico deverá figurar como explicação do que se faz hoje, apresentando, apenas, os objectos que sejam característicos para o desempenho do serviço, para o seu desenvolvimento técnico e função social, como salienta o Regulamento do Museu Postal holandês (...) »¹⁷⁰. Esta palestra ocorre num período onde começam a surgir novas práticas museológicas ligadas ao potencial educativo dos museus principalmente associadas ao crescimento do interesse pela museologia. Daí ser possível reconhecer que Mário Gonçalves Viana poderá ter sido o propulsor deste tipo de actividades no Museu dos CTT.

As directrizes que António Mora Ramos, 2º conservador-chefe do museu, pretendia implementar no museu iam no seguimento do seu antecessor. Também numa *palestra* dá conta das suas pretensões enquanto conservador do museu: “ (...) Com efeito, pretende-se que o nosso Museu mostre, ao longo das suas salas, através dos aparelhos, das suas colecções, dos seus objectos, a vida dos CTT na multiplicidade e no conjunto das suas facetas (...) »¹⁷¹ ; “ (...) a cultura gerante de um Museu Profissional, como o dos CTT, tem duas funções fundamentais: uma de ordem pedagógica – levando os funcionários, pela observação e pela análise, a aprender melhor, fornecendo-lhes uma visão de conjunto e integrando-os na própria visão; a outra de ordem psicológica-mostrando-lhes a grandeza do próprio serviço (...) »¹⁷² tendo uma dupla função como se acabou de ver, o Museu era assim direccionado não só para o público mas também para funcionários recém integrados na empresa.

¹⁶⁹ Viana, Mário Gonçalves (1949). *ob.cit.* p. 13.

¹⁷⁰ Viana, Mário Gonçalves (1949). *ob.cit.* p. 17.

¹⁷¹ Ramos, António Mora (1954). *ob.cit.* p. 10.

¹⁷² Ramos, António Mora (1954). *ob.cit.* p. 22.

Estas preocupações também se estão evidenciadas no *Regulamento do Museu dos CTT* publicado em 1955, pois em grande parte se deve a Mora Ramos a publicação do documento, bem como a abertura das primeiras exposições ao público em 1958 e 1959 (sector postal e sector de telecomunicações respectivamente) facto que proporcionou a a realização de visitas de funcionários e de grupos escolares às exposições que estiveram patentes até 1962.

Após o encerramento das exposições em 1962 sucederam-se cinco anos de preparação até à sua reabertura em 1967 em novas instalações. Porém, não foram anos inactivos. Neste período transitório Maria da Glória Pires Firmino já tinha assumido funções de conservadora-chefe. Tendo sido formada em estudos de museologia com o professor João Couto¹⁷³, acabaria por criar fortes ligações com a prática educativa dos museus (vertente que se verificou ao ter impulsionando inúmeras actividades no museu). A 3ª conservadora-chefe do Museu dos CTT era uma presença constante dentro e fora de portas. Daí que durante o encerramento do Museu ao público (e não só) estivesse estado presente em inúmeras acções de promoção do Museu, tanto junto de reuniões de conservadores de museus como em colóquios promovidos pela APOM (Colóquio APOM/76¹⁷⁴). A nível internacional também fazia questão estar presente em certos encontros realizados pela ICOM (ex: I Encontro das Comissões Nacionais Portuguesa e Espanhola¹⁷⁵).

A experiência de Maria da Glória Pires Firmino nos mais diversos domínios da museologia permitiu que o Museu dos CTT estabelecesse relações com as escolas logo após a sua reabertura em 1967. Considerando que a sede do Museu se tinha instalado num edifício na Rua D. Estefânia, onde por primera vez se pôde agregar e expor as três colecções museológicas, não restava dúvidas que o Museu reunia as condições necessárias para proporcionar actividades em colaboração com as escolas dos mais diversos graus de ensino¹⁷⁶.

O crescimento do Museu dos CTT confirmava-se de ano para ano. Esse registo era contabilizado todos os anos em *Relatórios de Actividade* realizados pelos

¹⁷³ Mouta, Margarida Gírio (2008). art. cit. in *ob.cit.* p. 14.

¹⁷⁴ APOM (1979). “Panorama museológico português - carências e potencialidades”, in *Actas do Colóquio APOM/76*. Porto: APOM.

¹⁷⁵ I Encontro das Comissões Nacionais Portuguesa e Espanhola do Conselho Internacional dos Museus, realizado no Paço Ducal de Vila Viçosa a 24, 25 e 26 de Maio de 1986.

¹⁷⁶ Firmino, Maria da Glória Pires (1967). *O Museu dos CTT e as escolas: comunicação apresentada ao seminário sobre Museus e Educação 29/30 Maio de 1967*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, pp.8.

conservadores-chefes do museu onde constavam não só as actividades realizadas pelo serviço como também a sua despesa e as sugestões de melhoramento¹⁷⁷.

Nesses *Relatórios* constatava-se o acervo museológico do Museu, assim como as visitas aos seus espaços não paravam de aumentar dando conta que o museu ia adquirindo algum prestígio no panorama museológico nacional. De modo a responder a elevada afluência de visitas os serviços foram dotados pela primeira vez de monitores em 1975¹⁷⁸, principalmente para a elaboração de visitas guiadas.

Na verdade, o Museu estando nestas instalações poderia proporcionar boas experiências; contudo, também contava com algumas debilidades. Entre elas, o facto de não dispor de uma sala de grande dimensão onde se pudessem realizar exposições de carácter permanente. Para colmatar esse contratempo, pôde contar-se com a realização de exposições temporárias dedicadas principalmente à filatelia numa das salas que o Museu dispunha para o efeito e ainda a ocorrência de exposições itinerantes em diversos pontos do país que se continuaram a realizar após o encerramento do Museu ao público em 1985.

Com o encerramento das instalações da Rua D. Estefânia em 1985, o Museu entra novamente numa fase de reestruturações. A deslocação das suas colecções e serviços para outros locais da cidade de Lisboa, prejudicava não só o desenrolar de actividades de educação cultural mas principalmente a sua gestão, nomeadamente nas práticas de conservação, recolha e salvaguarda de peças¹⁷⁹

Torna-se difícil desenvolver esta etapa transitória. A pouca documentação existente sobre este aspecto dificulta a análise histórica do Museu nestes anos, pois a existência de *Relatórios de Actividade* (já referidos anteriormente) restringe-se até ao ano seguinte do encerramento do Museu. Desta forma, tornou-se imprescindível recorrer a testemunhos orais que permitissem obter uma possível resposta a questões relacionadas com o museu nesta época transacta, de modo a certificar algumas informações esporádicas que obtive após uma pesquisa mais aprofundada.

¹⁷⁷ Vd. Documentos da *Criação, Organização e Evolução do Museu* disponíveis em Arquivo Histórico da Fundação Portuguesa das Comunicações.

¹⁷⁸ Administração Geral dos CTT. *Relatório de Actividades do Museu* em 1975.

¹⁷⁹ Anciães, Alfredo (2008). art. cit in ob.cit p.61.

Um dos primeiros passos foi entrar em contacto com o actual Grupo dos Amigos do Museu das Comunicações¹⁸⁰ (GAMC), para saber se era possível encontrar testemunhos de uma realidade que poucos sabiam do Museu. Rapidamente a Dra. Isabel Varão¹⁸¹ se disponibilizou para auxiliar a minha pesquisa, explicando de que forma o Museu tinha sido gerido após o seu encerramento em 1985. Efectivamente, pude assimilar estas informações com um artigo publicado pelo Dr. Alfredo Anciães¹⁸², no qual explica brevemente qual foi o destino do Museu¹⁸³.

No início dos anos 80 verifica-se uma nova tendência junto do Museu: “Justificando-se amplamente o facto de se ter associado a função Marketing à área do Património Cultural das Empresas, pois que, através dela e muito particularmente do Museu dos Correios, sairá de certo modo reforçada a acção envolvente desta actividade (...)”¹⁸⁴. Assim, o Museu fica numa primeira instância a cargo da DMCCA e mais tarde subordinado a direcção do GIACICA que não só se encarregava do Museu mas também da publicação da *Revista dos CTT e TLP*¹⁸⁵.

Sem instalações definitivas, e ainda sob o período de vigência do GIACICA, foi possível constatar a realização de exposições, tendo sido uma delas no Fórum Picoas: *Comunicar – Uma Aventura Sem Fim* que esteve patente no ano de 1992 e 1993. Por palavras da Dra. Isabel Varão após conversa informal via *email*¹⁸⁶ “ (...) tentou-se, com êxito, fazer uma grande exposição (embrião da exposição permanente existente na FPC) que desse noção dos vários períodos da História das Comunicações em Portugal (...) ”. Esta exposição seria o prenúncio para uma nova fase do Museu.

Poucos anos passaram e, em 1997, mais precisamente a 9 de Outubro, efectivou-se a inauguração do esperado Museu das Comunicações. Com nova administração e estatutos, o Museu apresentou-se com uma nova exposição intitulada: *Mundos*

¹⁸⁰ Denominado Grupo de Amigos do Museu das Comunicações, foi criado por Maria da Glória Firmino em 1986 visava favorecer o enriquecimento das colecções do museu e difundir a história deste sector.

¹⁸¹ Isabel Varão (1952-) foi responsável pelo arquivo e biblioteca da FPC. Ingressou no *Museu dos CTT* em 1983, tendo-se dedicado especialmente ao Arquivo Histórico. Em 2000 acompanhou a reinstalação da Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações tendo também colaborado na preparação de diversas exposições temporárias e permanentes do actual Museu das Comunicações.

¹⁸² Alfredo Anciães (1950-). Começando por exercer funções nos CTT, colaborou mais tarde na recolha de peças e organização do património tanto no Museu dos CTT como na FPC.

¹⁸³ Anciães, Alfredo (2008). “Património museológico de telecomunicações: criação e gestão em contexto” in *Códice* nº5. Lisboa: FPC, pp.52-67.

¹⁸⁴ CTT: OS 33,87 FL 84-87.

¹⁸⁵ CTT: OS 42,88 FL 194-88.

¹⁸⁶ Anexo 6 – Transcrição de alguns *emails* após a conversa informal realizada com a Dra. Isabel Varão.

Comunicantes. O intuito da mesma seria apresentar uma abordagem global do sector fazendo uso dos objectos expostos. Por palavras do arquitecto responsável pela execução, Martins Barata: “ (...) mostra-se que resposta foi dada às necessidades de comunicar por parte do homem (...) ” “ (...) Não é mostrar objectos mas sim o que eles são na nossa vida (...) ”¹⁸⁷ Já Paula Lopes, enquanto responsável pelo Museu aquando a inauguração da exposição no Museu considerava que o principal papel da exposição era “ (...) preencher a lacuna existente na museologia da ciência e tecnologia (...) ”¹⁸⁸. Não existem dúvidas que esta exposição permanente inaugural, que ficou patente de Outubro de 1997 até Dezembro de 2004, foi impactante não só pelo conceito inovador da sua concepção senão também pelo seu impacto junto do público.

A inauguração desta exposição permanente e de uma outra com carácter temporário, intitulada: *Novas Tecnologias dos Correios* foram os embriões para a organização de visitas guiadas principalmente orientadas para grupos escolares¹⁸⁹.

As instalações não se tornaram mais num impedimento para a realização de inúmeras exposições e actividades. Daí se constatar uma pluralidade de projectos realizados ao longo dos seus 20 anos de existência.

Relativamente às exposições permanentes, o seu histórico¹⁹⁰ conta principalmente com: a exposição *Mundos Comunicantes* inaugurada em 1997; a exposição *Vencer a Distância – Cinco Séculos de Comunicações em Portugal* criada em 2005 de modo a renovar a anterior (nos últimos anos também têm sido anexados novos núcleos à exposição); a exposição *Mala-Posta* inaugurada em 2004 vocacionada principalmente para os correios e finalmente com um projecto implementado desde 2003 (encontrando-se em constante renovação) que permite o conhecimento de novas tecnologias dentro de um espaço doméstico, actualmente identificada como: *Casa do Futuro na Cloud – Viver numa Smart City*.

No que toca ao seu histórico de exposições temporárias¹⁹¹, destacam-se: Exposições Comemorativas do Dia Mundial dos Correios (9 de Outubro) e das Telecomunicações (17 de Maio); exposições dedicadas a temas específicos dos seus instituidores

¹⁸⁷ Freitas, Maria e outro (s) (1997). “Museu das Comunicações: museu/exposição” in *Linhas Cruzadas* nº7. Lisboa: Portugal Telecom, p.42.

¹⁸⁸ Freitas, Maria e outro (s) (1997). *art. cit in ob. cit.* p.43.

¹⁸⁹ Fundação Portuguesa das Comunicações. *Relatório do Conselho Administração: Exercício de 1997*.

¹⁹⁰ Vd. <<http://www.fpc.pt/Museu/Histórico/HistóricoExposiçõesPermanentes.aspx>> .

¹⁹¹ Vd. <<http://www.fpc.pt/Museu/Histórico/HistóricoExposiçõesTemporárias.aspx>> .

(personalidade dos CTT; Filatelia; Serviço Móvel) e exposições apresentadas em protocolo com outras entidades do sector das comunicações (RTP, Associação das Comunicações do Instituto Sénior (ACIS), entre outras).

No que concerne às actividades desenvolvidas pela equipa do Museu das Comunicações, importa assinalar que a sua oferta não se restringe apenas ao público escolar, daí se apresentar actividades para os mais diversos públicos¹⁹².

Uma das grandes áreas de actuação do Museu são as visitas orientadas às exposições patentes. As mesmas consideram-se fundamentais para a promoção e educação patrimonial dos mais diversos públicos. Podendo adaptar-se o tipo de informação assim como o seu roteiro consoante o público-alvo, permitem que se conheça uma visão ampla e mais aprofundada dos objectos museológicos que compõem as mesmas.

Outra acção educativa disponibilizada pelo Museu é a realização de oficinas pedagógicas que permitem conhecer as exposições de uma maneira mais dinâmica. Caracterizam-se por serem de carácter mais interactivo permitindo que o público explore a informação dos objectos do acervo de uma forma mais lúdica. Apesar de serem direccionadas para todo o tipo de públicos, são principalmente mais desenvolvidas no seio do público escolar.

A constituição de oficinas de férias principalmente direccionadas a famílias e crianças durante a interrupção das actividades lectivas (Natal, Páscoa e Férias de Verão) surgiram como forma de ocupação de tempos livres. Com um programa especialmente criado para o efeito, conhecer as exposições por meio das oficinas tornou-se uma mais valia. Importa ainda salientar que nestes dois últimos anos lectivos (2014/2015 e 2015/2016) o Museu das Comunicações desenvolveu as actividades em parceria com o Museu da Marioneta, apresentando, por conseguinte uma maior oferta educativa.

Embora sejam estas três actividades o grande foco do serviço educativo, existem outras que se destacam pela sua diferença. Nomeadamente a organização de cursos formativos (ex: curso de monitor de filatelia, formação para pessoal docente no âmbito da educação patrimonial; curso de iniciação à informática, realizado em parceria com a ACIS); a participação em eventos de carácter cultural (*Festival Silêncio, Noites SDD: Santos*

¹⁹² No *website* da FPC disponibiliza-se o *Programa Educativo* proposto pelo MC, contém principalmente informação de algumas das actividades planeadas para o ano em vigor.

Design District, Girls in ICT) e de intervenção local-cultural (*O Museu sai à rua* ou, desde 2009, o exemplo do projecto *Do Museu ao Bairro da Madragoa*) e, por fim, a possibilidade de realizar festas de aniversário no Museu das Comunicações (produzidas no âmbito das comunicações e em espaço próprio para o efeito).

Feito um breve levantamento das inúmeras actividades que o Museu disponibiliza para os seus públicos, constata-se que o Museu das Comunicações se considera efectivamente um veículo de transmissão de conhecimentos que por meio de ferramentas interactivas proporciona aos visitantes experiências lúdico-pedagógicas dentro do seio das comunicações.

Segundo palavras de Joel de Almeida¹⁹³, o Museu das Comunicações está à altura do grande desafio que hoje em dia se apresenta aos museus: “ (...) Os museus devem ser actualmente (e alguns são – sendo o Museu das Comunicações um excelente exemplo), tempos de interacção social, de reflexão permanente, de investigação-acção participada (IAP) face ao necessário e pertinente estudo continuado de públicos e avaliação da sua adequação conteudística; espaços de comunicabilidade funcional e operativa, amigáveis, interactivos, participativos; espaços-tempos de intervenção educativa, de aprendizagem complementar articulatória do formal, não formal e informal; tempos de satisfação no usufruto do seu espaço expositivo e na intervenção sociocultural, lúdico-didáctica, oficinas pedagógicas promotoras de educabilidade pela construção de saberes autónomos relacionados, em suma, da construção criativa de usabilidade educativa. (...)”¹⁹⁴. Esta reflexão permite elucidar sobre as directrizes que são, todavia, propostas a todos os museus, a meu ver principalmente aos de ciência e tecnologia. O cariz das suas colecções requer metodologias de interacção educativa de modo a cativar o interesse e a participação dos seus visitantes.

Desta forma, torna-se imprescindível uma programação rica em mecanismos pedagógicos eficazes de modo a proporcionar experiências memoráveis. Considera-se

¹⁹³ Joel Pereira de Almeida (1952 -) foi investigador em comunicação de ciência e novas perspectivas didácticas na interacção escola/museu em centros de ciência e tecnologia, também assumiu funções na atividade empresarial, especialmente em instituições ligadas às (tele)comunicações. Durante o período que esteve na FPC, exerceu funções de director de projectos especiais multimédia, coordenador pedagógico do serviço educativo e director do Museu das Comunicações em Lisboa (2004-2006).

¹⁹⁴ Almeida, Joel Pereira de (2008). “A usabilidade educativa dos museus de empresa, enquanto centros de ciência e tecnologia : novas perspectivas didácticas” in *Códice* nº5 Série II. FPC, p.48.

também um factor determinante para o incremento de visitas por parte de todos públicos¹⁹⁵.

Estágio nos Serviços Educativos

A realização do estágio curricular no Museu das Comunicações, que justificou a elaboração deste relatório, iniciou-se em Novembro de 2014 e teve uma duração de seis meses, finalizando em Maio de 2015.

A pretensão de realizar estágio numa instituição museológica prendia-se ao facto de ter um elevado e verdadeiro interesse em conhecer melhor não só a área da museologia e da comunicação mas também a relação que se estabelecia entre ambas em contexto de trabalho. Esse interesse advinha de uma anterior experiência profissional num museu, que me permitiu conhecer a realidade destas instituições culturais e elucidar-me sobre as verdadeiras potencialidades pedagógicas que advêm das mesmas.

A decisão de ter optado pelo Museu das Comunicações para a efectivação do estágio curricular deve-se, numa primeira instância, à forte ligação que existia entre as duas áreas científicas do meu ciclo de estudos (Cultura e Comunicação) mas também pelo interesse que tinha pelas colecções que compunham o seu espólio museológico.

O objectivo principal estabelecido era ficar a conhecer de perto quais as situações de trabalho em funções de *back-office* do Museu. Nomeadamente quais eram os mecanismos, instrumentos e modos de funcionamento implementados para a execução de tarefas relacionadas com logística e funcionamento interno do Museu.

Assim que tive a possibilidade de integrar a equipa de colegas dos Serviços Educativos do Museu das Comunicações, foram-me apresentadas as diversas situações de trabalho; contudo, as mesmas acabaram por ser estabelecidas por mútuo acordo, de modo a virem ao encontro dos objectivos finais do estágio que tinham sido traçados por ambas as partes.

O período em que estive no Museu ficou marcado pelas inúmeras actividades que se desenvolveram ao longo dos seis meses de estágio. Tive oportunidade, não só de lidar

¹⁹⁵ Anexo 7 – Indicadores FPC/MC de Visitantes Reais ao Museu das Comunicações entre 2010 e 2015.

com verdadeiras situações de trabalho em campo, como também com projectos que requereram a minha atenção e a minha dedicação.

Inicialmente, foi-me aconselhado adquirir alguns conhecimentos sobre as exposições que estavam patentes nessa altura. A consulta de bibliografia e o acompanhamento de visitas guiadas às exposições (*Mala-Posta*; *Vencer a Distância – Cinco Séculos de Comunicações em Portugal*; *Casa do Futuro na Cloud- Viver numa Smart-City*” e *Futuro Infinito*) permitiram aprofundar esses conhecimentos. Perante a adaptação a esses conteúdos expositivos, foi possível assumir funções em outras actividades que também constavam do *Projecto Educativo*¹⁹⁶, nomeadamente: em oficinas pedagógicas (ex: Peddy Papper; Enigma) e em oficinas de férias (Natal e Páscoa). Regista-se ainda a minha participação em questões logísticas de montagem e desmontagem de duas exposições temporárias: *Sentir a Fotografia* (patente de 13 de Março a 18 de Abril de 2015) e *Histórias de Viajantes–Traços de Viagem*¹⁹⁷ (patente de 30 de Outubro de 2014 a 18 de Março de 2015) e a realização de uma visita pontual orientada realizada a 18 de Abril de 2015 no âmbito do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios.

Não tendo sido estes os focos centrais do meu trabalho ao longo de todo o estágio, foram, no entanto, actividades desempenhadas com todo o rigor e profissionalismo consoante as situações assim o exigiam.

O objectivo principal estabelecido pela Dra. Cristina Weber¹⁹⁸, directora do Museu das Comunicações e na altura também minha orientadora de estágio, seria realizar uma proposta que visasse o melhoramento de legendas que acompanhavam os respectivos objectos museológicos da exposição permanente *Vencer a Distância – Cinco Séculos de Comunicações em Portugal*.

¹⁹⁶ Anexo 8 – Projecto Educativo 2014-2015 do Museu das Comunicações.

¹⁹⁷ Anexo 9 – Folhas de sala das exposições *Sentir a Fotografia* e *Histórias de Viajantes*.

¹⁹⁸ Cristina Weber (1963-) é a actual directora do Museu das Comunicações desde 2006, também já desempenhou funções de jurista no Gabinete Jurídico e de Contencioso-Assessoria Jurídica aos Negócios da PT Comunicações e como adjunta do Provedor dos Serviços de Telecomunicações (entre 1988-2006). Também dá aulas no âmbito do Curso de Conservação e Restauro do IAO da Universidade Autónoma de Lisboa desde 1996.

Projecto proposto

Realização de uma proposta de legendagem com vista a actualizar as inscrições que acompanham todos os objectos, que compõem uma das exposições permanentes do Museu das Comunicações.

A accção visava as legendas de todas as peças da exposição permanente *Vencer à distância-Cinco Séculos de Comunicações em Portugal*. Organizada principalmente em dois percursos, um dedicado aos correios e outro dedicado às telecomunicações, a sua efectivação foi concretizada de acordo com os três instituidores da FPC (CTT, PT, ANACOM) e contou ainda com a colaboração de parceiros na elaboração de três núcleos que integram a mesma (televisão, rádio e controlo de tráfego aéreo).

Objectivos

Segundo o projecto proposto, o objectivo principal desta iniciativa seria a renovação e actualização das legendas da exposição permanente inaugurada em 2005.

Tendo em conta a importância que os instrumentos de comunicação assumiram no seio dos museus como meio indispensável à divulgação histórica do seu acervo, constata-se a necessidade das instituições museológicas repensarem os mecanismos que têm disponíveis de modo a adaptarem os mesmos aos públicos que hoje frequentam os museus.

De entre vários aspectos a ter em consideração, o tipo de discurso utilizado como meio de comunicação com o público é um deles. A utilização de um determinado discurso quer seja durante uma oficina pedagógica, visita orientada ou até mesmo em legendagem, condiciona a transmissão do conhecimento para com o seu público.

Nesse sentido, pretendeu-se com o presente trabalho encontrar possíveis legendas alternativas de forma a cumprirem as três premissas estabelecidas pela Dra. Cristina Weber no decorrer do projecto: “coerência da descrição, acessibilidade de linguagem e informação histórica”¹⁹⁹.

¹⁹⁹ Requisitos estabelecidos pela Dra. Cristina Weber no decorrer da proposta de legendagem.

Metodologia

Tendo em conta o carácter complexo e rigoroso deste projecto, foi necessário proceder a sua elaboração por fases. Neste ponto, não se pretende fazer uma descrição exaustiva de todos os passos que foram dados para a realização do mesmo, mas sim expor de forma sucinta quais as etapas imprescindíveis para a efectivação da proposta apresentada.

1ª Fase: Análise geral e presencial a todas as peças que compunham o espólio exposto. Visita integral e observação minuciosa de todo o espólio existente, tanto no percurso dedicado aos correios, como no percurso dedicado às telecomunicações.

2ª Fase: Inventariação de todas as peças dos dois percursos da exposição permanente e consulta de listagens de acervo documental e patrimonial, disponibilizadas no início da elaboração deste projecto²⁰⁰. Foi necessário realizar o cruzamento de ambos os documentos para confirmar se o espólio existente correspondia ao espólio inventariado (início do registo em documento Excel).

3ª Fase: Levantamento de irregularidades existentes nas legendas que acompanhavam as peças em exposição. Irregularidades verificadas em diversos âmbitos: concordância de peças com a respectiva legenda, erros ortográficos na elaboração de legendas, omissão de legendas em peças expostas; utilização de discurso técnico (grau elevado) que dificultava a comunicação com os públicos que não eram conhecedores das áreas. (O registo destas irregularidades também se processou no documento Excel utilizado na fase anterior).

4ª Fase: Verificação e validação de legendas já existentes, correcção de legendas que apresentavam erros de conteúdo e elaboração de propostas para novos textos dada a inexistência de legendas em certas peças. Nesta fase foi imprescindível a utilização de diversos instrumentos de pesquisa, para encontrar as peças que compõem a exposição²⁰¹. Como por exemplo, a consulta do catálogo *on-line* do património museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações (Matriz Web da FPC)²⁰² e do

²⁰⁰ Anexo 10 – Alguns exemplos de listagens do acervo patrimonial e documental, disponibilizadas no início do projecto.

²⁰¹ Anexo 11 – Fotografias de algumas peças do acervo dos correios e das telecomunicações com algumas observações sobre as suas legendas.

²⁰² Vd. <<http://bh1.fpc.pt:8080/MatrizWeb/BemVindo.aspx>> .

catálogo da exposição permanente do Museu das Comunicações desde 2005²⁰³, bem como de bibliografia técnica referente ao acervo das telecomunicações e correios (ex: *Comunicar na República: 100 anos de Inovação e Tecnologia; 100 anos de telefone : (1876 - 1976) / Património Postal e Telecomunicações da Fundação Portuguesa das Comunicações* entre outros). No seu conjunto, estes instrumentos ajudaram a complementar informações técnicas e apropriadas para algumas legendas de certos objectos em exposição. (Nesta última fase conclui-se o documento Excel utilizado nas fases anteriores²⁰⁴).

5ª Fase: Levantamento de imagens referentes a objectos não identificados na exposição. De modo a permitir que o Arquivo Histórico e Biblioteca (AHB), Património Filatélico e Artístico (PFA) e o Património Postal e de Telecomunicações (PPT) identificassem as peças que não constavam nem nas listagens de acervo nem em bibliografia consultada, verificou-se a necessidade de capturar imagens aos objectos em exposição. Nota: apenas nesta fase os departamentos acima indicados foram contactados no sentido de auxiliar a pesquisa neste âmbito. (Levantamento realizado em documento Word²⁰⁵).

6ª Fase: Houve oportunidade de entrar directamente em contacto com um dos departamentos (PFA) na tentativa de pesquisar algumas das peças que não estavam identificadas. A ferramenta utilizada para a pesquisa foi a Matriz Web da FPC, tendo em conta o seu acesso menos limitado (que o comum), permitindo, por conseguinte, a consulta de uma base de dados mais ampla.

7ª Fase: Finalmente foram elaborados dois documentos em formato Word (um correspondente aos correios e outro às telecomunicações) com a proposta de legendas finais para os objectos que se encontram em ambos os percursos da exposição²⁰⁶.

Apresentação de Resultados

O trabalho proposto foi entregue com sucesso dentro do prazo estipulado. Conforme o esperado, devido à complexidade do trabalho, surgiram alguns obstáculos que

²⁰³ Fundação Portuguesa das Comunicações (2005). *Vencer a distância: cinco séculos de comunicações em Portugal* / Maria João Silveirinha [et al.]; pref. Francisco Leiria Viegas. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

²⁰⁴ Anexo 12 – Documento Excel completo (Disponível em CD).

²⁰⁵ Anexo 13 – Listagem de peças não identificadas dos correios e telecomunicações (Disponível em CD).

²⁰⁶ Anexo 14 – Documentos Word correspondentes às legendas finais das peças do percurso dos correios e do percurso das telecomunicações (Disponível em CD).

condicionaram a perfeita elaboração do mesmo. Refira-se dificuldades na inventariação de todo o espólio exposto; ausência de informação histórica de algumas peças; dificuldade em moldar um discurso completamente técnico para um dotado de linguagem mais perceptível. Contudo os obstáculos foram ultrapassados, tomando as decisões mais correctas de modo a preservar o conteúdo histórico das peças e com a máxima preocupação em tratar cada legenda com a coerência necessária.

Ainda no âmbito deste projecto, com vista a melhorar a divulgação do património histórico, científico e tecnológico do sector das comunicações, foram também propostos novos instrumentos de comunicação. Trataram-se, na sua maioria, de esquemas visuais, que poderiam facilitar a percepção de informação da exposição de forma clara junto dos diversos públicos que visitam o Museu das Comunicações²⁰⁷.

Considera-se que a consolidação e implementação deste processo se tornaria uma mais-valia para a exposição permanente do Museu. Não só tendo em conta a sua inauguração em 2005 como também pela necessidade do Museu se adaptar à forma como as sociedades lidam actualmente com as instituições museológicas. É incontornável a espontaneidade e a fugacidade da informação, caso o instrumento de comunicação não seja eficaz dificilmente captará a atenção do seu público. Daí a renovação de um desses instrumentos, neste caso das legendas, se tornar imprescindível para que a comunicação se estabeleça e permaneça, de modo a continuar a fidelizar os públicos às colecções que o Museu apresenta.

Concluindo, tratou-se de um projecto exigente, rigoroso, minucioso mas sobretudo desafiante que me permitiu desenvolver novos conhecimentos na área da legendagem e adquirir capacidades de síntese em materiais de aprendizagem que pretendem desenvolver o conhecimento e a comunicação do espólio do Museu.

²⁰⁷ Anexo 15 – Alguns exemplos de esquemas visuais propostos para a exposição.

CONCLUSÃO

A realização do estágio na Fundação Portuguesa das Comunicações, mais concretamente, no Museu das Comunicações e a elaboração do seu respectivo relatório constituíram-se elementos imprescindíveis para a concretização de mais uma etapa académica. A mesma permitiu-me adquirir não só novos conhecimentos teóricos na área da Cultura e Comunicação, mas também novas competências práticas no seio das instituições museológicas.

Os seis meses que permaneci na entidade acolhedora permitiram-me conhecer diversas áreas de acção e vivenciar experiências de várias dimensões. Para tais factos, foi imprescindível que me apresentasse com alguma flexibilidade horária, espírito de iniciativa, responsabilidade, determinação e com muita vontade de encarar e conhecer novos públicos e vários projectos.

Relativamente à atribuição de funções durante o decorrer do estágio, a única função que permaneceu durante todo o período de estágio e que centrou principalmente as minhas atenções foi a problemática da legendagem da exposição permanente *Vencer à Distância – Cinco séculos de comunicações em Portugal* dado o rigor que exigia a concretização da tarefa. Contudo, existiram outras que também suscitaram o meu interesse e me permitiram conhecer outras realidades, outras actividades, entrar em contacto com outros públicos e estar envolvida em outros projectos principalmente de curta duração. Refiro-me ao acompanhamento de oficinas educativas e oficinas de férias; acompanhamento de montagem de exposições; concretização do levantamento de uma exposição temporária, entre outras tarefas. No seu conjunto todas foram determinantes para que os meus conhecimentos práticos e teóricos fossem aplicados e melhorados em contexto de trabalho.

Também a elaboração deste relatório se constituiu um grande desafio para mim. Não só pela complexidade do trabalho mas também pelo nível de concentração, esforço e envolvimento pessoal exigido e que por vezes não estavam em sintonia.

Considero, sem qualquer dúvida, que tanto a experiência de estagiar no Museu das Comunicações, como a elaboração do seu relatório, me marcaram positivamente em diversos aspectos. Não só por terem contribuído para o meu desenvolvimento enquanto

profissional de trabalho, mas também por me ter proporcionado muitas experiências a nível pessoal que me fizeram adquirir novas perspectivas.

Encaro as instituições museológicas de uma outra maneira, ter estado em “campo” fez-me ter consciência que os museus hoje em dia enfrentam mais desafios quando pretendem comunicar com os seus públicos. Apercebi-me que não é fácil chegar aos mesmos, contudo acredito nas múltiplas potencialidades educativas, comunicacionais, formativas e experienciais que os museus podem proporcionar junto dos públicos. Apesar de requerer muito empenho, trabalho e sobretudo paixão pela área por parte dos profissionais de museus, é possível atingir o objectivo.

São esses objectivos que também gostaria de alcançar, a vontade de desenvolver actividades que funcionem como meio de comunicação entre o museu e os seus públicos fez suscitar ainda mais o meu interesse nesta área e principalmente dentro deste âmbito.

Assim, espero num futuro próximo poder aplicar todos os conhecimentos adquiridos no decorrer do estágio, de forma a retribuir junto dos diversos públicos as experiências memoráveis que os mesmos me proporcionaram enquanto exercia funções no Museu das Comunicações.

REFERÊNCIAS

A.S. Popov Central Museum of Communications - <<http://www.rustelecom-museum.ru/main/default.asp?page=1&langID=58>>, consultado em 26.04.2016.

Administração Geral Dos Correios, Telégrafos e Telefones (1959). *Regulamento do museu dos CTT*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT.

Almeida, Joel de (2008). “A usabilidade educativa dos museus de empresa, enquanto centros de ciência e tecnologia -Novas perspectivas didáticas” in *Códice* nº 5 Série II. Lisboa: FPC, pp.18-51.

Anciães, Alfredo (2008). “Património museológico de telecomunicações: criação e gestão em contexto” in *Códice* nº5. Lisboa: FPC, pp.52-67.

APOM (1979). “Panorama museológico português - carências e potencialidades”, in *Actas do Colóquio APOM/76*. Porto: APOM.

Arquivo Histórico Fundação Portuguesa das Comunicações. *Copiador de informações. 1985-1986*. Data de produção de início: 1985-01-02; Datas de produção de fim: 1986-04-03. Disponível no Arquivo FPC – Cota: A000926.

Arquivo Histórico Fundação Portuguesa das Comunicações. *Criação, Organização e evolução do Museu*. Data de produção de início: 1934/11/22; Datas de produção de fim: 1977/07/08. Disponível no Arquivo FPC – Cota: A000914.

Barros, Carlos e Santos, J.C. (ed.) (2000). *As Fundações Portuguesas*. Vulgata: Lisboa.

Brigola, João (2003). *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Brigola, João (2011) “Perspectiva histórica da evolução do conceito de museu em Portugal” in *Coleccionismo, práticas de campo e representações* (org. Maria Margaret Lopes e Alda Heizer).Campina Grande: EDUEPB, pp.43-48. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/rk6rq/pdf/lopes-9788578791179.pdf>>, consultado em: 16.02.2016.

Carvalho, Carlos (1997). “Tour organizado: viagem ao fundaquestão”, in *Linhas Cruzadas* nº 7. Lisboa: Portugal Telecom, pp.54-59.

Carvalho, Rómulo de (1979). *Relações entre Portugal e a Rússia no Século XVIII*. Lisboa: Sá da Costa.

Catálogo on-line do património museológico da Fundação Portuguesa das Comunicações (Matriz Web da FPC). Disponível em: <<http://bh1.fpc.pt:8080/MatrizWeb/BemVindo.aspx>>, consultado em 30.06.2016.

Colwell, Peter e outro(s) (2004). *Museus e Acessibilidade* coord. Clara Mineiro; texto Peter Colwell, Elisabete Mendes. Lisboa: Instituto Português de Museus.

Comité pour l'Histoire de La Poste. <<http://www.laposte.fr/chp/>>, consultado em 20.07.2015.

Correios e Telecomunicações em Portugal. “O Museu dos CTT” in *Revista Correios e Telecomunicações*, nº2, 2º Trimestre de 1967. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, pp. 22-23.

Damasceno, Joana (2011). “Museus para o povo português. O Museu de Arte Popular e o Discurso etnográfico do Estado Novo” in *Ensaaios e práticas em museologia* (org. Alice Semedo, Patrícia Costa) vol. 01. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, pp.218-237. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8941.pdf>>.

Delicado, Ana (2009). *A musealização da ciência em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Deutsches Museum (s/d). Mission Statement <<http://www.deutsches-museum.de/en/information/about-us/mission-statement/>>, consultado em 08.10.2015.

Direcção Geral dos Correios (1879). *Relatório Postal do Anno Económico de 1877-1878*. Lisboa: DGC.

Duarte, Anabela Manuela da Costa (2007). *O Museu Nacional da Ciência e da Técnica 1971-1976*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa.

Eve Museografía - Diseño de Museos y Exposiciones <<http://evemuseografia.com/>>, consultado em 22.06.2015.

Fernández, Luis Alonso (2011). *Museología: introducción a la teoría y práctica del museo*. Madrid: Istmo.

Ferriot, Dominique (2004). “Les Arts et les Métiers: une collection retrouvée, un musée rénové”, in *Museologia Scientifica Memoriae*, n. 2/2008. Roma: Anms, pp. 9-13. Disponível em: <<http://www.anms.it/upload/rivistefiles/44.PDF>>, consultado em 15.02.2016.

Firmino, Maria da Glória Pires (1979). “O Panorama Museológico Português – Museus Técnicos” in *Actas do Colóquio APOM/76*. Porto: APOM, pp. 55-60.

Firmino, Maria Glória Pires (1967). “O Museu dos CTT e as Escolas”, in *Comunicação apresentada ao Seminário sobre museus e educação 29/30 Maio de 1967*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT.

Freitas, Maria e outro(s) (1997). “Museu das Comunicações: museu/exposição” in *Linhas Cruzadas* nº7. Lisboa: Portugal Telecom, pp.40-47.

Fundação Portuguesa das Comunicações – Programa Educativo 2015-2016: Público escolar e famílias. Museu das Comunicações. Disponível em: <<http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/Oficinas%202015/Programa%20Educativo%202015-16.pdf>>, consultado em 29.08.2016.

Fundação Portuguesa das Comunicações (1998). “A Sede da Fundação: de fábrica a museu” in *Códice* nº1. Lisboa: FPC, pp.22-33.

Fundação Portuguesa das Comunicações (1998). “Biblioteca Centenária abre as portas a investigadores” in *Códice* nº2. Lisboa: FPC, pp.30-31.

Fundação Portuguesa das Comunicações (2000). *100 anos de telefone: (1876-1976)/ Património Postal e Telecomunicações da Fundação Portuguesa das Comunicações*; text. Fernando Jorge Moura; pesq. mus. Alfredo Anciães; pesq. ic. Júlia Saldanha e Isabel Varão. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

Fundação Portuguesa das Comunicações (2005). *Vencer a distância: cinco séculos de comunicações em Portugal*; Maria João Silveirinha [et al.]; pref. Francisco Leiria Viegas. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

Fundação Portuguesa das Comunicações (2008). “A Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações: Uma questão de património” in *Códice* nº5. Lisboa: FPC, pp.84-96.

Fundação Portuguesa das Comunicações (2011). *Comunicar na República: 100 anos de inovação e tecnologia*. Lisboa: FPC.

Fundação Portuguesa das Comunicações (2015). Organização interna da Fundação Portuguesa das Comunicações. OS000115CA, consultado em 08.01.2015.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d) – Histórico de Exposições Permanentes: <<http://www.fpc.pt/Museu/Histórico/HistóricoExposiçõesPermanentes.aspx>>, consultado em 28.06.2016.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d) – Histórico de Exposições Temporárias: <<http://www.fpc.pt/Museu/Histórico/HistóricoExposiçõesTemporárias.aspx>>, consultado em 28.06.2016.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d). Código de Conduta da Fundação Portuguesa das Comunicações. <[http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20da%20FPC%20\(2\).pdf](http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20da%20FPC%20(2).pdf)>, consultado em 22.06.2015.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d). Estatutos Fundação Portuguesa das Comunicações. <<http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/Estatutos%20FPC.pdf>>, consultado em 22.06.2015.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d). Identificação dos titulares dos órgãos sociais.

<<http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/Transparencia/Org%C3%A3os%20sociais%202014.pdf>>, consultado em 29.07.2015.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d). O Património Inicial. <<http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/Patrim%C3%B3nio%20inicial.pdf>>, consultado em 22.06.2015.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d). Recursos Humanos. <<http://www.fpc.pt/Portals/0/PDF%20Diversos/Transparencia/RH%202014.pdf>>, consultado em 29.07.2015.

Fundação Portuguesa das Comunicações (s/d). *Relatório do Conselho de Administração: Exercício de 1997*.

Gil, Fernando (1988). “Museus de ciência: Preparação do futuro, memória do passado” in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu Ciência da Universidade de Lisboa, pp.125-150.

Gil, Fernando (1994). “Museu de Ciência da Universidade de Lisboa: Sua caracterização à luz da museologia das ciências”. Lisboa: MCUL in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, pp.169-200.

Gil, Fernando Bragança (2003). *Museu de Ciência da Universidade de Lisboa: das origens ao pleno reconhecimento oficial*. Lisboa: MCUL.

Gil, Fernando Bragança; Oliveira, J. T.; Viana, César (1979). “Relatório preliminar sobre a instalação do Museu de Ciência da Universidade de Lisboa” in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu Ciência da Universidade de Lisboa, pp.53-68.

Gil, Fernando de Bragança (1993). “Museus de Ciência e Técnica” in Maria Beatriz Rocha Trindade (coord.), *Introdução à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp:247-256.

Gouveia, Henrique Coutinho (1985). “Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo” in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol.1, nº1, Jan./Jun., pp.147-184.

Gouveia, Henrique Coutinho (1993). “A evolução dos museus nacionais portugueses. Tentativa de caracterização” in *Homenagem a J.R. dos Santos Júnior*, vol. II (coord. de Maria da Conceição Rodrigues). Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, pp.177- 198.

Grenato, Marcus e Marta Lourenço (2010). *Coleções científicas luso-brasileiras: património a ser descoberto*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Guimarães, Maria de Lourdes Pimenta de Castro (1979). “Museu dos CTT, suas carências- e forma como lhes respondemos” in *Actas do Colóquio APOM/76*. Porto: APOM, pp.95-98.

Guimarães, Maria de Lourdes Pimenta de Castro (1989). “Um encontro com a arqueologia industrial no Museu dos CTT” in *Actas e Comunicações do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*. Coimbra: Coimbra Editora, pp.335-341.

Hernández Hernández, Francisca (1998). *El museo como espacio de comunicación*. Primera Edición. Gijón: Ediciones Trea.

Histoire du Musée de la Poste <<http://www.ladressesmuseedelaposte.fr/Histoire-du-Musee>>, consultado em 26.04.2016.

História administrativa do Museu Portuense <http://biblioteca.fba.up.pt/biblioteca-digital/Museu_Portuense_Historia.pdf>.

Hooper-Greenhill (1998). *Los museos y sus visitantes*. Gijón: Trea.

Hooper-Greenhill, Eilean (1998). *Museum and Gallery education*. London - Washington: Leicester University Press.

Hooper-Greenhill, Eilean (1999). *The educational role of the museum*. London: Routledge.

ICOM (1963). *Icom News (Bulletin d'information du Conseil international des musées)*. Paris, vol. 16, n°s 1-2. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6559138c.r>>.

ICOM (2004). Código Deontológico do ICOM para Museus. Disponível em <http://www.icom-portugal.org/multimedia/CodigoICOM_PT%202009.pdf>, consultado em 20.07.2015.

ICOM (2007). Estatutos del ICOM. Disponível em <<http://icom.museum/la-organizacion/estatutos-del-icom/L/1/>>.

ICOM (2012). “Deontologia dos Profissionais dos Museus- Novos Paradigmas? ” in *X Jornadas ICOM.PT* . Porto- Museu Soares dos Reis.

Instituto dos Museus e da Conservação (2007). *Museologia.pt*, Ano II, nº2 (2008). Lisboa: IPM.

Jardim Botânico de Lisboa (s/d). <<http://www.jardimbotanicodajuda.com/>>, consultado em 02.02.2016.

Jornal de Correios e Telecomunicações. “Maria da Glória Firmino: Construtora de Museus” in *Jornal dos CTT e TLP*, nº 15, Junho de 1989. Lisboa, pp.14. Disponível em <[file:///C:/Users/User/Downloads/e0e69787219c467a966d911943a3966a%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/e0e69787219c467a966d911943a3966a%20(1).pdf)>.

Leyland, E . Do visitors still read interpretive panels? <<http://eric-leyland.blogspot.pt/2011/08/interpretive-text-panels.html>>.

Loureiro, Carlos (2005). “Museu Industrial e Comercial do Porto: (1883-1899)” in *Colecções de ciências físicas e tecnológicas em museus universitários: homenagem a Fernando Bragança Gil*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Secção de Museologia, pp.185-201. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7652.pdf>>.

Lourenço, Marta C. e Filipe, Graça (2010). “Fernando Bragança Gil: a vida e a obra na museologia portuguesa” in Eiró, Ana M.; Lourenço, Marta C. (eds.) (2010). *Fernando Bragança Gil. Colectânea de Textos sobre Museus e Museologia*. Lisboa: Museu Ciência da Universidade de Lisboa, pp.9-16.

Magalhães, Fernando (2005). *Museus, património e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição*. Porto: Profedições.

Matos, Ana Cardoso de; Sampaio, Maria da Luz (2014). “Património Industrial e Museologia em Portugal” in *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*. V. 3, n. 5. Universidade de Brasília: pp. 95-112.

Mendes, J.M. Amado (2009). *Museus e educação: estudos do património*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Moura, Catarina (2011). “1953-2011: Serviços Educativos- O pulsar de meio século” in *Conferência Icom : Serviços Educativos em Portugal: Ponto da situação*. Museu Nacional de Arte Antiga.

Mouta, Margarida Gírio (2008). “Património tangível, memórias intangíveis; 130 anos animados e imortalizados por gestos, palavras, vozes e rostos” in *Códice* nº5. Lisboa: FPC, pp.4-17.

Museum fur Kommunikation Berlin - <<http://en.mfk-berlin.de/category/the-museum/>>, consultado em 26.04.2016.

Museum Postsparkasse - <<http://www.ottowagner.com/about-the-museum/about-the-museum/>>, consultado em 26.04.2016.

Museumsstiftung Post und Telekommunikation
<<http://www.museumsstiftung.de/stiftung/>>, consultado em 20.07.2015.

Nabais, António (1985). “Museus” in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* vol. 2. Lisboa: Publicações Alfa, pp.18-21.

Nabais, António José C. Maia (1993). “Museus na Actualidade” in Maria Beatriz Rocha Trindade (coord.), *Introdução à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp.65-76.

Natali, Jean-Paul; Landry, Johanne (1986). “La Cité des Sciences et de l'Industrie de la Villette (Paris)”, in *Museum*, nº150, vol. XXXVIII, nº2. Paris: Unesco, pp.124-132. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001273/127349fo.pdf#71422>>, consultado em 13.10.2015.

Neves, J.S.; Santos, J.A.; Lima, M.J. (2013). *Panorama Museológico em Portugal 2010*. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural. Disponível em: <http://patrimoniocultural.pt/static/data/publicacoes/opanoramamuseologicoemp Portugal_bq.pdf>.

Observatório das Actividades Culturais. Instituto Português de Museus-Rede Portuguesa de Museus (2005). *Panorama Museológico em Portugal 2000-2003*. (coord. Maria de Lourdes Lima dos Santos e Manuel Bairrão Oleiro). Lisboa: OAC: IPM.

Oliveira, Ernesto Veiga de (1971). *Apontamentos sobre a Museologia: Museus etnológicos: Lições dadas no museu de etnologia de Ultramar*. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar.

Oliveira, Luís Filipe C. de (1998). “Evolução do telefone até ao fim do séc. XIX” in *Códice* nº1. Lisboa: FPC, pp.34-37.

Pina, Liliana Manuel Maia (2011). “O Museu das Comunicações: contributos e perspectivas para uma proposta de gestão”. Clara Frayão Camacho (orient. Tese) e Marta Lourenço (orient. Tese). Évora: Universidade de Évora.

Postamúzeum - <<http://www.postamuzeum.hu/en/muzeumtortenet>>, consultado em 26.04.2016.

Ramos, António Mora (1954). *O valor psico-pedagógico de um museu profissional*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT.

Ramos, Paulo Oliveira (1993) “Breve história do Museu em Portugal” in Maria Beatriz Rocha Trindade (coord.) *Introdução à Museologia*. Lisboa: Universidade Aberta, pp.21-62.

Regulamento Interno do Museu das Comunicações.

Ribeiro, João Baptista (1836). *Exposição Historica Da Creação Do Museo Portuense: Com Documentos Officiaes para servir á Historia das Bellas Artes em Portugal e à do*

Cêrco do Porto. Porto: Imprensa de Coutinho. Disponível em : www.fc.up.pt/fa/index.php?p=nav&f=books.0014.W_0014_000003#faimg.

Rivière, Georges Henri (1989). *La muséologie selon Georges Henri Rivière*. Paris: Dunod.

Sampaio, Ana; Afonso, Anabela (2000). “Caracterização das Fundações Portuguesas”, in *As Fundações Portuguesas*. Lisboa: Vulgata, pp.87-106.

Santos, Alva (2007). “O museu: da génese à fundação” in *Códice* nº4. Lisboa: FPC, pp.44-53.

Science Museum (s/d). A brief history of the Science Museum. http://www.sciencemuseum.org.uk/about_us/history.aspx?page=3, consultado em 08.10.2015.

Serviço de Edição de Publicações dos CTT/TLP (1975). *O museu dos CTT: pequena história desde a sua fundação até à actualidade = Le musée des PCC: petite histoire dès sa fondation jusqu'à l'actualité; The post office museum: short history since its foundation till nowadays*. Lisboa: Serviço de Edição de Publicações dos CTT/ TLP.

Serviços Culturais dos CTT (1973). *O museu dos CTT / Correios e Telecomunicações de Portugal*. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT.

Silva, Raquel H. (2002). “Os Museus: história e prospectiva” in *Panorama da Cultura Portuguesa*, vol III (coord. Fernando Pernes). Porto: Afrontamento, pp.75-108.

Teixeira, Madalena Braz (1985). “Os primeiros museus criados em Portugal” in *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol 1, nº1- jan./jun. Lisboa: Instituto Português Património Cultural, pp.185-239.

Teixeira, Madalena Braz (2000). “Primórdios da investigação e da actividade museológica em Portugal = Los comienzos de la investigación y de la actividad museológica en Portugal” in *Revista de Museologia*, separata. Madrid: Asociación Española de Museólogos.

Varão, Isabel (2008). “A biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações: uma questão de património”, in *Códice* nº5, série II. Lisboa: FPC, pp.84-96.

Viana, Mário Gonçalves (1949). *Um museu dos CTT: objectivos, organização, realização, funcionamento*. Lisboa: Edição dos serviços culturais dos CTT.

Vlachou, Maria. Musing on culture <http://musingonculture-pt.blogspot.pt/>, consultado em 22.06.2015.

Weber, Cristina (2010). *Conferência do ICOM sobre Museus de Ciência e Técnica no Museu da Ciência*.

LEGISLAÇÃO

Decreto de 20 de Dezembro de 1864 – Criação Instituto Industrial do Porto.

Decreto-lei de 24 de Dezembro de 1883 – Criação Museu Industrial e Comercial de Lisboa e Porto.

Decreto nº 1 de 23 de Dezembro de 1899 – Extinção dos Museus Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto.

CTT: OS 33,87 FL 84-87 – Museu dos CTT/TLP integra a estrutura do DMCCA.

CTT: OS 42,88 FL 194-88 – Museu dos CTT/TLP integra a estrutura do GIACICA.

Decreto - Lei n.º 277/92 de 15 de Dezembro - Cisão dos Correios e Telecomunicações, S.A (Criação da PT S.A).

Decreto 26 de Maio de 1911 – Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos.

Decreto-lei nº146/85, de 8 de Maio – Criação do MCUL.

Decreto-lei nº347/76, de 12 de Maio – Criação legal do MNCT.

CTT Despacho de 6 de Abril de 1954 – Expansão das Instalações do Museu (assinado pelo Correio-Mor Couto dos Santos).

Despacho publicado D.R Série II, nº 250 de 26 de Outubro de 1999 – Determina-se que a FPC é uma instituição de direito privado, de utilidade pública.

Decreto de 18 de Novembro de 1836 – Criação do Conservatório de Artes e Ofícios de Lisboa.

Lei nº. 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-Quadro dos Museus Portugueses.

Portaria nº 520/28, de 8 de Maio de 1998 – Atribuição de estatuto de fundação à FPC.

Decreto nº20 985, de 7 de Março de 1932 (Preâmbulo) – Governação assume que o decreto publicado a 26 de Maio de 1911 foi importante no que toca a serviços públicos.

Decreto de 6 de Maio de 1884 – Regulamento dos Museus Industriaes e Commerciaes.

CTT Circular nº 33-A. 29 Novembro de 1947 – Organização do Museu dos CTT.

CTT GF/BA: 31 Dezembro de 1946 – Museu dos CTT. Registo de espólio inventariado.

ANEXOS

Anexos Fundação Portuguesa das Comunicações

Anexo 1 - Distribuição de Museus consoante a sua tutela e ano de criação (2009).

Anexo 2 - Fotografia do actual edifício da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Anexos Museu dos CTT

Anexo 3 - Mapa cronológico dos acontecimentos mais relevantes da história do Museu dos CTT.

Anexo 4 - Fotografia das instalações do Museu dos CTT na Rua D. Estefânia.

Anexo 3 - Abertura do Museu dos CTT (1967). *Revista Correios e Telecomunicações*, nº2, 2º Trimestre de 1967.

Anexos Museu das Comunicações

Anexo 6 - Transcrição de conversas informais efectuadas via *email* com a Dra. Isabel Varão.

Anexo 7 - Indicadores FPC/MC de visitantes reais ao Museu das Comunicações entre 2010 e 2015.

Anexos Estágio Curricular

Anexo 8 - Projecto Educativo 2014-2015 do Museu das Comunicações.

Anexo 9 - Folhas de sala das exposições *Sentir a Fotografia e Histórias de Viajantes*.

Anexo 10 - Alguns exemplos de listagens do acervo patrimonial e documental, disponibilizadas no início do projecto.

Anexo 11 - Fotografias de algumas peças do acervo dos correios e telecomunicações com algumas observações sobre as suas legendas.

Anexo 12 - Documento Excel utilizado na 2ª e 3ª fase da metodologia do trabalho – proposta de legendagem. (Disponível em CD).

Anexo 13 - Listagem de peças não identificadas dos correios e telecomunicações (Disponível em CD).

Anexo 14 - Documentos Word correspondentes às legendas finais das peças do percurso dos correios e do percurso das telecomunicações (Disponível em CD).

Anexo 15 - Alguns exemplos de esquemas visuais propostos para a exposição.

ANEXO 1

Tutela	Ano de criação								Total
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Administração Central	45,8	52,0	19,3	13,9	7,8	11,5	2,2	3,6	13,1
Governos Regionais	4,2	0,0	3,6	16,7	3,1	2,4	1,1	3,6	3,4
Administração Local	20,8	40,0	41,0	27,8	48,8	47,6	78,5	35,7	48,6
Privados	29,2	8,0	36,1	41,7	40,3	38,5	18,3	57,1	35,0
Não Lucrativos	25,0	8,0	31,3	33,3	37,2	27,4	18,3	42,9	28,8
Lucrativos	4,2	0,0	4,8	8,3	3,1	11,1	0,0	14,3	6,2
Número de casos	24	25	83	36	129	208	93	28	626

Tutela	Ano de criação								Número de casos
	Antes de 1899	1900-1929	1930-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1999	2000-2009	Não resposta	
Administração Central	13,4	15,9	19,5	6,1	12,2	29,3	2,4	1,2	82
Governos Regionais	4,8	0,0	14,3	28,6	19,0	23,8	4,8	4,8	21
Administração Local	1,6	3,3	11,2	3,3	20,7	32,6	24,0	3,3	304
Privados	3,2	0,9	13,7	6,8	23,7	36,5	7,8	7,3	219
Não Lucrativos	3,3	1,1	14,4	6,7	26,7	31,7	9,4	6,7	180
Lucrativos	2,6	0,0	10,3	7,7	10,3	59,0	0,0	10,3	39
Total	3,8	4,0	13,3	5,8	20,6	33,2	14,9	4,5	626

Distribuição de Museus consoante a sua tutela e ano de criação (2009).

Fonte: OAC, BDMuseus.

ANEXO 2



Fotografia do actual edifício da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Fonte: Biblioteca / Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.

ANEXO 3

MUSEU DOS CTT	<u>1877</u> - Preconizava-se a criação de um Museu Postal.
	<u>1878</u> - “Dota-se o Museu de 30 objectos” (Relatório Postal do Anno Económico 1877-1878).
	<u>1934</u> – Recolha de objectos por Godofredo Ferreira de modo a revitalizar o Museu.
	<u>1947</u> – Existência oficial do Museu. – Nomeação do primeiro conservador do Museu (Mário Gonçalves Viana).
	<u>1948</u> – Sede provisória na Rua de São Mamede.
	<u>1955</u> – Criação do Regulamento do Museu dos CTT.
	<u>1958/1959</u> – Sector Postal na Rua Picoas e Sector Telecomunicações na Rua Castilho abrem ao público.
	<u>1962</u> – Encerramento dos sectores mencionados. – Novas instalações na Rua D. Estefânia (palacete Henrique Seixas).
	<u>1967</u> – Abertura ao público.
	<u>1985</u> – Museu encerra portas por motivos de segurança. E serviços distribuem-se por outros locais.
	<u>1986</u> - Museu fica a cargo de outros serviços (DMCCA e GIACICA).

Mapa cronológico dos acontecimentos mais relevantes da história do Museu dos CTT.

ANEXO 4



Edifício do Museu dos CTT na Rua D. Estefânia em Lisboa.
Fonte: Catálogo *On-line* do Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.

ANEXO 5

Na sala da Imprensa, Rádio e Televisão no Museu dos CTT — O Abadeixado Henrique Pereira instalando os visitantes

CDT/30

O MUSEU DOS CTT

A partir de 24 de Maio findo, Lisboa ficou a possuir mais um interessante Museu: o dos CTT, instalado em edifício especialmente adaptado na Rua de D. Estefânia, 175.

Para realisar o acontecimento realizou-se uma visita da Imprensa, do Rádio e da Televisão, cujos representantes foram recebidos pelos Eng. Henrique Pereira e Dr. Luis Alibayle.

Após algumas palavras proferidas pelo Eng. Henrique Pereira, que saudou os presentes e falou do que constitui o Museu e o que representa de interesse para o público e os estudantes — bem como para os próprios servidores dos CTT — seguiu-se uma visita às instalações. A Dr.ª Maria da Glória Pires Firmino

22

guiou os visitantes, fornecendo-lhes, de forma completa e pormenorizada, explicações sobre as colecções expostas nos vários andares.

Foi-nos muito agradável verificar o interesse manifestado pelos representantes da Imprensa, do Rádio e da Televisão, que demonstraram a sua especial atenção nas secções de filatelia e do material de telecomunicações, e qual se encontra instalado de forma a permitir um funcionamento imediato. E a comprovar esse interesse está ao largo e unívoca referência que encontramos nas notícias que sobre o Museu foram publicadas nos jornais da Capital, e difundidas nas emissoras e na Televisão. A todos o nosso obrigado.

Damos alguns aspectos da cerimónia da inauguração e das instalações visitadas.

Na sala do Museu
Pode funcionar um aparelho Rádio

◀ Durante a exploração do 3.º Con-
tadora Chelo

O MUSEU PODE SER VISITADO
DENTRO DOS SEGUINTES HORA-
RIOS.

Dias úteis, excepto	
2.ª, 4.ª e 6.ª dias	Das 10 às 18 h.
Domínios	Das 10 às 13 h.

ENCERRA ÀS 3.ª FEIRAS E DIAS
FERIADOS.

Correios e Telecomunicações em Portugal. “O Museu dos CTT” in *Revista Correios e Telecomunicações*, nº2, 2º Trimestre de 1967. Lisboa: Serviços Culturais dos CTT, pp. 22-23.

Fonte: Biblioteca / Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.

ANEXO 6

Isabel Maria Laureano Varão <[REDACTED]>
Para: Sandra Lopes <[REDACTED]>

15 de agosto de 2016 às 20:25

Boa tarde

Em seguida vou procurar auxiliá-la relativamente às questões colocadas:

- Quanto ao Dr. Alfredo Anciães, ele alterou recentemente o endereço de e-mail sendo o actual o seguinte: [REDACTED]

- Quanto à consulta dos Boletins Oficiais além destes índices remissivos, muito úteis porque remetem directamente para as entradas respectivas (palavras-chave ou descritores) há também uma colecção organizada cronologicamente. Assim poderá pesquisar nas colecções em suporte papel onde encontrará organogramas e descrições das missões de cada departamento, entre eles o Museu dos CTT, com a respectiva divisão administrativa interna. Quanto ao facto de não encontrar online muitas referências poderá explicar-se por alguma insuficiência de integração na base de dados da FPC de muita documentação (eventualmente considerada menor) e que, no entanto, existe fisicamente no Arquivo Histórico da FPC. Conheço a existência de muitos pequenos folhetos, por exemplo, de exposições temporárias organizadas pelo antigo Museu dos CTT que permitirão traçar o percurso do sector da Filatelia. Tratava-se de pequenas exposições itinerantes que eram enviadas para escolas, a seu pedido, já montadas nos painéis e que serviam de base aos professores para uma introdução temática à própria Filatelia ou ao tema versado na colecção de selos. Este é um pequeno exemplo, havendo nessa colecção de folhetos outros alusivos a uma ou outra grande exposição na Gulbenkian. Peça ajuda à Dra. Dina Grácio pois penso que ela conhece a colecção a que me refiro.

- Quanto à equipe de conservadores que coadjuvavam a Dra. Maria da Glória Pires Firmino, no período em que dirigiam o Museu, aquando da minha entrada e permanência, a partir de 1983, cada um deles era responsável por um sector: A Dra. Maria José Gomes conservadora- adjunta, substituta da Dra. Maria da Glória nas suas ausências e impedimentos, era responsável pelo Património Filatélico. A Dra. Maria Alice Simões era responsável pelo Património Postal e também o património documental e fototeca, tendo falecido entretanto e sido substituída pelo Dr. Antero de Sousa nessas funções. O Engº Eugénio Miguel era responsável pelo Património de Telecomunicações e a Dra. Maria de Lourdes Pimenta de Castro Guimarães era responsável pelas exposições e relações exteriores (daí que tenha estado presente em várias acções de divulgação do Museu na RTP, p. ex.) bem como pelo acompanhamento de estagiários e monitores (havia vários monitores para acompanhamento das visitas de público escolar que eram contratados a título eventual e recrutados entre os estudantes universitários). Além destes técnicos superiores, alguns com o curso de Conservador de Museu ministrado no Museu Nacional de Arte Antiga sob a orientação do Dr. João Couto *, havia, ainda, um Escultor, o Sr. Luz Correia que concebia o lay-out das exposições e algumas peças escultóricas e/ou gráficas que pontuavam a exposição permanente do Museu.

- Quanto à estrutura orgânica do GIACICA encontra-la-á igualmente no Boletim Oficial (foi nesta altura que o Dr. Fernando Jorge da Silva Moura foi dirigente interino do Museu)

- Efectivamente tinha-me esquecido que a Dra. Paula Lopes tinha sido a responsável inicial do Museu das Comunicações, talvez porque foi uma direcção muito passageira e sem grande história. Quanto ao Engº Joel de Almeida ficou a dever-se-lhe a concepção e implementação inicial do serviço educativo, das suas bases teóricas e práticas e da relação intensiva com os estabelecimentos de ensino. (vide artigo da Códice)

Cordiais saudações

Isabel Varão

* A Dra. Maria José Gomes inscreveu-se neste Curso em 1961 e a Dra. Maria da Glória Pires Firmino em 1967. Consultável a lista de alunos nos anexos da Dissertação de Mestrado de Ema

Sandra Lopes <[Citação ocultada]>
Para: Isabel Maria Laureano Varão <[Citação ocultada]>

19 de agosto de 2016 às 17:53

Boa tarde,

Muito obrigada pelo envio do seu email, mais uma vez consegui esclarecer uma serie de dúvidas que ainda persistiam durante a realização do meu Relatório.

Gostaria de lhe perguntar, se ainda for possível, mais duas questões acerca do Museu. Ora, o Museu antes de encerrar ao publico em 1985 encontrava-se no edifício de Dona Estefânia. Após o encerramento, apenas se realizou uma ou outra exposição numa sala em Picoas e depois o Museu mudou-se definitivamente para o a Fundação Portuguesa das Comunicações, correcto?

Relativamente a mudança de estatuto do Museu, a mesma apenas se alterou quando se constitui a Fundação Portuguesa das Comunicações correcto? Até essa data o museu era estatal tutelado por um Ministério, certo?

Já agora, onde se encontra o Arquivo do Grupo dos Amigos do Museu das Comunicações? Têm algum espaço físico?

Espero não estar a causar muito incómodo com os meus sucessivos emails.

Muito obrigada pela atenção,
Cordialmente

Sandra Lopes
[Citação ocultada]

Isabel Maria Laureano Varão <[Citação ocultada]>
Para: Sandra Lopes <[Citação ocultada]>

19 de agosto de 2016 às 21:30

Muito boa tarde,

Respondendo às suas questões:

1 - O Museu dos CTT de facto encontrava-se instalado na R. D. Estefânia antes do encerramento ao público, isto é, além daquelas instalações onde estavam os serviços do Museu, a maioria do pessoal de apoio e respectivas chefias havia, ainda, reservas numa cave da R. Visconde de Santarém (património de telecomunicações) e na R. da Trindade ao Chiado (património dos correios) além de um sótão no edifício da R. D. Luís, (antigo Palácio das Comunicações) perto da sede da FPC.

Mais tarde, já no período de vigência do GIACICA, o pessoal foi todo transferido para a Av. Casal Ribeiro, mantendo-se as reservas temporariamente e sendo mais tarde todas transferidas, também, para o edifício da R. da Moeda, perto da R. D. Luís. Por esta altura, cerca de 1990/1991/1992, já existia a Comissão Instaladora da Fundação das Comunicações (e não FPC, designação criada mais tarde, aquando da entrada do ICP/ANACOM como instituidor da Fundação para além dos CTT, Correios de Portugal e da Portugal Telecom).

No período do GIACICA, tentou-se, com êxito, fazer uma grande exposição (embrião da exposição permanente existente na FPC) que desse uma noção dos vários períodos da História das Comunicações em Portugal e que esteve patente durante um largo período no edifício da Portugal Telecom nas Picoas. Esta exposição intitulava-se "Comunicar: uma aventura sem fim", se não estou em erro, e há um folheto que ilustra a sua museografia e conteúdos expositivos, existente no Arquivo Histórico da FPC.

Nota: Para maior rigor de datas é conveniente a consulta do Boletim Oficial dos CTT, descritores GIACICA e Comissão Instaladora da Fundação das Comunicações. Para esclarecimento da exposição das Picoas, consulta do respectivo folheto.

2 - Para maior esclarecimento e de acordo com tudo o que lhe transmiti até agora verificará que a unidade orgânica existente no Museu dos CTT sob uma única Direcção e congregando autonomamente patrimónios, exposição permanente e exposições temporárias, itinerantes ou não, não é comparável à situação do Museu das Comunicações. Por isso não é correcto afirmar que o Museu dos CTT foi substituído ou evoluiu para o Museu das Comunicações: são realidades distintas quer em termos de autonomia, quer em termos de conteúdo funcional. Seria avisado que, por uma questão de rigor essas diferenças fossem reflectidas no Relatório. Estas diferenças estão espelhadas certamente na/s respectiva/s estrutura orgânica e na/s dependência/s hierárquica/s. Daí ser tão importante a consulta das ordens de serviço (BO) relativas ao Museu dos CTT e ao Museu das Comunicações (Organograma da FPC).

3 - O Museu dos CTT não era estatal nem tutelado por nenhum Ministério. Era um Museu de Empresa (um dos primeiros, senão o primeiro) visto que integrava os CTT, que começaram de facto por ser uma Administração Geral de Correios, Telégrafos e Telefones dependente do Ministério das Comunicações mas com autonomia Administrativa e Financeira. Quando o Museu dos CTT se estabeleceu em edifício próprio ou algum tempo depois, (1970), os CTT passaram a ser uma Empresa Pública, portanto com forma de gestão empresarial e em que o único accionista era o Estado. A gestão era totalmente independente do Estado (embora o Conselho de Administração fosse nomeado pela tutela ministerial) apenas tendo que apresentar resultados anuais e pagar os respectivos saldos positivos (lucros) ao accionista.

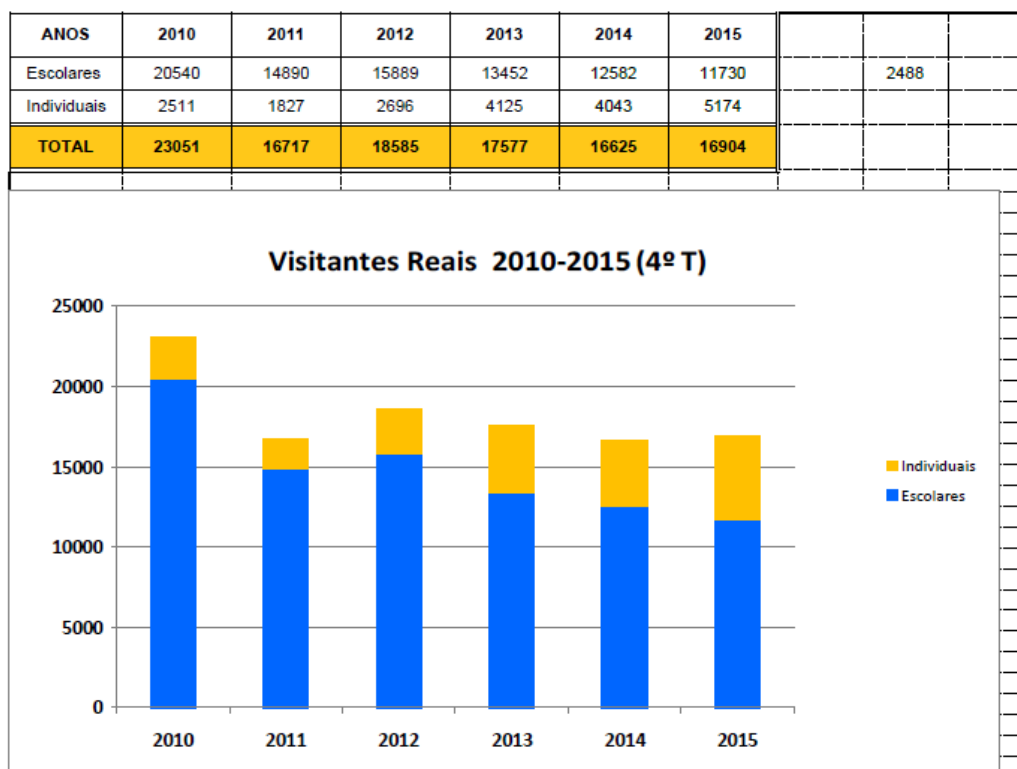
4 - O arquivo do GAMC está fisicamente na sua sede, R. João Saraiva, 9, em Lisboa, mas não está acessível.

Os meus cumprimentos, continuando ao dispôr

Isabel Varão
[Citação ocultada]

Transcrição de conversas informais efectuadas via *email* com a Dra. Isabel Varão acerca do Museu dos CTT.

ANEXO 7



Indicadores FPC/MC de visitantes reais ao Museu das Comunicações entre 2010 e 2015.

Fonte: Museu das Comunicações.

ANEXO 8



Projecto Educativo 2014-2015 do Museu das Comunicações para Público Escolar e Famílias.

Fonte: Museu das Comunicações.

ANEXO 9

SENTIR A FOTOGRAFIA

A Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC)/Museu das Comunicações, em parceria com a ACIS – Associação das Comunicações – Instituto Sénior, apresenta a exposição **SENTIR A FOTOGRAFIA**, no âmbito da colaboração, iniciada em 2008, com vista à promoção da literacia digital e à utilização das novas tecnologias na edição de vídeo e no tratamento das imagens fotográficas.

Esta exposição de trinta e três fotografias e de uma apresentação multimédia revela como duas instituições, que visam a promoção de uma cidadania criativa e ativa, onde arte e tecnologia se conjugam, podem partilhar com o público do Museu das Comunicações da FPC, a fotografia como forma de comunicação.

O Seminário "Sentir a Fotografia", que desde há alguns anos tem sido ministrado na ACIS (Associação das Comunicações – Instituto Sénior), destina-se a amantes da fotografia interessados em desenvolver a arte de fazer fotografia, com qualidade, independentemente dos conhecimentos técnicos adquiridos ou a adquirir.

Tem como objectivo principal levar os participantes a desenvolver a sensibilidade sobre o que atrai o seu olhar e deixa-la fluir através da máquina fotográfica, ganhando a percepção da construção de um registo, num saber ver e analisar o resultado desse olhar. Enfim, elegendo a noção de qualidade estética como determinante.

Com esta exposição concretiza-se esse objectivo graças ao empenho e entusiasmo dos 11 participantes do Seminário de 2014/2015 agora concluído. Estes procuraram os encantos e recantos da cidade de Lisboa, em 3 zonas diferentes nas sessões práticas realizadas; e o resultado está à vista nos trabalhos expostos: cada fotografia contém o olhar sentido de cada um deles.

Esperamos, também, que esta exposição seja um encontro sentido dos visitantes com cada um dos registos fotográficos aqui apresentados.

Marina Gorlier
Coordenadora do Seminário "Sentir a Fotografia"
e Curadora da Exposição
Março 2015

FICHA TÉCNICA:

Curadoria:
Marina Gólmier

Autores:

Amália Mendes, Beatriz Jacinto,
Carlos Palma, Fernanda Tavares,
Fernando Amaral,
Maria de Lourdes Prata,
Nuno Pedro, Orlando Martins,
Rogério Boa-Alma, Rosa Borreicho
e Rosário Torres

Coordenação Geral:
Cristina Weber
Museu das Comunicações

Comunicação/Promoção
e Divulgação:
Ana Ferreira e Raquel Reis

Projeto de Arquitetura
& Montagem:
Rui Orfão

Assistente de Curadoria
& Montagem:
Sandra Lopes

Design:
Dupladesign

Apoio Técnico:
Vasco Ferreira e António Silva


colorfoto
www.colorfoto.pt


ASSOCIAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES - INSTITUTO SÉNIOR

*"O seminário do Sentir a fotografia alertou-me a olhar,
ensinou-me a ver."*

Amália Mendes

*"...ao fotografar olhei...mas também vi, senti e descobri que ...
FOTOGRAFIA É POESIA!"*

Maria de Lourdes Prata

*"...aprendi que saber olhar para as coisas e para os sinais,
contextualiza-los e interrelacioná-los, são condições
fundamentais para se fazerem fotos que digam algo...
que provoquem sentimentos..."*

Rosário Torres

*"...não menos importante foi a oportunidade de ver e fazer
a análise das fotografias uns dos outros e descobrir como
diversificada e rica pode ser a abordagem a um mesmo tema
'sentida' por cada um."*

Carlos Palma

*"Mais do que aprender a fazer a pergunta 'O que é que eu
estou a fotografar?', por que essa eu achava que já sabia fazer,
esperava alargar o leque de respostas possíveis e aprender a
fazer outras perguntas em consequência destas."*

Nuno Pedro

PARTICIPANTES/AUTORES DAS FOTOS DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA "SENTIR A FOTOGRAFIA":

Amália Mendes, Beatriz Jacinto, Carlos Palma,
Fernanda Tavares, Fernando Amaral, Maria de Lourdes Prata,
Nuno Pedro, Orlando Martins, Rogério Boa-Alma,
Rosa Borreicho, Rosário Torres.

Esta exposição que muito orgulha a ACIS, representa o culminar do trabalho desenvolvido pelos nossos Associados ao longo dos últimos meses no Seminário "Sentir a Fotografia". A todos agradecemos, Associados, pelo seu trabalho, Fundação Portuguesa das Comunicações/Museu das Comunicações por nos permitir dispor de um espaço de exposição privilegiado, e muito especialmente à Marina Gorlier que com grande generosidade e repetido sucesso, tem vindo a conduzir este Seminário nos últimos anos, fazendo emergir de forma ímpar a sensibilidade dos nossos artistas.

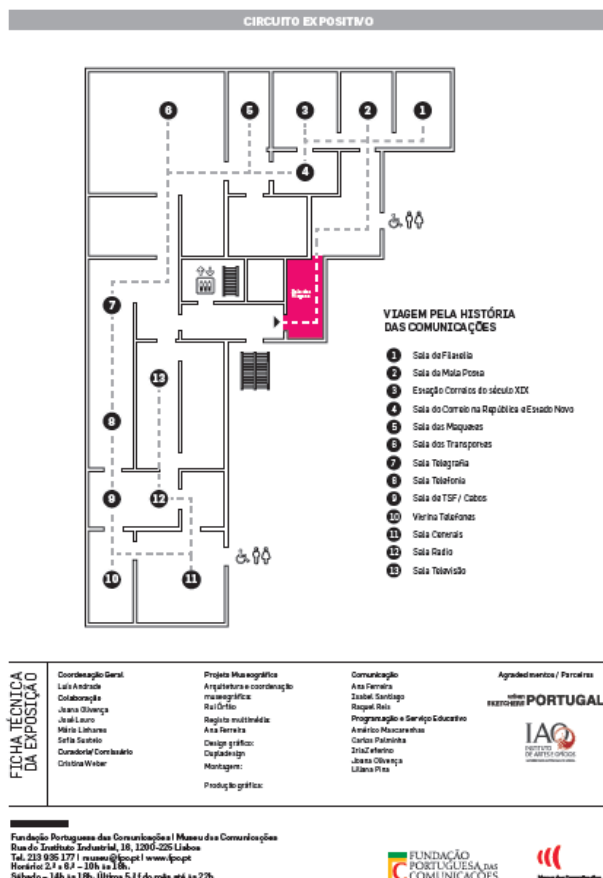
Paula Campos Alves
Presidente da Comissão Executiva da ACIS

Fundação Portuguesa das Comunicações | Museu das Comunicações
Rua do Instituto Industrial, 16, 1200-225 Lisboa
Tel. 213 935 177 | museu@fpc.pt | www.fpc.pt
Horário: 2.ª a 6.ª – 10h às 18h.
Sábado – 14h às 18h. Última 5.ª f do mês até às 22h

 FUNDAÇÃO
PORTUGUESA DAS
COMUNICAÇÕES

 Museu das Comunicações

Folha de sala da exposição *Sentir a Fotografia*.
Fonte: Museu das Comunicações.



HISTÓRIAS DE VIAJANTES – TRAÇOS DE VIAGENS

A Fundação Portuguesa das Comunicações/Museu das Comunicações apresenta um conjunto de desenhos de 22 artistas que fazem do diário gráfico um acessório indispensável ao seu quotidiano e, sobretudo, durante as suas viagens, nos mais diferentes sentidos: desde a viagem de avião a um país distante, à viagem em sentido figurado, no próprio quotidiano de cada um.

O visitante é convidado a fazer uma incursão nos diferentes universos "relatados" pelos artistas, em dois trajetos da exposição:

Sala das Viagens

Rolne 13 narrativas de viagens em diário gráfico, de um conjunto de 15 artistas que participaram no I e II Ciclo de Comunicações e orientaram os respetivos Workshops. Estes Ciclos, sob o título Do Museu ao Bairro – Histórias de Viajantes, realizaram-se no Museu das Comunicações, em parceria com os Urban Sketchers Portugal e o Instituto de Artes e Ofícios da Universidade Autónoma de Lisboa, entre 2012 e 2013.

Artistas: Luís Ançã, Alexandra Belo, Pedro Cabral, Mónica Cid, João Pancada Correia, Eduardo Côrte-Real, Mário Linhares, Vítor Mingacho, José Louro, João Moreno, José Mouga, Paulo Robalo, Manuela Rolão, Eduardo Salavisa, Sara Simões

Viagem pela História das Comunicações

É um percurso através da exposição permanente para conhecer os desenhos e as peças e recantos que os inspiraram. Estes desenhos foram realizados durante os workshops no museu e juntaram mestres e discípulos numa atividade que os apela a desenhar.

O objetivo deste percurso é criar no visitante um novo olhar sobre o museu, o seu papel na sociedade e os objetos em exposição. Esse reconhecimento do museu, através do desenho, é feito, não por legendas em tabelas, nem por aplicações multimédia, mas sim por intermédio dessa forma primordial da comunicação: o desenho.

Lançamos um novo desafio aos visitantes, o redescobrir nestes desenhos uma interpretação da história das comunicações, tão rica, personalizada e diversificada, bem como, os 14 artistas que nela participaram. Os desenhos estão repartidos em vários temas que refletem a verdadeira dimensão do museu: objetos da história dos correios, das telecomunicações, da rádio e da televisão; ambientes interiores; exteriores ou "o bairro"; e os ambientes no decorrer das várias sessões de apresentação a respetivos workshops.

Artistas: Luís Ançã, Filipa Barradas, Fred Barreto, Alexandra Belo, Pedro Cabral, Rita Carrá, João Pancada Correia, Zeta Fernandes, Ana Jacome, Marta Linhares, Mário Linhares, Vítor Mingacho, Manuela Rolão, Eduardo Salavisa



SALA DAS VIAGENS

Luís Ançã

Viagem pelo Alentejo / 6 julho 2013

Uma viagem informal pelo Alentejo Interior, centrada no distrito de Évora, para onde (a por opção) fte a mais de 40 anos há quinze anos. Foi uma viagem apresentada da forma como foi concebida: andar sem destino ao sabor do momento, desenhando não o mais ou o menos mas o mais apoteótico e interessante. Não constitui um levantamento ao acaso, mas um somatório de registos de dia-a-dia que, inevitavelmente, acaba por ser representativo da cultura regional, apresentando aspectos da sua identidade cultural. E é assim que, após alguns anos de trabalho, a consolidação emerge, dando-me informações do percurso que o vento e a vontade traziram. Assumo que este meu trabalho se enquadra numa matriz de identificação e retorno das nossas ameaçadas identidades culturais. Foi a que desaguei involuntariamente. Ao contrário do genérico alentejano, no workshop (PROVAVELMENTE) FÍSAR

O RISCO explorámos o Imperativo da acessibilidade, explorando técnicas de desenho e de pintura espontâneas. Assim nos permitiu a conjuntura o evento.

Nasceu em Lisboa, em 1955, licenciado em Pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1980. Professor na área das artes visuais desde 1978. Expõe regularmente pintura e desenho desde 1975. Autor do blogue Luís Ançã Desenhos (luisanca.desenhos.blogspot.pt) e do site www.luisanca.net.

Alexandra Belo e Vítor Mingacho

Uma semana em Berlim / 15 junho 2013

Uma semana, três desenhos por dia, dois pontos de vista diferentes sobre a mesma cidade. No Verão de 2013, uma viagem de uma semana a Berlim propiciou um registo gráfico diário. Este serviu para algumas experiências de desenho, com técnicas, formatos e temas urbanos diversificados. O caderno proporciona sempre um

olhar mais atento e seletivo sobre a realidade, e é isso que podemos sempre constatar quando o reabrimos.

Alexandra Belo nasceu em Castelo Branco, e Vítor Mingacho em Alentejo. Sempre gostaram de utilizar o desenho como meio de expressão, pensamento ou simplesmente observação. Estudaram Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Vivem em Berlim, trabalham bastante, e ocasionalmente trabalham como arquitectos entre Castelo Branco e Lisboa, e desenharam para salvar a realidade de uma forma desconhecida, descomplicada e desligada do mundo visual do desenho informal a que a profissão obriga. Contribuem para o blogue draughtman.com.br (draughtmancombr.blogspot.pt).

Pedro Cabral

Desenhos viagens lentas / 6 abril 2013

Às vezes a felicidade não é um destino, mas o caminho para lá chegar. Slow food, slow mail, slow travelling... um enopado de borrego, uma carta escrita à mão, uma viagem a pé.

Folha de sala da exposição *Histórias de Viajantes – Traços de Viagens.*

Fonte: Museu das Comunicações.

ANEXO 10

PERCURSO TELECOMUNICAÇÕES	
Inventário	Designação
T7306	Maquete de Telégrafo de Chappe (Miniatura)
T987.005	Maquete de Telégrafo de Persianas (Miniatura)
T2005.0018	Estojo com Código de Bandeiras do Sistema Internacional de Comunicações
T1570 + T1785	Óculo e suporte de vigia do Mar
T2006.10889	Uniforme de Oficial do Corpo Telegráfico Militar
T2006.10860	Maquete de Telegrafo Visual de Palhetas
T407	Lanterna de Sinais Morse
T982.400	Heliógrafo com bolsa de Cabedal
T384	Binóculo de Vigia do Mar com Bolsa de Cabedal
	Dicionário de Phrases Telegráficas
T6275	Réplica do Modelo Experimental do Telégrafo de Samuel Morse
T746	Pilha Leclanchê
T351	Receptor Telegráfico Breguet
T6	Manipulador ou Transmissor Breguet
T106	Chave Morse transmissor ou manipulador de Sinais Telegráficos
T185	Receptor Telegráfico Acústico Morse
T105	Chave Morse transmissor ou manipulador de Sinais Telegráficos
T175	Receptor Telegráfico Acústico Morse
T136	Telegrafo portátil Eliot Bros c/ bolsa de couro
T2	Relé Telegráfico Claude
T164	Relé Receptor Telegráfico Herrmann
T1790	Electroíman Muilleron de Receptor Breguet
T86	Chave Morse Transmissor ou manipulador de Sinais Telegráficos Dragazzi
T247	Chave Morse Transmissor ou manipulador de Sinais Telegráficos J. Tavares
T141	Chave Morse. Transmissor ou manipulador de Sinais Telegráficos Duplex
T177	Comutador Telegráfico Inversor Bramão /Hermann
T16	Comutador Telegráfico Tipo Suiço de 10 Linhas
T162	Comutador Telegráfico Inversor
T10	Comutador Telegráfico Diabinho
T2006.10956	Pilha Leclanché
T695	Pilha Grenet (grande)
T697	Pilha Grenet (Pequena)
T1993.026	Translactor ou Duplo Relé Telegráfico Froment
T7501/1	Telegrafo Morse de corrente dupla com Receptor auditivo
	Placa Sinalizadora Estação Telegrapho-Postal
T7711	Mesa em madeira de telegrafo Breguet
T535	Campainha ou despertador vibratório
T2023	Receptor Telegráfico Breguet
T5	Transmissor Telegráfico Breguet
T1781	Telegrafo de Campanha Herrmann com chave Morse
T1721 + T1722	Transmissor/Receptor Tele-Escrevente Steljes
T176	Telegrafo Bramão de Corrente Dupla

T907	Galvanómetro diferencial Universal de Reflexão/Espelho
T298	Comutador Telegráfico para 3 linhas
T906	Galvanómetro diferencial de Reflexão Bramão/Herrmann
T1993.002	Telégrafo Morse Hermann de duas direcções
T1729	Telégrafo Morse Damasquino
T274	Telegrafo Hugues
T94/183	Distribuidor e Regulador Telegráfico
T979.294	Regulador DMO
T94/242	Regulador experimental DMO
T4879/5	Mesa de Telegrafo Baudot com distribuidor e Regulador DMO
T4879/1	Transmissor e Receptor Telegráfico Baudot
T76 +T1088	Telefone de Mesa Bell
T6274	Telefone Bell
T355	Fonógrafo Edison
T6392	Telefone de Mesa Bell
T6271	Telefone de Parede Bell
T335	Telefone de Parede Herrmann
T6270	Telefone de Parede Bell
T140	Telefone de Mesa Bramão
T134	Telefone de Mesa Bramão
T339	Telefone de Parede Edison Gower-Bell
T148	Telefone de Parede Edison Gower Bell
T1880	Auscultador Telefónico Siemens
T114	Telefone de Mesa SIT
T1792	Telefone de Parede Van Rysselberghe
T98/154	Telefone de Ensaio L.M.Ericsson
T139	Telefone de Mesa Consolidated
T395	Telefone de Mesa Western
T97/67	Telefone de Mesa AC110
T321	Telefone de Parede Peel-Conner
T2006.10962	Telegrafo e Telefone de Campanha
T138	Telefone de Parede Siemens & Halsk
T4863	Telefone de Mesa Ericsson AC110
T5920	Telefone de Mesa Ericsson AC110
T2006.10953	Central Telefónica Costureirinha
T98/3	Central Telefónica Costureirinha
T6259	Telefone de Parede Standard Electric
T2731	Caixa de junção
T6387	Telefone de Parede L.M.Ericsson
T2006.10662	Telefone de Parede L.M.Ericsson
T305	Comutador L.M.Ericsson
T4278	Central de Comutação Telefónica Interurbana de 8 Linhas
T5910	Cadeira de Telefonista
T2006.10951	Microtelefone de Peito e Cabeça
T2006.10955	Manequim de Telefonista com bata branca
T984.018	Central de Comutação Telefónica
	Uniforme de Guarda-Fios
	Expositor de Cabos Coaxiais
T2571	Maqueta de Câmara de Telecomunicações dos CTT
	Bobina de Carga

T2565/T2566/T2568	Maqueta de Traçado de Linhas Telefônicas Aéreas
	Conjunto de Isoladores de Postos Telefônicos
T5002	Cabo Telefônico Subfluvial NPR
T10227	Cabo Coaxial Lisboa- Sesimbra
T2003.001	Cabo BICC Celcat
T4987	Cabo Submarino Pirelli
T970.159	Cabo Submarino TAT
T97.46	Cabo Coaxial Siemens
T2006.10913	Cabo Fibra óptica BICC Celcat
T2006.10869	Balança de Alta Precisão e estojo de medidas
T2006.10870	Ponte de Testes e Medidas J. Richard
T2006.10871	Ponte de Testes LEED Northrup
T2006.10872	Ponte de Testes e Medidas Muirhead
T2006.10873	Miniatura de Carro Abre Valas
T9015/1+T9015/2	Emissor/Receptor Telegráfico Marconi
T24	Receptor de TSF Tipo Slaby Arco
T36	Receptor Radiotelegráfico de Galena – Radio Astar
T7292/1	Detector Electromagnético Marconi
T2003.002	Válvula Electrónica F8
T2807	Válvula Electrónica
T2392	Válvula Ken Red 6K8
T7301	Emissor de Faísca Marconi Wireless Telegraph
T1779	Receptor Radio Telegráfico/Ondulador
T2006.10879	Emissor Radiotelegráfico Marconi
T2006.10874	Antena LOOP
T2006.10875	Radiogoniómetro Telefunken
T987.040	Unidade de Alimentação Collins
T2006.10971	Telefone de Parede L.M.Ericsson
T977.513.3	Telefone Siemens FG
T7071	Amplificador Telefônico de Som Siemens & Halsk
T2006.10892	Telefone de Mesa ATM332 BL
T1995.007	Telefone de Mesa ATM332 c/disco rotativo
T980.289/4	Telefone de Mesa Aptofone Manual
T98/476	Telefone de Mesa Aptofone Automático
T982.19	Telefone de Mesa Siemens, Tipo Coluna
T2006.10877	Telefone de Mesa Siemens, Tipo Coluna c/disco rotativo
T986.020	Telefone de Mesa Siemens, Tipo Coluna c/disco rotativo “Presidente Carmona”
T259	Tele-Escrevente Siemens
T971.302/1	Fac-Simile Siemens & Halske
T977.487.1	Teleimpressor Creed
T2006.10909	Teleimpressor Siemens T1000
T979.69 + T98/209	Teleimpressor Olivetti em Móvel Abafador de Ruído
T2006.10904	Telefone de Posto Público Tamura
T5922	Ericofon
T983.446	Telefone de Mesa AEP 7P
T2000.037	Telefone de Mesa ATEA 829
T1994.020	Telefone Iristel 880 c/Gravador
T1998.039	Telefone IXT Automático de Teclas Vermelho
T2006.10906	Telefone Lotus

T2006.10908	Telefone sem fios SWATCH
T2006.10908	Telefone Philips, Modelo WK421
T1990.004	Telefone de Mesa Unisonic
T2005.0029	Telefone Thomson/Alcatel sem fios
T2006.10910	Equipamento transmissão de Dados - Zenit
T94/114	Minitel
T2006.10912	Gravador Computone e Computador ZX Spectrum
T2006.10917	Computador IBM 200 PC
T2006.10918	Computador SCHNEIDER PC 7640
T2006.10919	Impressora Agulhas SEIKOSHA
T2006.10921	Impressora Deskjet HP 2400
T2006.10914	Telebip "Contact"
T2006.10915	Telebip "Finacom"
T2006.10916	Telebip "Telechamada"
	Componentes: Interior computador/discos rígidos/drive diskette/mother board
T2006.10923	Videotelefone Tandberg
T2006.10924	Telefone Satélite Portátil
T2006.10926	Ricoh Fax 7000L
T2006.10927	Telefone Portátil 1ª Geração – PORTY/PHILLIPS
T2006.10928	Telefone Portátil 1ª Geração – SISTEL
T2006.10929	Telefone Móvel SIEMENS
	Motorola Internacional 3200
	Motorola 5200
	Ericsson GF337
	NoKia 2010
	1ª MIMO – Motorola 7500
	1ª Carteira MIMO
	Nokia 8110
	Ericsson GA318
	Alcatel One Touch Easy
	Nokia 3110
	Siemens S10
	LG Shine
	Samsung SGH600
	Panasonic GD90
	Motorola V2288
	Ericsson T105
	Nokia 3330
	Nokia 7650
	Sony Ericsson Z1010
	Nokia 6680
	Samsung Z560
	Sony Ericsson W
	Máquina ParaRede
	Nokia D211-GPRS/Wlan
	1ª placa de acesso 3G pencia/option/GPRS/UMTS/wi-fi
	Cartão SIM TMN Nova Imagem
	Placa HSDPA 1,8MB TMN
	Placa HSDPA 3,6MB USB/ZTE

T978.463	Grupo Motor Gerador de Centrais Telefónicas
T2005.0021	Quadro de Comando Constituído por : 1 Voltímetro S&H de 0 a 250 V ; 1 Voltímetro S&H de 0 a 50 V ; 1 Voltímetro J. Carpentier de 0 a 150 V ; 1 Amperímetro S&H de 0 a 100 Amperes ; 1 Amperímetro de 0 a 200 Amperes ; 1 Amperímetro de 0 a 100 Amperes ; 1 Amperímetro S&H de 0 a 50 Amperes ; 1 Frequencímetro «Fram» de 25 a 50 hertz por Segundo , 2 Seccionadores de Corte; 8 Fusíveis ; 2 Rodas de Comando e 2 Pedras de Mármore na Vertical em que Assenta o Conjunto Associado.
T2005.0015	Rectificador-Transformador e Alimentador de Equipamento Telefónico
T3190	Repartidor de Central Telefónica com Blocos de Protecção
T2002.064	Central Telefónica Tipo ATC-80 com Selectores de Coordenadas – 80 Assinantes
T2002.056	Relógio de Central Telefónica para Controlo Marcação de Impulsos
T2001.066	Central Telefónica Automática Tipo Strowger com Selectores de Números
T2006.10902	Central Telefónica Tipo ATC-200 com Selectores de Coordenadas
T2006.10900	Central Telefónica Tipo AT-61 com Selectores de Coordenada
T2002.063	Central Telefónica Tipo ATU-52 com Uniselectores
T2002.060	Central Telefónica Nodal – Tipo ANC 50-50
T2002.061	Central Telefónica Local Digital – ELD
T2006.10941	Equipamento de Linha Partilhada de Comutação para 7 assinantes/LPCA7
T2006.10942	Coluna Luzes e Campainha Aviso de Função ou Disfunção da Central Sinalizada
	12 Telefones tipo ATM 332 Pretos, associados às Centrais
	3 Telefones Tipo AEP7 Pretos, associados às Centrais
	1 Telefone Tipo AEP7 Vermelho, associado às Centrais
	1 Telefone Tipo AEP7P, associado às Centrais
T2002.118	Telefone de Cabine Pública de cartão magnético e marcação por teclas com Orelhão Exterior Transparente
F979.48	Caixa de Correio - República
ESPAÇO	Mesa de Controlo do Centro de Controlo do Tráfego Aéreo de Lisboa
ANA – Aeroportos de Portugal S.A.	Máquina Receptora/Gravadora de Cartas Metereológicas
	Gravador de Som Phillips
No que respeita aos Espaços da RDP e RTP, existe alguma dificuldade de identificação das Peças. Estas peças são da RTP, não fazem parte do espólio FPC..	

Listagem do acervo patrimonial do percurso das telecomunicações.
Fonte: Dra. Cristina Weber.

Observações: A fonte e o seu tamanho estão conforme o documento original.

PERCURSO CORREIOS	
Inventário	Designação
	Réplica de estatueta em xisto Réplica de carta sobre argila Réplica de tabuleta encerada Tesserae Hospitalatis Réplica de estela kudurru
	Réplica de quadrante náutico Réplica de balança e bolsa de mercado com moedas manuelinas e filipinas 2 Sacos de seda Quadro -8º Correio-Mor-Duarte de Sousa da Mata Quadro - 5º Correio-Mor José Gomes da Mata
	Representação da cidade de Lisboa Miniatura da Nau Gaspar de Lemos Réplica de Botim e Carta Réplica de Astrolábio Português
	Quadro 6º Correio-Mor António Gomes da Mata Meio sela de cavaleiro (Museu Nacional dos Coches) Carta de Portugal Mapa com Rotas dos Correios de Portugal e Espanha
	Arca Cofre de madeira dos Correios de Beja Móvel divisor redondo de Estação de Correios Caixa Postal do 1º Distrito Postal Caixa Postal nº3 de Santarém Réplica de uniforme de distribuidor de cartas
	Placa de bronze com armas reais portuguesas Balança Pesa-Cartas “Lourenço Araújo Gravura do Largo do Pelourinho em Lisboa Mapa de comunicações postais de Portugal Caixa Cartas para o Correio” Caixa “Recebe cartas enquanto está parada” Miniatura de carro de tracção animal Corneta de distribuidor de cartas Saco de linho de distribuidor de cartas Caixa de Correio Geral de Lisboa (embutida)
	Carruagem da mala-posta modelo inglês Maqueta da Estação de Muda de Casal de Carreiros Aguarela da Mala-Posta na estrada Pintura da partida da Mala-Posta carreira Lisboa/Coimbra Arca da Mala-Posta do Alentejo
	Balança Pesa-Cartas (Inv. 10.458/2 – Inv. 203) Relógio de Parede de Estação Telegrapho-Postal Suporte c/carimbos de serviço de Estação Telegrapho-Postal (Inv.

	989.6) Tabuleta de Estação Telegrapho-Postal Cofre de Estação Mesa de chefe de Estação Mesa de escrituração de contas
	Balcão Estação de Correios Livro de Selos (Inv 981.180/1) Banco (Inv. 980.216) Banco (Inv. 981.218) 2 Cadeiras de Braços Tinteiro (Inv. 2479) Candeeiro (Inv. 7066) Candeeiro (Inv. 7067) Caixa de moedas (Inv. 989.2)Calendário de Paede Pasta (Ministério das Obras Públicas/Direcção Geral dos Correios Telegraphos e Pharoos) Caixa p/ lixo
	Caixa de embutir “Correio 1-A”
	Caixa de Estação do Alvito
	Miniatura a 1ª Ambulância Ferroviária Postal Caixa Postal com Armas Reais Placa de Directoria de Correio Tabuleta da Administração dos Correios de Viana do Castelo Estojo com carimbo de Posta Rural Caixa Posta Rural
	Caixa “Directoria do Correio” Barco a Vapor de Pás Saco de Correio Caixa de Correio “Recebe Cartas na Passagem” Pasta “Ministério das Obras Públicas/Assignatura Real “
	Divisor de Correspondência de Campanha Esteja com tipos e marca do dia do LEP Caixa de Correio com Fita Recortada Caixa de Correio com Fita Ondulada Placa com emblema da República Placa de Posto Público Placa oval de Correios e Telegrafos Placa de Estação Telefono-Postal Máquina de Venda de Selos Máquina de Trocos Máquina de obliterar L. Dry Caixa Postal da Assembleia Nacional
	Balança “Fairbanks” p/ correspondências de pequeno porte Balança “Fairbanks” p/ correspondências de médio porte Balança “Roberval” até 300 grs

	Balança “Roberval” até 1 kg Balança “Roberval” até 3 kg Relógio de Parede “Reguladora” Miniatura de Pacote “Vige” Máquina de actilografar “Underwod” Tabuleta de Estação Telegrafo Telefone Máquina de calcular” Marchant Tinteiro de duas tintas Marca de dia com almofada Alicates selador para fecho de malas Balança de 2 pratos com caixa de 6 pesos
	Marco de “Correio C 4” Marco de “Correio 983”
	Maqueta do Edifício dos CTT de Torres Novas Maqueta do Edifício dos CTT de Vila Franca de Xira Maqueta do Edifício dos CTT de Caldas da Rainha Maqueta do Edifício dos CTT de Vila Real Maqueta do Palácio de Telecomunicações de Lisboa Receptáculos da Sala de Público (Cartas/Via Aérea) Escrivaninha de centro da Sala de Público Relógio de Parede “Reguladora” Calendário de Parede Máquina de Venda de Selos Relógio de Parede “Reguladora” Móvel Divisor de Giros Postais 2 Placas (Telégrafo/Correio) Caixa Postal (Via Aérea – Inv. 970.471)
	Sistema Informático Elena Detector de bombas por Golenite Equipamento de RX Equipamento de gravação de discos Quadro –Correspondência Fonopostais
	Máquina de Trocos Sistema Electrónico (embutida) Máquina electrónica de Venda de Selos Balança electrónica de Estação de Selos Caixa Correio Azul Caixa Correio Normal Máquina de Venda de Selos Receptáculo Postal Novas Tecnologias de Correio NETPOST
	Estação Zona Pública Máquina dispensadora de senha Cadeiras Cinzeiro
	Estação Zona Privada

	(Balcão) Balança Etiquetadora Leitor óptico Pistola Scanner Monitor Teclado PC Cofre
	(Retro-Balcão) Impressora Marcadora FAX Cassetes
	Divisão Postal Posto de Indexação Automática (PIA) Módulo de Máquina Divisora HMS
	Móvel Divisor de Giros Máquina Frankers para obliteração de cartas motor eléctrico Máquina Krag Maskin para obliteração de correspondências Caixa de Correio de Madeira
	Pintura a óleo representando o transporte de correio ferroviário Pintura a óleo representando o transporte de correio aéreo Ambulância Postal Relógio de parede Caixa de Correio “Via Sud-express”
	Pintura a óleo representando o transporte de correio marítimo Estação Itinerante Ford transit Moto Kawaski do correio acelerado Post Express Moto BSA Motorizada Zundapp
	Transbox – Mala de plástico, minimota eléctrica e outros materiais Miniatura de Ambulância Postal Miniatura de Veículo Ligeiro

Listagem do acervo patrimonial do percurso dos correios.

Fonte: Dra. Cristina Weber.

Observações: A fonte e o seu tamanho estão conforme o documento original.

ANEXO 11



Frente de Receptáculo Postal de Embutir do "Correio Geral".

Fonte: Matriz Web da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Observações: Esta peça continha legenda mas sem identificação numérica.



Móvel Divisor Redondo de Estação de Correios.

Fonte: Matriz Web da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Observações: Legenda desta peça estava mal associada.



Arca-Cofre para Arquivo de Documentos e Valores.

Fonte: Matriz Web da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Observações: Esta peça exposta não tinha legenda.



Galvanómetro Diferencial Universal de Reflexão Herrmann.

Fonte: Matriz Web da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Observações: Esta peça só continha a data na respectiva legenda.



Telefone de Parede Gower Bell.

Fonte: Matriz Web da Fundação Portuguesa das Comunicações.

Observações: Nesta peça só foi necessário acrescentar informações relevantes e curiosidades à legenda.



Central Telefónica Manual OB 2600, Tipo Costureirinha, L.M. Ericsson.
Fonte: Matriz Web da Fundação Portuguesa das Comunicações.
Observações: Peça sem legenda nem identificação.

Fotografias de algumas peças do acervo dos correios e telecomunicações com algumas observações sobre as suas legendas.

ANEXO 12;13;14;

Observações: Anexos disponíveis em CD.

ANEXO 15



Proposta de esquema visual para a área “Transportes Postais”.



Proposta de Esquema Visual para a área “O Fontismo e as Comunicações”.

Alguns exemplos de esquemas visuais propostos para a exposição.

